



Universidade Federal do Rio Grande



Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde

Associação Ampla FURG / UFRGS / UFSM

**Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX: a produção de um *outro espaço* no encontro com os infames**

Gustavo da Silva Freitas  
Orientadora: Profa. Dra. Méri Rosane Santos da Silva

Rio Grande, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:**  
**QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**  
**ASSOCIAÇÃO AMPLA FURG / UFRGS / UFSM**

**PRÁTICAS DE DIVERTIMENTO NO CASSINO/RS EM MEADOS DO SÉCULO XX:**  
**A PRODUÇÃO DE UM *OUTRO ESPAÇO* NO ENCONTRO COM OS INFAMES**

**GUSTAVO DA SILVA FREITAS**

**RIO GRANDE**

**2014**

GUSTAVO DA SILVA FREITAS

**PRÁTICAS DE DIVERTIMENTO NO CASSINO/RS EM MEADOS DO SÉCULO XX:  
A PRODUÇÃO DE UM *OUTRO ESPAÇO* NO ENCONTRO COM OS INFAMES**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências.**

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Méri Rosane Santos da Silva

RIO GRANDE

2014

GUSTAVO DA SILVA FREITAS

**PRÁTICAS DE DIVERTIMENTO NO CASSINO/RS EM MEADOS DO SÉCULO XX:  
A PRODUÇÃO DE UM *OUTRO ESPAÇO* NO ENCONTRO COM OS INFAMES**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação em Ciências.**

Rio Grande, 19 de setembro de 2014.

À Comissão Examinadora:

---

Profa. Dra. Méri Rosane Santos da Silva (IE/FURG)  
(Presidente – Orientadora)

---

Profa. Dra. Carmen Lucia Soares (FEF/UNICAMP)

---

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill (ICH/UFPel)

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo (ESEF/UFPel)

---

Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro (IE/FURG)

F866p

Freitas, Gustavo da Silva.

Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX: produção de um outro espaço no encontro com os infames / Gustavo da Silva Freitas. – 2014.

141 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Méri Rosane Santos da Silva.

1. Memória. 2. Infames. 3. Bairro. 4. Balneário. 5. Cassino. 6. Heterotopias. I. Silva, Méri Rosane Santos da. II. Título.

CDU 37:5

Catálogo na fonte: Bibliotecária Flávia Reis de Oliveira CRB10/1946

*Aos que estão. Aos que, partindo ou chegando, permanecem:*

*Paulo, Maria Regina, Guilherme, Clarissa, Carmen Vera*

*Manoel,*

*Carol, Domingos, Jania, Leonardo*

## AGRADECIMENTOS

À orientadora;

À banca;

Aos depoentes;

Ao grupo de pesquisa;

Aos colegas de trabalho;

Aos amigos de não trabalho;

Aos amigos de “face”;

Ao time.

Obrigado pelos encontros e seus efeitos.

(...)

*Se em certa altura  
Tivesse voltado para a esquerda em vez de para a direita;  
Se em certo momento  
Tivesse dito sim em vez de não, ou não em vez de sim;  
Se em certa conversa  
Tivesse tido as frases que só agora, no meio-sono, elaboro —  
Se tudo isso tivesse sido assim,  
Seria outro hoje, e talvez o universo inteiro  
Seria insensivelmente levado a ser outro também.*

*Mas não virei para o lado irreparavelmente perdido,  
Não virei nem pensei em virar, e só agora o percebo;  
Mas não disse não ou não disse sim, e só agora vejo o que não disse;  
Mas as frases que faltou dizer nesse momento surgem-me todas,  
Claras, inevitáveis, naturais,  
A conversa fechada concludentemente,  
A matéria toda resolvida...  
Mas só agora o que nunca foi, nem será para trás, me dói.*

*(Trechos do poema “Na noite terrível” –  
Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa)*



## RESUMO

Esta tese dedica-se à construção de memórias acerca dos infames no bairro-balneário Cassino em meados do séc. XX, utilizando as práticas de divertimento como recorte analítico. Para tanto, foram mobilizados referenciais teórico-metodológicos advindos da história oral em que a produção das fontes constituiu-se de entrevistas com sete depoentes – dois famosos e cinco infames. Localizado na cidade do Rio Grande-RS, o Cassino foi inventado como um balneário planejado à moda europeia, sob a argumentação de ser um empreendimento destinado à sociabilidade balnear de famílias ricas e tradicionais da cidade e região. A proposição que conduz a escrita desta tese é a de desnaturalizar uma possível consolidação desse entendimento histórico pela suspeita da presença e circulação de uma gente não famosa que igualmente ocupou o local estabelecendo com ele vínculos de pertencimento. A tese está organizada em cinco capítulos. O conjunto dos dois primeiros é responsável tanto por localizar o solo conceitual em torno das noções de história, memória e tempo, quanto das questões metodológicas encaminhando a apresentação e discussão da história oral como a arte do encontro. Iniciando os capítulos das operações, em *“Rostos de uma infâmia inventada”* os infames aparecem na pesquisa através da oralidade de dois entrevistados “de sobrenome”, para que, assim, fosse possível falar dela. Na sequência, o capítulo *“A turma que ficava aqui é que sofria’: os infames e as histórias da rua de trás”*, parte do rosto da infâmia desenhado na operação anterior para encontrar os cinco infames entrevistados – todos moradores do Cassino – e, com eles, produzir o registro de sua presença e circulação no bairro-balneário com um olhar especial às práticas de divertimento. O último capítulo, *“Heterotopias de um bairro-balneário: o Cassino como um outro espaço”*, sintetiza como as duas operações anteriores pensadas a partir da correlação entre memória e a noção de espaço no sentido foucaultiano levou a nomear o Cassino como um *outro espaço* de nosso tempo. Finalmente, produzir registros históricos sobre o Cassino num olhar a partir dos infames não está na ordem de trazer, enfim, a “essência exata da coisa” ou uma “identidade recolhida em sua origem”. Alcançar as grandes linhas da história e fixá-las com um sentido supra-histórico é, portanto, um trabalho inviável e sem propósito. Nem aquela história já contada sobre o Cassino tem a prerrogativa de deter esse selo, nem essa que estamos por contar o exige. O interesse é multiplicar os fios que atravessam a história do bairro-balneário tramando-os na produção de uma narrativa sustentada pela especificidade dos infames.

Palavras-Chave: Memória; Infames; Bairro; Balneário; Cassino; Heterotopia.

## ABSTRACT

This thesis is dedicated to the construction of memory in the neighborhood-bathing season Cassino in mid-century XX, using the practices of fun as analytical approach. Having this, were mobilized referential theoretical and methodological arising from the oral history in which production of the sources consisted of interviews with seven deponents - two famous e five infamous. Located in Rio Grande-RS, Cassino was invented as a bathing season planned for European fashion, under the argument to be a venture for the beach sociability of rich and traditional families in the city and region. The proposition that leads the writing of this thesis is to denaturalize a possible consolidation of historical understanding by the suspicion of the presence and circulation of a non-famous people who also occupied the place establishing ties with him of belonging. The thesis is organized into five chapters. The joint of the first two is responsible both for locating the conceptual soil around the notions of history, memory and time, as the methodological issues forwarding the presentation and discussion of oral history as the art of meeting. Starting chapters of operations in "Faces of an invented infamy" appear in the infamous search through orality two interviewees with "surnamed", so therefore it was possible to speak it. In sequency, the chapter "'The class that was here is who suffered': the infamous and the backstreet histories ", part of the face of infamy drawn in the previous operation to find the five interviewees infamous - all residents of Cassino - and, with them, produce the record of his presence and movement in the neighborhood-bathing season with a special look to the practices of fun. The last chapter, "Heterotopias of a neighborhood-bathing season: the Cassino as another space", summarizes how the two previous operations designed from the correlation between memory and the notion of space in the Foucaultian sense led to naming the Cassino as another space of our time. Finally, produce historical records about the Cassino in a look from the infamous is not in order to bring, in the end, the "very essence of the thing" or an "identity collected in origin". Achieve the bigger story lines and affix them with a supra-historical sense is, therefore, an unworkable and pointless work. Even that story ever told about the Cassino has the prerogative to stop this seal, or that we are to tell requires this. The interest is to multiply the wires that run through the history of the neighborhood-bathing season interconnecting them in producing a sustained narrative by the specificity of the infamous.

Keywords: Memory; Infamous; NeightBorhood; Balneary; Cassino; Heterotopia

## **ANEXOS**

ANEXO 01 – Roteiro básico de entrevistas utilizado com os depoentes famosos ..... 139

ANEXO 02 – Roteiro básico de entrevistas utilizado com os depoentes infames ..... 140



## SUMÁRIO

<b>OUTUBRO DE 2011, POR UMA HISTÓRIA-PROBLEMA.....</b>	<b>10</b>
<b>MAIO DE 2013, SOBRE TEMPO, MEMÓRIA E HISTÓRIA.....</b>	<b>22</b>
<b>JANEIRO DE 2013, HISTÓRIA ORAL COMO A ARTE DO ENCONTRO .....</b>	<b>30</b>
<b>UM TANTO DE POSTURA INVESTIGATIVA .....</b>	<b>32</b>
<b>TRATANDO DE UMA PERSPECTIVA DE HISTÓRIA ORAL .....</b>	<b>36</b>
<b>AUMENTANDO O VOLUME DOS MURMÚRIOS.....</b>	<b>41</b>
<b>ESCUA FOUCAULTIANA E A HISTÓRIA ORAL DE PORTELLI: AJUSTAMENTOS.....</b>	<b>47</b>
<b>MARÇO DE 2013, ROSTOS DE UMA INFÂMIA INVENTADA .....</b>	<b>49</b>
<b>ENTRE OUTUBRO 2013 E JULHO 2014, NOTA DE RODAPÉ: POR QUE NÃO FALAR EM PRÁTICAS CORPORAIS? .....</b>	<b>65</b>
<b>JUNHO DE 2014, “A TURMA QUE FICAVA AQUI É QUE SOFRIA”: OS INFAMES E AS HISTÓRIAS DA RUA DE TRÁS .....</b>	<b>71</b>
<b>SOBRE AS TRÊS PRIMEIRAS QUESTÕES .....</b>	<b>71</b>
<b>SOBRE AS OUTRAS QUATRO QUESTÕES .....</b>	<b>78</b>
<b>“VIAJAVA POR ESSA PRAIA AÍ ATÉ O NAVIO TU NÃO ENCONTRAVA UMA ALMA” (ANTONIO, 2014).....</b>	<b>85</b>
<b>“VOU A CAVALO, VOU DE CHARRETE, SE TIVER QUE IR NA CIDADE VOU DE CHARRETE, MAS NÃO VOU DE ÔNIBUS” (ANTONIO, 2014) .....</b>	<b>99</b>
<b>“ÀS OITO HORAS DA NOITE JÁ COMEÇAVA O FANDANGO” (ROBERTO, 2014) .....</b>	<b>104</b>
<b>“EU DIGO, EU VOU FAZER UM TIME PRA MIM. AÍ JOGO EU E MAIS DEZ [RISOS]” (NEGÃO EUPÍDIO, 2014) .....</b>	<b>111</b>
<b>“AQUI, TUDO QUE APARECIA O CARA PEGAVA” (NANDO, 2014).....</b>	<b>118</b>
<b>JANEIRO DE 2014, HETEROTOPIAS DE UM BAIRRO-BALNEÁRIO: O CASSINO COMO OUTRO ESPAÇO .....</b>	<b>124</b>
<b>SOBRE FINS? SOBRE INÍCIOS! .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

**Outubro de 2010,**

**Por uma história-problema**



*Objetiva comunicar ao leitor a maquinação do problema de pesquisa ou, se preferir, da “história-problema”<sup>1</sup>. Isso inclui apresentar o tema, os objetivos, os vínculos com o programa em que a pesquisa está inserida e tecer as primeiras considerações teóricas.*



Fundado como um balneário no final do século XIX, o Cassino está localizado no extremo sul do país, pertencente ao município de Rio Grande, o mais antigo do estado do Rio Grande do Sul. Considerada como uma península, uma vez que se encontra cercada pelas águas do Oceano Atlântico, Laguna dos Patos – a maior do país – e Lagoa Mirim, a cidade desenvolveu uma aptidão econômica reconhecidamente advinda dessa condição, em que, as atividades pesqueiras, as movimentações do porto marítimo e, recentemente, os investimentos na construção de um Polo Naval<sup>2</sup>, são exemplos disso.

A existência de um porto marítimo inaugurado em meados do século XIX abriu um canal de comunicação com a Europa, transformando-se em uma porta de entrada não só de produtos industrializados oriundos daquele continente, mas também provocando a chegada de imigrantes que decidiram se instalar em Rio Grande. Sendo assim, é impensável dissociar a constituição da cidade, em sua porção econômica, política, social e cultural, da presença dos europeus, principalmente, portugueses, ingleses, alemães, italianos, poloneses e espanhóis.

A presença de estrangeiros foi importante para a prosperidade da cidade, pois a sociedade rio-grandina estava deslumbrada com o avanço tecnológico do seu município, e não deixou de usufruir desse processo industrial que passava a fazer parte de sua cotidianidade [...] Com a modernização de algumas indústrias e a instalação de outras, a cidade passou a ser associada ao progresso, exigindo uma melhoria em sua organização urbana para suportar o aumento da população e das indústrias que chegavam (ENKE, 2005, p. 51-52).

---

<sup>1</sup> “Só há fato ou fato histórico no interior de uma história problema” (LE GOFF, 2003, p. 32).

<sup>2</sup> O Polo Naval de Rio Grande ganha projeção em meados da primeira década desse século, a partir da instalação de empresas na região do Porto Novo na cidade de Rio Grande, responsáveis pela “reparação e/ou construção de plataformas e navios de apoio marítimo para atividades *offshore* da indústria de petróleo e gás” (DOMINGUES, CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 17). Ao mesmo tempo, como efeito desse investimento, um conjunto de outras empresas produtoras de bens e prestadoras de serviços aglomera-se no local para dar suporte à atividade principal do Polo Naval.

Nesse embalo, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico alavancado no final do século XIX protagonizou uma mudança cultural para a cidade, ou melhor, para sua parcela elitizada, visível na adoção de comportamentos, hábitos e modismos da cultura europeia<sup>3</sup>. Dado esse contexto, somado às características geográficas da cidade e à implantação, na época, de uma rede ferroviária para expansão do comércio e turismo na região sul do estado (Ibid., 2005), passou a ser crível para essa elite pensar na construção de uma estação balnear, igualmente espelhada naquilo que vinha ocorrendo na Europa.

Já desde os meados do século XIX, vinham-se ampliando as estações balneárias em todo o litoral francês, onde chalés no estilo helvético eram construídos por ‘novos ricos’ ou ‘velhas famílias’. [...] e é, nesse espírito, que surge o balneário Cassino destinado ao lazer e aos prazeres e são construídas as primeiras residências de veraneio para famílias abastadas, estrangeiros, aristocracia rural e comercial gaúcha (PEREIRA, 2005, p. 29).

Conhecida popularmente nos dias de hoje como Praia do Cassino ou simplesmente Cassino, o balneário levou o nome de Villa Sequeira quando da sua inauguração em 1889. Foi uma homenagem ao então diretor-gerente da Companhia Carris Urbano, Antônio Cândido Sequeira, responsável por adquirir a concessão da construção de uma ferrovia que ligava o centro da cidade às margens do Oceano Atlântico<sup>4</sup>.

A alteração da nomenclatura de Villa Sequeira para Cassino (primeiro com um “s” e, posteriormente, com dois “ss”), se deu ainda na primeira metade do século passado, em meio a onda dos cassinos de jogos espalhados pelo país. O balneário assim ficou reconhecido pelo sucesso desses cassinos, os quais eram disponibilizados pelos hotéis, como por exemplo, no mais antigo deles, o hotel Cassino. Esse “Cassino” – hotel e casa de jogos – era frequentado pelas famílias “abastadas” da região, principalmente de origem inglesa, alemã e portuguesa. Muitas dessas famílias acabaram construindo casarões na avenida principal do balneário, as quais serviam de estadia para veraneiar durante o período das férias, passar o tempo nas estações mais quentes entre os meses de novembro e maio (ENKE, 2005), ou, simplesmente, para desfrutar eventualmente num final de semana.

Diferentemente de outros balneários em que a avenida principal é construída paralelamente à praia, no planejamento do Cassino ela foi estabelecida de forma perpendicular à orla, num prolongamento da via férrea visto de quem chegava no local.

---

<sup>3</sup> Esse refinamento era manifesto no uso de roupas e acessórios, na etiqueta à mesa, na postura corporal e na apreciação das artes (ENKE, 2005).

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a vida do Antonio Candido Sequeira, assim como as condições políticas e econômicas em que conseguiu os direitos de fundar e explorar a Villa, ver Ferreira (2012).

Assim, os casarões foram erguidos nos quarteirões de um lado ou de outro da avenida até as proximidades da praia, cortando a área do Cassino ao meio. Algumas das construções que formataram o que a avenida se tornou podem ser vistas nas imagens a seguir<sup>5</sup>.



Imagem 1 – Painel  
Casa Família Lawson  
Acervo Pessoal (07/07/12)

---

<sup>5</sup> As imagens pertencem ao Projeto “Cassino e Memória”, iniciativa da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS, cujo objetivo principal foi o de sensibilizar a comunidade sobre a importância do patrimônio histórico e sua preservação. Estes são quatro dos nove painéis colocados ao longo da avenida principal do bairro-balneário, em 17/02/12, no canteiro à frente das construções que existem até hoje. O texto de cada painel é resultado da pesquisa do Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (ICHI/FURG) e as fotos são do acervo da Fototeca Municipal e do Museu Histórico de Rio Grande.

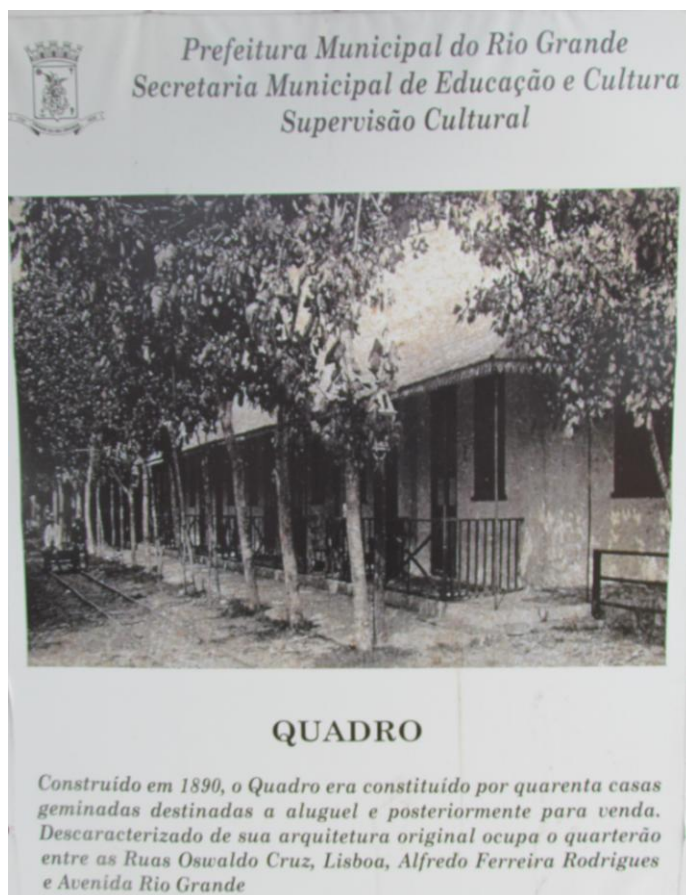


Imagem 2 – Painei  
Estação Ferroviária  
Acervo Pessoal (07/07/12)



Imagem 3 – Painei Hotel Cassino  
Acervo Pessoal (07/07/12)

Imagem 4 – Painel do “Quadro”  
Acervo Pessoal (07/07/12)



A criação de um balneário planejado (TORRES, 2009) à moda do que vinha acontecendo na Europa, fez com que o Cassino não fosse, a princípio, ocupado por qualquer cidadão. Acrescia-se a isso, a particularidade de não ter sido projetado como um bairro de moradia fixa, mas de uso para temporadas (de férias, de verão, de descanso), e de ser 21 quilômetros afastado do centro da cidade<sup>6</sup>, dificultando o acesso.

A preocupação em defini-lo como um lugar destinado às famílias “de sobrenome” era manifestada, inclusive, em algumas práticas corporais da época:

O footing<sup>7</sup> e o jogo de cricket, na praia, segundo Denis Lawson – descendente de família britânica, uma das primeiras a construir no balneário – eram hábitos de seus pais, com amigos e familiares. Todos em trajes elegantes: vestidos longos, sombrinha, terno alinhado, picareta e bengala. Sua prima, Vera Lawson Domingues, cita que seu pai, com um chapéu de explorador e bengala ‘adorava caminhar...caminhava, às vezes, até a barra...pela praia. Era conhecido porque...quase ninguém caminhava naquele tempo’ (PEREIRA, 2005, p. 43).

<sup>6</sup> Até a década de 20 o trajeto entre o centro da cidade e o Cassino era realizado exclusivamente de trem.

<sup>7</sup> Passeio a pé.

As práticas corporais, assim como as roupas, os modos de se comportar, as condutas, as casas, tudo isso passa a configurar maneiras de estar e circular no Cassino. No entanto, essas formas de ocupar e estabelecer vínculos de pertencimento com o local em que se vive não são harmônicos se tomarmos as práticas sociais como resultantes de relações de poder (FOUCAULT, 2008d)<sup>8</sup>. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que uma elite aparece tentando demarcar território, uma gente não famosa se faz presente, como é possível intuir ainda através do estudo de Pereira (2005):

O horário da manhã era considerado como o mais adequado para os banhos e os passeios. À tarde era ocupada por aqueles que realizavam serviços domésticos. O Sr. Walter Ferreira dos Santos, morador desde a década de vinte, diz-nos que ‘o mar era uma dádiva...o banho uma maravilha’ [...] Costumava tomar três banhos. Às dez horas ‘era o banho chique. Às quatro, cinco horas...ia à praia mas não tomava banho’. Ficava de longe, curioso, pois algumas ‘senhoras mais fáceis, que freqüentavam a zona portuária’, também escolhiam a tarde, para suas idas à praia. Finaliza dizendo que ‘hoje está tudo modificado. Tudo misturado (p. 36-37 – grifo nosso em sublinhado).

Enxergamos no excerto uma brecha em potencial: ainda que todas as condições indicassem um território marcadamente inventado para o divertimento das famílias afortunadas, sabe-se que os que realizavam serviço doméstico e as senhoras de vida fácil estavam lá porque deles se falavam. Investir nessa brecha significou alargar as possibilidades da presença e circulação de uma gente infame no Cassino para além dos limites da praia e do turno da tarde.

O termo infame, no sentido foucaultiano, é utilizado para identificar sujeitos sem fama, a todas as vidas que estão destinadas a transcorrer à margem de qualquer discurso tal como “existências-relâmpagos”. O autor chegou a elas vasculhando as *lettre de cachet*, impondo a si mesmo algumas regras que chamou de arbitrárias, mas essenciais para que as vidas encontradas fossem operadas numa realidade. Preocupava-lhe a condição de que se tratasse de personagens que tivessem realmente existido; que se pudesse dar-lhes um lugar e uma data; de existências, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas; que delas fossem contadas apenas breves páginas ou frases; que os relatos não fossem simplesmente estranhos

---

<sup>8</sup> Numa entrevista “Sobre a história da sexualidade” que integra a coletânea de Microfísica do Poder, Michel Foucault afirma que o poder produz e é produzido pelos sujeitos inseridos nas práticas sociais, sejam elas discursivas ou não discursivas. Ao contrário de um poder localizado, que alguém o possa deter, o autor vai dizer que o mesmo se exerce, é relacional: “Na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isso implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial [...] para que haja um movimento de cima para baixo, é preciso que haja ao mesmo tempo uma capilaridade de baixo para cima” (FOUCAULT, 2008d, p. 250).

ou patéticos, mas que de uma “maneira ou de outra, tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências”; e que, dessas palavras, “nascesse um misto de beleza e horror” (FOUCAULT, 2006c, p. 205-206).

No entanto, complementa o autor, só foi possível falar delas, mesmo que brevemente, porque de uma forma ou de outra elas travam uma relação com o poder<sup>9</sup>. É ele que, paradoxalmente, um dia quis senão apagá-las e, por esse mesmo ato, faz retorná-las pelo efeito de múltiplos acasos: “eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos” (p. 210). Uma infâmia que se sobressai em meio a um relato sobre os banhos de praia no Cassino na primeira metade do século XX. Dali salta o não famoso porque, de manhã, registra-se a distinção do banho chique. Seguindo essa pista tornou-se possível pensar que tais vidas seriam acentuadas tão mais situações de choque com o poder fossem tratadas.

Nesse sentido, sair da praia em direção ao restante do balneário significaria multiplicar esses choques. Falar da presença das famílias abastadas que veraneavam nos seus chalés em estilo europeu sugeria a existência de pessoas não famosas que, por exemplo, construíram esses mesmos chalés ou que neles trabalhavam. Falar de uma elite à procura dos hotéis e do casino de jogos no balneário encaminharia a aparição de pessoas não famosas que serviam de porteiros, arrumadeiras, serviçais. Comentar sobre as viagens de trem que deslocavam as famílias de sobrenome da cidade para a estação balnear seria igualmente tratar daqueles que faziam a viação férrea funcionar.

Admitindo, então, que a “vida dos homens infames possa se estender a outros tempos e a outros lugares” (Ibid., p. 211) nos instalamos na brecha criada e interrogamos: quem eram esses não famosos? No que trabalhavam? O que faziam para além do trabalho? Como se deslocavam para e pelo Cassino? Como viviam? Como o balneário era ocupado por aqueles que lá chegavam? De que forma se distinguiam das chamadas elites? Como estabeleciam o sentimento de pertença nesse lugar? Que práticas corporais<sup>10</sup> exerciam no balneário? Quando e onde aconteciam? Como funcionavam?

---

<sup>9</sup> Os documentos analisados por Michel Foucault são arquivos de internamento, da polícia, das petições e das cartas com ordem de prisão datadas do século XVII e XVIII e, por isso, tratam de um poder monarca. No entanto, prevê a substituição por outro que se exerce no nível da vida cotidiana, “constituída de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria”, enfim, do jornalismo, da administração e da ciência (FOUCAULT, 2006c, p. 219).

<sup>10</sup> Como visto por Lazarotti Filho *et al.* (2010), o termo práticas corporais ainda que venha sendo constituído pelas ciências humanas e sociais no contraste com “atividade física” aplicada pelas ciências biológicas, carece de elementos mais consistentes para conceituação. De nossa parte, não trataremos de apresentar um acordo conceitual em torno do termo, mas de nos filiar a um pensamento que trata da multivocalidade que caracteriza o corpo, um entendimento em que as práticas corporais são manifestações culturais que se explicitam

No bojo das questões investigativas, a noção das práticas corporais foi substituída por práticas de divertimento após o processo de qualificação da tese<sup>11</sup>. Os detalhes que levaram a esse deslocamento serão tratados no capítulo “*Nota de Rodapé: Por que não falar em práticas corporais?*”. **Assim, apresentamos como objetivo principal desse investimento, a construção de memórias acerca dos infames no bairro-balneário Cassino em meados do século XX, utilizando as práticas de divertimento como o recorte analítico**<sup>12</sup>.

Interrogações para conduzir a investigação não eram poucas, tínhamos “o que” perguntar. No entanto, ao mesmo tempo em que as elaborávamos, incomodava o fato de não sabermos ao certo “a quem” deveríamos dirigi-las, uma vez que o infame não tem um rosto por si mesmo, tal como apresenta o famoso. Assim, para quem seriam feitas as perguntas? Quem seriam os infames da pesquisa? E mais: como encontrá-los? Aí estava um dos primeiros nós investigativos a ser desatado.

Partindo da impossibilidade de nomeá-los em seu “estado livre”, de fazê-los aparecer por si mesmos, escapamos da suficiência de apontá-los e de dizer propriamente quem o seriam senão por conta dos jogos de poder (FOUCAULT, 2006c). Os infames chegaram à pesquisa, tomaram forma, criaram um rosto, justamente no movimento de olhar os famosos, de se voltar para eles, ou de outra forma, através das “falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais inessenciais” (Ibid., p. 208). O encontro com o famoso, portanto, produziu o infame. Entre as alternativas de se fazer isso optamos por uma produção no nível da oralidade. Assim, ouvimos os infames porque ouvimos os famosos.

Falar desses não-famosos, no entanto, não significa ir em busca de uma história perdida sobre o Cassino que precisa ser revelada. Numa perspectiva de análise histórica sintonizada aos estudos foucaultianos, interessa dar importância às fontes empíricas sem a solidificarmos, sem a sacralizarmos. O efeito disso é a tomarmos não pelo estabelecimento de continuidades dentro de um tempo linear, mas entendermos que “o problema não é mais a

---

pela dimensão corporal: “Para isso, o termo prática corporal deve ser compreendido em sua acepção de ‘levar a efeito’ ou ‘exprimir’ uma dada intenção ou sentido em fazê-lo, neste caso, por meio do corpo [...] Esta expressão mostra adequadamente o sentido de construção cultural e linguagem presentes nas diferentes formas de expressão corporal” (SILVA & DAMIANI, 2005, p. 23-24).

<sup>11</sup> Como um dos requisitos parciais para obtenção do título de doutor, cumpriu-se o exame de qualificação no dia 30 de agosto de 2013, no qual foi defendido um plano de pesquisa que tinha por objetivo: “a construção de memórias relativas à presença e circulação dos infames no bairro-balneário Cassino, utilizando as práticas corporais como o recorte analítico”.

<sup>12</sup> O investimento está localizado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências – Sede FURG, na linha de pesquisa intitulada “Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos”.

tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 2008a, p. 6).

Produzir registros históricos sobre o Cassino num olhar a partir dos infames não está comprometido em trazer, enfim, a “essência exata da coisa” ou a “identidade cuidadosamente preservada e recolhida em sua origem” (FOUCAULT, 2008b, p. 17). Se assim o fosse, estaríamos diante de um sentido histórico que se deixa envolver por uma ciência objetiva, que insiste em tornar o diverso uno e absoluto. Assim, não se trata de venerações aos infames, mas de “rir das solenidades de origem” dos famosos (Ibid., p. 18).

Alcançar as grandes linhas da história e fixá-las com um sentido supra-histórico é, portanto, um trabalho inviável e sem propósito. Nem aquela história já contada sobre o Cassino tem a prerrogativa de deter esse selo, nem essa que estamos por contar o exige. O interesse é multiplicar os fios que atravessam a história do bairro-balneário tramando-os na produção de uma narrativa sustentada pela especificidade dos infames.

A história, dizem frequentemente, não poderia contentar-se em ser uma narração; ela também explica, ou melhor, deve explicar. Isso é confessar que, de fato, nem sempre o faz e que pode se permitir não fazê-lo sem deixar de ser história [...] A história nunca ultrapassa esse nível de explicação muito simples; ela continua, fundamentalmente, uma narração, e o que se denomina explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível (VEYNE, 1982, p. 81).

Cientes que todas as esferas da vida dos infames no bairro-balneário seriam inatingíveis pusemo-nos a organizar uma trama recortada aos episódios tangíveis às práticas de divertimento. Mas, por não existirem isoladamente, tratar dessas práticas provocou a narração do que estava também nas adjacências, ainda no cotidiano (CERTEAU, 1998)<sup>13</sup> desses infames (moradia, trabalho, transporte, etc.). A narrativa construída com base na oralidade dos famosos e infames procurou, portanto, “mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreender” (Ibid., p. 82) a forma com que respondemos às nossas indagações. Ela, assim, não está desprendida do itinerário que a tornou possível e isso envolveu as reflexões sobre as fontes, as opções teórico-metodológicas, a tessitura do texto, as interpretações, a

---

<sup>13</sup> O autor afasta-se da ideia do cotidiano enquanto regularidade e rotinização e o coloca no terreno das práticas que estão em jogo na apropriação de um lugar, como conjunto de procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade” (CERTEAU, 1998, p. 175).

subjetividade de quem escreve, além da mediação entre passado – objeto de investigação – e o presente – tempo no qual escreve o(a) historiador(a) (GOELLNER, 2007).

A mediação entre passado e presente, nessa proposta, confunde-se apesar de uma cronologia que supostamente os distancia. Um passado que faz sentido a partir do momento que é pensado no presente, fazendo-se memória. Compreender nosso presente é também significar nossas memórias, principalmente quando tomamos a memória não apenas como um fato histórico, datado em um certo momento, mas sim como algo que traz consigo um componente ético que fala das experiências singulares de cada um.

Nesse sentido, intervir na construção das memórias relativas às práticas corporais exercidas pelos infames circunscritos a um determinado bairro-balneário, significa antes de tudo apostar em uma possibilidade de fortalecer os laços afetivos e de pertencimento desta comunidade com as positivities<sup>14</sup> do seu cotidiano. Pensando as práticas sociais na esfera do bairro, Pierre Mayol (2011) aponta a ingerência deste – o bairro – na produção de estilos de vida dos seus moradores, afirmando ser esta prática “[...] uma arte de conviver com parceiros (vizinhos e comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (p. 39). A ocupação dos espaços do bairro vai definindo maneiras de se sentir pertencente a esse lugar, pois, “[...] o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (Ibid., p. 40).

As práticas corporais e as memórias, nesse contexto, apresentam sua positividade na medida em que, enquanto práticas sociais discursivas e não discursivas, atuam na produção de verdades e de sujeitos endereçando a eles, processos de subjetivação. Os saberes implicados por essas práticas educam e pedagogizam os sujeitos a partir dos fundamentos da ciência moderna, ainda que esses mesmos saberes, vai dizer Foucault (2008a), escapem do domínio científico e estejam contidos também em ficções, narrativas, em decisões políticas, em regulamentos institucionais.

Deixamos claro, assim, o afastamento a uma ciência que busca a aplicação de fórmulas ou modelos pré-estabelecidos para desenvolver as explicações históricas. Como diz

---

<sup>14</sup> Positividade é aqui entendida na perspectiva foucaultiana que trata o conceito de saber e a sua produção a partir da própria ordem interna. O saber em sua positividade toma por referência ele mesmo, numa relação direta com a produtividade do poder: “Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2008c, p. 148).

Paul Veyne (1982) há sim leis em história, mas não leis *da* história....e estas são invocadas “*apenas lá onde essas leis funcionam como causas e se inserem na trama*” (p.135 – grifo do autor). As condições que possibilitaram a compreensão histórica acerca dos infames no Cassino advêm das causalidades ali encontradas e que não passam automaticamente a servir como leis para o mesmo propósito em qualquer bairro-balneário. Da mesma forma, os infames não *estavam lá* naturalmente aguardando a intervenção de um método científico que os descobrisse e revelasse as suas verdades, como suporia um pensamento racional positivista da relação entre sujeito e objeto.

O limite dessa pretensa ciência objetiva reside no fato de que a história é tecida na variedade de experiências da vida cotidiana, assim “a explicação histórica não é nomológica, é causal, contém algo de geral: o que não é coincidência fortuita tem vocação para se reproduzir; mas não podemos dizer exatamente nem o que se reproduzirá, nem em que condições” (Ibid., p. 134). Basta-nos explicar como as coisas aconteceram, fazer compreender a narração e o narrado, a trama e o tramado.

Em suma, mais do que datas e episódios históricos, esta pesquisa está direcionada às singularidades socioculturais<sup>15</sup> presentes nas manifestações das práticas de divertimento de um bairro-balneário da cidade do Rio Grande, sobretudo daquelas exercidas pelos infames em meados do século XX. Os vínculos dessa pesquisa com a sociedade podem se mostrar férteis, principalmente, pela inserção cultural que essas práticas exercem na constituição dos sujeitos, das cidades e das relações sociais. Neste âmbito, as memórias servem também como uma referência para registrar e organizar essas práticas, delegando um espaço privilegiado para as experiências da cidade e, no caso em estudo, do bairro-balneário Cassino, que possuiu um vínculo cultural, especialmente com a população riograndina e, por isso, vem permitindo múltiplos olhares advindos do universo acadêmico.

A tese está organizada em capítulos cujos títulos e subtítulos recebem a marca do tempo em que começaram a ser escritos. A distribuição do texto, portanto, tentou ser fiel ao processo não linear com que a pesquisa foi sendo pensada e escrita, mas nem por isso abdicamos de lhe dar uma organização. Deste modo, os dois primeiros capítulos são

---

<sup>15</sup> Afirmar isso estaria está próximo de um entendimento que toma a história como não hegemônica. De certa forma, se reconhece os efeitos totalizantes que afetam os processos culturais e sociais, mas ao considerar uma história construída a partir de oralidades, sobretudo vinda de infames, as singularidades apareceriam pela sua condição diferencial às famílias de sobrenome. Indo mais adiante, não seria possível totalizar, inclusive, a oralidade dos infames entre si.



responsáveis por localizar o solo teórico-metodológico em que as operações constantes os capítulos seguintes tornaram-se possíveis.

No capítulo 1, “Sobre memória, tempo e história” demonstramos nossas aberturas conceituais em relação a essas três noções que atravessam toda a pesquisa. O segundo capítulo, “A história oral como a arte do encontro” encaminha os referenciais teórico-metodológicos mobilizados na pesquisa. Apresenta e discute a história oral como uma metodologia que vai além da arte de ouvir, que valoriza a experiência dos encontros.

Iniciando a parte das operações, em “Rostos de uma infâmia inventada” dedicamos a fazer aparecer os infames no Cassino através da oralidade de dois entrevistados de sobrenome. Na sequência, o capítulo “*‘A turma que ficava aqui é que sofria’*: os infames e as histórias da rua de trás” parte do rosto desenhado na operação anterior para encontrar os cinco infames entrevistados e, como eles, produzir o registro de sua presença e circulação no Cassino com um olhar especial às práticas de divertimento. No último capítulo, “Heterotopias de um bairro-balneário: o Cassino como um *outro espaço*”, com base nas duas operações anteriores e nas correlações entre memória e espaço no sentido foucaultiano, demonstramos o que nos levou a tomar o Cassino como um *outro espaço*.

**Outubro de 2011,**

**Sobre tempo, memória e história**



*Aqui, apresentamos o chão conceitual que sustenta as operações posteriores. Trazemos, a partir do campo científico, as noções de tempo, memória e história, caras ao empreendimento ora feito. Para tanto, perguntamo-nos: que tempo é esse de que falamos, ou melhor, que tempo é esse que torna possível que dele se fale, se pense, se escreva? De que modo história e memória podem estar imbricadas nesse processo? Quais as implicações dessa noção de tempo na constituição de um estudo de memória?*



Não seria imprudente afirmar que estamos atravessando um período de estima à memória. Desde as atividades escolares que seguidamente perguntam aos nossos avós o que eles faziam quando jovens, passando pelas situações cotidianas que nos colocam à prova a lembrança de uma informação, de um dado, uma ocasião, uma data, chegando às intervenções científicas de diferentes áreas do conhecimento (história, neurologia, arqueologia, entre outras); todas essas situações nos dão a impressão de que a memória vem sendo cada vez mais cultivada no funcionamento da sociedade.

No que concerne às intervenções científicas – e aqui nos limitaremos, por formação, a tratar exclusivamente do tocante à Educação Física – há, em curso, um contínuo processo de consolidação dos estudos de memória, o qual está sendo estimulado por pesquisas e proposições da última década do século XX em diante. Nesse período, vem emergindo uma série de ações acadêmicas evidenciadas pela crescente produção científica em teses, dissertações e artigos, pelo aparecimento de iniciativas de constituição de Acervos e Centros de Memória<sup>16</sup>, ou ainda, pelo protagonismo do tema em eventos científicos e grupos de trabalho<sup>17</sup>. Essa produção acadêmica vem aparecendo marcadamente por uma renovação

---

<sup>16</sup> Algumas dessas iniciativas são: o Centro de Memória do Esporte da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEME-ESEF/UFRGS), em atividade desde 1997; o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEMEF-EFFTO/UFMG), implantado em 2001; o Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) – Campus Muzambinho, criado em 2011.

<sup>17</sup> No país, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma das maiores entidades científicas da área e, desde 1979, é responsável pela organização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Constituído por Grupos de Trabalho Temático (GTTs), o CBCE possui, desde 2005, um GTT denominado Memórias da Educação Física e do Esporte. Antes disso, os pesquisadores interessados em discutir a memória dos diversos

historiográfica, fazendo emergir novas proposições teóricas, ousados procedimentos de investigação e alargados entendimentos sobre tipos documentais (VAGO, 2013).

Em certa medida, os resultados dessas ações e os conhecimentos que produzem não podem ser pensados desconexos às condições que os possibilitam. Portanto, ao invés de buscar argumentos explicativos que justifiquem esse acúmulo científico em torno dos estudos de memória nas últimas décadas, é preciso pensar naquilo que os possibilitam e, assim, se perguntar, por exemplo: que tempo é esse em que se vive e se produz memórias? Quais as implicações dessa perspectiva a respeito do tempo na constituição de estudos que vêm tornando cara, a noção de memória? Haveria alguma interpelação entre memória e história sendo pautada por esse tempo? Com que tempo estamos lidando que torna possível que se fale, se pense, se escreva? Ou melhor, que tempo é esse que torna possível que dele se fale, se pense, se escreva?

Nessa relação (tempo e escrita), escrever é um ato que se articula a uma dupla funcionalidade do tempo: escreve-se nele e a partir dele. Primeiro, porque a escrita se configura como um corte no tempo, tanto na vida de quem escreve, como daquilo que se escreve e de quando se escreve. Segundo, porque são algumas as condições que possibilitam um *fazerdizer* neste tempo, que já são outras quando se escreve em outro tempo.

A experiência da escrita ou a escrita da experiência, nesse sentido, é simultaneamente, falível e potente. Falível, porque sempre se está à mercê de não conseguir dizer o que se pretende, de imprimir linhas – de análise e de texto – das quais não se reivindicam, ou ainda pelo simples fato de que o tempo em que se escreve é provisório de tal forma que se corre o risco de estar obsoleto no momento em que a escrita se encerra ou acreditamos que tenha encerrado. De outra forma, a escrita é potente na proporção dela ser um dispositivo<sup>18</sup> para o pensamento, na medida em que está no terreno da subjetividade, da maneira como nos colocamos frente ao que experimentamos, da possibilidade de escrever a si mesmo. Dito de outra forma: da possibilidade de escrever-se<sup>19</sup>.

---

objetos científicos integravam o GTT intitulado Memória, Corpo e Cultura, tendo havido a separação frente a uma vontade de especialização das discussões epistemológicas promovidas pela sociedade científica (MOLINA NETO *et al.*, 2006).

<sup>18</sup> O uso desse termo encontra aproximações com a perspectiva foucaultiana, considerando o dispositivo como “máquina de fazer ver e falar”, constituído por “linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição” (DELEUZE, 1990, p. 157).

<sup>19</sup> Jogo com o “escrever-se” como se estivesse jogando com o “ensaiar-se”, de Jorge Larrosa, em que o ensaio, mais do que um gênero de escrita, “é uma determinada operação no pensamento, na escrita e na vida, que se realiza de diferentes modos, em diferentes épocas, em diferentes contextos e por diferentes pessoas (2004, p. 6-

Deste modo, escrever-se vem na cadência de um tempo que não está sendo tomado exclusivamente como unidade de medida avalizada por um calendário ou por um horário. Por outro lado, tenho acordo que seria um equívoco deixar esta compreensão de lado, afinal, a escrita é reveladora não só do lugar que falamos, mas do momento que escrevemos no curso de uma determinada história. Assim, filio-me a Bauman (2001) quando este propõe que vejamos o tempo como um “conceito zumbi”, que necessita de um dos dois tratamentos: ou o ressuscitamos, ainda que com uma nova roupagem, ou fazemos com que seja enterrado dignamente. Tudo isso, desde que assumamos a condição de estar vivendo o tempo de uma “modernidade líquida”.

Seguir pela primeira opção, neste caso, é retomar uma questão deixada no ar instantes atrás: que tempo é esse em que se vive e se produz memórias? Ao indicar que se trata de um tempo “líquido”, imediatamente outra pergunta se impõe: o que significa dizer isso? Pois bem, tendo publicado quatro livros<sup>20</sup> valendo-se de expressões como “pós-moderna” ou “pós-modernidade” para falar da época em que vivemos, o sociólogo Zygmunt Bauman passa, a partir de 2000, a utilizar o termo “modernidade líquida”. Numa entrevista publicada na Revista Tempo Social, Bauman (2003), salienta que:

[...] uma das razões pelas quais passei a falar em ‘modernidade líquida’ e não em ‘pós-modernidade’ [...] é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, ‘pós-modernismo’ de ‘pós-modernidade’ (p. 321).

Para o autor, enquanto que pós-modernidade se refere à sociedade ou a um tipo de condição humana, pós-modernismo é uma visão de mundo que não necessariamente deriva da condição pós-moderna. De certa forma, o deslocamento entre os termos não o removeu do propósito de analisar o mundo pós-moderno como aquele que funciona à moda moderna. A diferença é que, se a sociedade anterior – a moderna – ambicionava projetos de longa duração, a sociedade de agora – pós-moderna – traz o diferencial da permanente vida temporária que nada consegue estabilizar e, por isso, a metáfora da liquidez.

A partir de um jogo de imagens, o autor afirma que a busca por uma condição humana estável, de solidez duradoura e de um mundo previsível de outrora, foi realocada

---

7)”. Escrever-se, aqui, não estaria limitado a uma forma de disciplinar o pensamento, pelo contrário, “seria uma escrita que pensa e que pensa sobre si mesma, e um pensamento que escreve e que escreve sobre si mesmo” (p. 17).

<sup>20</sup> Legisladores e Intérpretes - sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais (1987, em inglês); *Intimations of Postmodernity* (1992, sem tradução para o português); *Ética Pós-Moderna* (1993); e *O Mal Estar da Pós-Modernidade* (1997).

através de uma política de derretimento que vem colocando em xeque as instituições modernas, as práticas de comunicação no convívio humano e o domínio entre as ações-escolhas individuais e as políticas coletivas para a vida.

Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluídos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil que mantê-los nela. Os sólidos são moldados para sempre. Manter os fluídos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo – e mesmo assim o sucesso do esforço é tudo menos inevitável (BAUMAN, 2001, p. 14-15).

O tempo, numa relação cambiante com o espaço, forma, para o autor, o atributo fundamental quando se trata de mostrar a transição desse modo de vida mais “sólido” para um formulado à base da instantaneidade, portanto, mais “líquido”. Afirma a modernidade como uma época em que o tempo e o espaço passam a ser protagonistas quando separados das práticas cotidianas da vida e entre si mesmos, rompendo com um pré-moderno que até então estava calcado na não separação de ambos, da experiência vivida. Nesta relação, o tempo, em particular, acaba se tornando diferente do espaço<sup>21</sup>, porque pode ser alterado e manipulado, constituindo-se no parceiro dinâmico desse casamento (BAUMAN, 2001).

A partir do instante que passa a ser medido, alargado, otimizado, descrito, o tempo adquire, na modernidade, uma “capacidade de carga” antes impraticável: “a história do tempo começou com a modernidade. De fato, a modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a história do tempo: a modernidade é o tempo em que o tempo tem uma história” (Ibid. p. 128-129). Para demonstrar com mais nitidez o efeito que a noção de tempo vem produzindo na transição da modernidade sólida para a modernidade líquida, o sociólogo utiliza, respectivamente, as nomeações de era do *hardware* e era do *software*.

A era do *hardware*, que está ficando para trás, é de um tempo obcecado pelas máquinas pesadas, pelo volume, pelas grandes fábricas, pelas conquistas territoriais e, conseqüentemente, pela manutenção de suas fronteiras. Utilizando-se de uma linguagem geográfica, esta é uma era em que os espaços vazios no mapa são insuportáveis. Elementos como riqueza e poder eram tidos como propriedades territoriais que, em muito pouco, senão nunca, eram móveis: “Na versão ‘pesada’ da modernidade, o progresso significa tamanho crescente e expansão espacial” (Ibid., p. 134).

---

<sup>21</sup> Nesse momento da tese, optamos pela demonstração das relações entre tempo e memória.

Para se chegar ao objetivo de expansão espacial, o tempo tinha que ser o mais otimizado e flexível possível, mas, para fortificar essa conquista, fazia-se necessário que ele passasse a ser rígido e inflexível. Em outros termos, a virtude de chegar antes ou fazer o mais rápido possível era tão importante quanto dar uniformidade e rotinização interna ao tempo, para manter o controle daquilo que foi conquistado.

Segundo Bauman, a mudança para a era do *software* foi possível a partir do momento que o espaço perde seu valor estratégico, uma vez que pode ser atravessado por qualquer tempo. Atingir qualquer espaço em qualquer período de tempo ou vários espaços num mesmo tempo é o que caracteriza uma modernidade mais leve. A instantaneidade como marca dessa outra era, significa não só a morte do interesse no espaço, como também, em certa medida, do próprio tempo, pois trabalha pelo desaparecimento da diferença entre início e fim, próximo e distante.

O tempo instantâneo e sem substância do mundo do software é também um tempo sem conseqüências. ‘Instantaneidade’ significa realização imediata, ‘no ato’ – mas também exaustão e desaparecimento do interesse. A distância em tempo que separa o começo do fim está diminuindo ou mesmo desaparecendo; as duas noções que outrora eram usadas para marcar a passagem do tempo, e portanto para calcular seu ‘valor perdido’, perderam muito de seu significado – que, como todos os significados, derivava de sua rígida oposição. Há apenas ‘momentos’ – pontos sem dimensões. Mas, será ainda um tal tempo – tempo com a morfologia de um agregado de momentos – o tempo ‘como o conhecemos’? A expressão ‘momento de tempo’ parece, pelo menos em certos aspectos vitais, um oxímoro (BAUMAN, 2001, p. 137-138).

Trata-se de dizer que a aniquilação entre o começo e o fim é feita em termos, porque esta instantaneidade não atingiu o grau zero de tempo, ainda que isto esteja no horizonte da modernidade leve. A preocupação não reside mais em tornar a experiência duradoura e resistente, mas fazer do momento da instantaneidade, uma experiência infinita, quiçá em que só existam começos. O que interessa é “abrir” essa instantaneidade por mais efêmera que possa parecer: “Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo e princípio da ação, a modernidade ‘fluída’ não tem função para a duração eterna. O ‘curto prazo’ substituiu o ‘longo prazo’ e fez da instantaneidade seu ideal último” (Ibid., p.145).

Nomear esse tempo, e não outro, de modernidade leve, fluída ou líquida, assim como discorrer acerca das mutações ora apresentadas para esse “conceito-zumbi”, é localizar que é a partir desse tempo que penso as relações entre história e memória. Afinal, o que é possível ser dito sobre elas num tempo inventariado pela velocidade, pela aceleração e pela instantaneidade da experiência?

Para Bom Meihy (2009), é justamente esse efeito de diluição da vida pós-moderna que faz com que a memória e a história sejam constantemente convocadas a dar respostas. A liquefação dos saberes, das relações sociais, dos referenciais exatos, até então sedimentados pela modernidade, vem provocando, segundo o autor, uma “mania-de-memória”, isto é, um movimento constante que nos impele a responder como é que podemos nos situar no mundo.

De certa maneira, esses investimentos acerca da memória não deixam de ser chamadas para uma desaceleração e valorização da vida. Sem querer escorregar para uma perspectiva saudosista de memória, arrisco-me a dizer, nesse sentido, que os estudos de memória vêm emergindo nos últimos tempos como uma espécie de retratação à velocidade com que tem se vivido. Por outro lado, não se pode descartar também a possibilidade desses investimentos serem interpelados pela própria mecânica desse tempo vertiginoso e acabarem construindo memórias sobre algo que nem existiu o suficiente para carregá-las.

De qualquer modo, é impensável, hoje em dia, que o trato da memória e da história desconsidere a roupagem fluída que esse tempo vem evidenciando. Contudo, convém salientar que não se trata de qualquer modo de usar e fazer história ou produzir memórias que está se falando. Retomando as imagens apresentadas por Bauman, definitivamente a história como *hardware* não interessa. De tal forma, estaria próxima a uma concepção iluminista do século XVIII que, tida como ciência, “reafirma seu pacto com a luz, com a realidade, vista como o formalizado, como aquilo que está fora dos homens e que os transcende” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 47). Falando em “nome da razão, da consciência, do poder, do domínio e da conquista” (Ibid. p. 49), a História com ares disciplinares parece estar sempre requerendo para si a constituição de metanarrativas, de um saber verdadeiramente verdadeiro e, quando o encontra, faz funcionar um regime em que as fronteiras do que pode ser dito estão bem delimitadas. A produção de saberes na concepção de uma História *hardware* seria o que permanece, o que dá uma estabilidade duradoura, mais fixa, como se os alicerces que a constituem não aparentassem nenhum tipo de rachadura.

Viver a História, nesse sentido, estaria mais para a contemplação do que para a construção, o que seria, de acordo com Nietzsche (2003), uma doença que vai degenerando o homem, o povo ou uma cultura. O filósofo alemão tenta dobrar o pensamento de uma História que paralisa, presa ao que se viveu, e colocá-la a serviço da vida:

A história, uma vez que se encontra a serviço da vida, se encontra a serviço de um poder a-histórico, e por isto jamais, nesta hierarquia, poderá e deverá se tornar ciência pura, mas ou menos como o é a matemática. Mas a pergunta ‘até que grau a

vida necessita em geral do auxílio da história?’ é uma das perguntas e preocupações mais elevadas no que concerne à saúde de um homem, de um povo, de uma cultura. Pois, em meio a um certo excesso de história, a vida desmorona e se degenera, e, por fim, através desta degeneração, o mesmo se repete com a própria história (p. 17).

Com contornos mais “softs”, estaríamos mais próximos de uma história que rompe com o cientificismo e o chamado racionalismo moderno, adquirindo um novo estatuto, dessa vez, livre da exigência de se produzir “um conhecimento capaz de apreender uma verdade única do passado, das leis eternas e imutáveis, das organizações estruturais” e tomá-la como uma “arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.63-64). A ciência inventa coisas que não existem? Não. Inventa as coisas a partir do momento em que há uma compreensão científica que abrange as problematizações, os instrumentos e as metodologias que as fazem emergir. Desse modo, a verdade estará sempre em perspectivismo<sup>22</sup> (SILVA, 2001).

Em suma, determinadas ações investigativas relativas a estudos de memória na pós-modernidade ou, se preferir, na modernidade líquida, vêm apresentando um movimento simultâneo de afastamento no que diz respeito à rigurosidade e à linearidade histórica e uma atenção àquilo que é imprevisível, o comum, o cotidiano, as coisas que permitiram (e permitem) a proveniência de determinadas práticas dentro de um respectivo período histórico.

A história soft “está sempre pronta a desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada, cristalizada” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 61). Assim, pesquisar a proveniência “não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p. 21).

Na tentativa de poder esquecer aquilo que já foi dito sobre o balneário Cassino é que se abre a possibilidade do novo e não a cristalização de uma verdade. Deixar de lado o conhecimento produzido acerca da invenção do Cassino como território de divertimento para as famílias de sobrenome, como local de práticas elitizadas que seguiam a moda europeia, como lugar de circulação de empresários e demais integrantes da alta sociedade, sobretudo

---

<sup>22</sup> Para o autor, perspectivar a verdade seria refratário à busca por uma convergência totalizante que a tornaria última. Ao contrário, as perspectivas seriam elas mesmas, verdades, múltiplas e divergentes, nada por detrás e além delas. Não há perspectiva mais verdadeira ou menos verdadeira do que outra. Todas, diz o autor, são ficções: “Toda a verdade e todo conhecimento não passam de ficções. Duas advertências, entretanto. Nesse caso, ‘ficção’, contrariamente à idéia tradicional que fazemos de ficção, não remete a nenhuma oposição ficção/não-ficção, simplesmente porque ficção é tudo o que existe. Fazer ficções não é algo que fazemos nas horas de folga em que não estamos descobrindo a verdade. É a nossa única atividade. E depois não se trata de uma atividade desprezível, nem as ficções são um produto inútil. As ficções são a nossa vida. É a vida que nos impele a fabricar ficções. Elas são a nossa verdade. A nossa única verdade” (SILVA, 2001, p. 4-5).



para desfrutar da casa de jogos, ou ainda, como patrimônio histórico preservado por projetos que ressaltam os antigos casarões, não significa desprezo, mas reconhecimento. O exercício de desconfiar que existam histórias por serem contadas, vozes a serem ouvidas, outras experiências a serem narradas, “é uma das coisas mais belas, arriscadas e necessárias...a desconstrução inicia por render homenagem àquilo ou àqueles a quem ela, a desconstrução, se prende” (FISCHER, 2005, p. 124).

Dessa forma, provavelmente, estaremos mais próximos de uma memória que se reconhece mais modesta, mais provisória, movediça, uma memória em tempos de *software*, mais líquida. Uma memória que contempla o esquecimento abdicando de um binarismo entre eles: “Um dos objetivos do pensamento-outro é de se curar das reminiscências, quer dizer, do monolítico ocidental, do culto ao todo, e do casal de tensões: memória e esquecimento, todo ou nada, culpa e castigo, vingança e perdão, bem e mal, vida e morte” (LINS, 2007, p. 46).

A velocidade (instantaneidade) do tempo parece operar junto ao esquecimento, ou melhor, à impossibilidade de não esquecer. Isso não torna esse trabalho mais fraco, pelo contrário, estaria justamente aí a força de uma memória líquida, no seu poder de esquecer, ou como diria Lins (2007), na fabricação de “uma memória sem memória” (p. 48). Na sequência, vamos aos referenciais teórico-metodológicos que sustentaram as (des)confianças desta produção de memórias. Intencionalmente, eles aparecem em pedaços, pois foi nesse ritmo que acabamos nos deparando com eles: eis a montagem.

**Maio de 2013,**

## **História Oral como a arte do encontro**



*O texto a seguir encaminha os referenciais teórico-metodológicos. Para tal, empregamos uma postura investigativa que apresenta e discute a perspectiva de história oral colocada em curso e ventila a possibilidade do encontro conceitual dos escritos de Alessandro Portelli com a escuta foucaultiana.*



Nesse momento, acompanhados de alguns fantasmas<sup>23</sup> e sob a forma de fragmentos, ganham vez os referenciais teórico-metodológicos mobilizados para o funcionamento desse empreendimento em história oral. Tratar disso consistirá em, pelo menos, dois movimentos de escrita.

O primeiro deles será expor a perspectiva de utilização da história oral pautada, principalmente, nos subsídios advindos de Alessandro Portelli, em que a construção de memórias pressupõe sempre sujeitos que lembram. Estando tanto na dimensão do psicanalista (que não se importa essencialmente se aquilo que é dito realmente aconteceu ou é imaginativo) quanto na dimensão do policial (que averigua a verdade dos fatos), mas principalmente entre elas (PORTELLI, 2010), a prática da história oral anuncia, assim, um cuidado para com a singularidade das memórias do entrevistado. Toma-se do autor, portanto, a noção de memória social, tida como aquela que é produzida de maneira tão própria, como são as impressões digitais (PORTELLI, 1997a), ainda que essa memória esteja vinculada a estratos institucionais, coletivos e/ou pessoais (PORTELLI, 2004)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Estamos chamando de fantasmas toda e qualquer postura que faz gaguejar diante da tomada de posições teórico-metodológicas numa pesquisa. Estar sob a ronda de fantasmas não significa que eles aterrorizam a ponto de nos paralisar ou de buscarmos esconderijos de proteção. Até porque é enquanto pesquisadores que criamos nossos fantasmas: será que estamos sendo objetivos? Será que o que estamos fazendo é científico? Será que as escolhas feitas fazem sentido? Será que o arcabouço conceitual está sincronizado ao tema e ao problema? Será que o processo metodológico está de acordo? Ou será que estaríamos enxergando fantasmas?

<sup>24</sup> A organização das narrativas que compõe as memórias acontece na linha do referido autor numa combinação entre fragmentação horizontal do tempo, que demarca épocas ou períodos, com a verticalidade dos eventos que cortam esse tempo. No que tange à verticalidade, podem-se definir alguns estratos utilizados como referência para as narrativas, sendo eles: o *institucional* (a esfera da política, governo, sindicatos, contexto histórico nacional e internacional), cujos espaços de referência são a nação e o mundo; o *coletivo* (a vida da comunidade, do bairro, no local de trabalho; as catástrofes; os rituais), em que os espaços de referência são a cidade, o bairro e o local de trabalho; e o *pessoal* (vida privada e familiar, casamentos, nascimentos, mortes), sendo o lar o espaço de referência (PORTELLI, 2004).

Já num segundo movimento, o propósito será o de pôr em murmúrio o próprio uso da perspectiva de história oral mencionada. Entendendo que as investigações no campo científico são, em geral, efeitos de desconfianças sobre determinados saberes naturalizados, perguntamo-nos: por que não fazer o mesmo em relação aos próprios referenciais teórico-metodológicos reunidos para dar conta de uma investigação? Pensando com, contra e a partir de um autor como diria Larrosa (2002)<sup>25</sup>, o eixo central do debate a seguir é a inquietação quanto à afirmação de Portelli: “A arte essencial do historiador oral é a *arte de ouvir*” (1997, p. 22, grifo nosso). Nesse sentido, tendo Michel Foucault como intercessor principal para essa problematização, deslocamos a afirmativa para uma pergunta: a arte essencial do historiador oral é a *arte de ouvir*?

Tratar – pelo menos – desses dois movimentos é lidar com os fantasmas que rondam a escrita dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa, ou melhor, são fantasmas porque se tornam intenções. Sendo a fuga que nos interessa aquela que suporte um enfrentamento com os fantasmas, não a que os evite, seguimos uma fuga na forma de escrita por fragmentos. Não aqueles fragmentos resultantes de um todo que foi quebrado e cujos estilhaços precisam ser remontados para fazer sentido. Estes já nasceriam com o destino pré-definido: voltar para o lugar que ocupavam no todo.

Noutro sentido, estamos tomando a noção de fragmento a partir de Deleuze (1997), quando sugere que o mundo se parece com um mostruário, ou, ainda, com uma colcha de retalhos (PORTELLI, 1997a; 2002), composta por amostras singulares, notáveis e não totalizáveis. Essas amostras, deleuzianamente falando, funcionam a partir da fragmentação, pois podem se referir tanto a casos coexistentes entre si, separados por intervalos de espaço, quanto vistas relativas a uma sucessão de fases entremeadas por intervalos de tempo. Nesse sentido, complementa:

Fragmentos são grãos, ‘granulações’. Selecionar os casos singulares e as cenas menores é mais importante que qualquer consideração de conjunto. É nos fragmentos que aparece o pano de fundo oculto, celeste ou demoníaco. [...] Mas é preciso que os fragmentos, as partes notáveis, casos ou vistas, sejam extraídos por um ato especial que consiste precisamente na escrita (p. 68-69).

---

<sup>25</sup> Na introdução do livro *Nietzsche e a educação*, Jorge Larrosa (2002) salienta sua preocupação não exatamente com aquilo que o filósofo alemão deixou em doutrinas ou aquilo que, em Nietzsche, pertence disciplinarmente ao terreno da Filosofia. Ao contrário, escreve que “[...] o que importa não é (só) o que Nietzsche pensou ou (apenas) o que nós podemos pensar sobre Nietzsche, mas o que com Nietzsche, contra Nietzsche ou a partir de Nietzsche possamos (ser capazes ainda de) pensar” (p. 8).

Escrever em fragmentos, separados por intervalos de tempo e espaço, possibilitou que as extrações feitas fossem, posteriormente, coladas de forma multidirecional, pois só conseguimos estabelecer relações entre as coisas que estão em pedaços, não o que já está unido. Assim, das primeiras às últimas palavras dessa composição de tese junto à história oral optamos por fazer uso de uma estética de escrita que marca esses pedaços. Há perigos nisso, afinal, escrever em fragmentos não está longe de também se tornar um fantasma.

*Janeiro de 2013*

### *Um tanto de postura investigativa*

Não é de hoje que insistimos em chamar nossas metodologias de pesquisa<sup>26</sup> de muitos outros nomes. Caminhos, operações, percursos, trajetos, modos, jeitos, pressupostos, inspirações... o que mais? De vez em quando, tão plural quanto, substituímos ou associamos essas nomeações por algo como postura, atitude, olhar, perspectiva, estilo, aproximação... e mais?

Imaginamos que, para além do significado semântico ou etimológico da expressão, existam traços que postulem diferenças tanto no uso quanto nos efeitos desse uso referente à forma nominal<sup>27</sup> que se escolha empregar. Se, por um lado, não faz parte das tarefas iniciais tratar dessas distinções, por outro, é inevitável pensar que toda tentativa de falar nela, na metodologia, é uma tentativa de mostrar o curso de um processo criador.

Tratando-o enquanto uma viagem, diríamos que escrever a metodologia seria como traçar um itinerário no qual importa enfatizar menos em que lugar ela iniciou e mais como e o que se busca onde se está indo. Alojadas na relação estabelecida na produção e tratamento das fontes, interessa-nos acionar duas imagens de como isso aconteceu dentro do que estamos chamando de processo criador: as viagens com cara de pesquisador-peregrino e aquelas de pesquisador-turista.

---

<sup>26</sup> Esse exercício rigorosíssimo de uma lógica que é ativada no momento em que fazemos os recortes, na seleção e aplicação de determinadas técnicas, no cumprimento de alguns pressupostos norteadores, na execução de uma série de procedimentos organizados, na relação com os dados obtidos, na imbricação entre eles e as teorias.

<sup>27</sup> Nomear não está no terreno do desproposital, do involuntário. Dar nome é intencional, mantém laços estreitos com uma experiência do poder, com uma vontade de poder: “O direito senhorial de dar nomes vai tão longe, que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder dos senhores: eles dizem: ‘isto é isto’, marcam cada coisa e acontecimento com um som, como que se apropriando assim das coisas” (NIETZSCHE, 2008, p. 19).

As imagens do turista e do peregrino são cunhadas por Bauman (1995, 1998)<sup>28</sup>, para se referir ao modo de condução da vida “pós-moderna”. Com sua profícua capacidade de criar arranjos verbais quase que autoexplicativos, o autor sugere que essas duas figuras, semelhantes só porque têm a viagem como condição de existência tendem a carregar particularidades com as quais nos identificamos por certo tempo, como que se submetendo a um tratamento contra a insegurança de um mundo volátil.

A viagem do peregrino, por exemplo, é composta por credos, talvez o mais presente seja de que a própria viagem é mais importante do que o destino. Tendo como objetivo sempre a busca por algo em que acredite, ele se importa com o caminho, desde que este seja uma sucessão de passos bem planejados e conservados em direção a algum lugar que vai ter razão de existir em função da experiência de viajar. Alcançar o ponto de chegada previamente desejado, escolhido e aspirado, daria forma a essa caminhada, daria totalidade e sentido aos episódios vividos ao longo do caminho.

Os peregrinos apostavam na solidez do mundo por onde andavam – uma espécie de mundo em que a vida pudesse ser contada como uma história contínua, uma história que fizesse sentido, uma história que fizesse de cada acontecimento anterior a causa do seguinte, e de cada idade da vida uma estação da via a caminho da plena realização. O mundo dos peregrinos – dos construtores de identidades – tem de ser ordeiro, determinado, previsível, garantido, mas tem de ser também, sobretudo, um mundo em que as marcas dos passos se inscrevam duradouramente [...] um mundo em que o viajar possa ser, na realidade, uma peregrinação (BAUMAN, 1995, p. 93).

Nesse *continuum* que é a vida do peregrino, aprender com passado, viver o presente e construir um futuro está igualmente nivelado. Meditar a respeito do que se passou, contemplar o que está se vivendo e rumar a algum lugar compõe esse ato de fé que é a peregrinação. Para tal, ele não tem nenhum problema com a lentidão, pois é justamente ela que permitirá dar significado às conquistas tanto quanto às quedas.

Para viver lentamente e contemplar, o *habitat* do peregrino deve ser o deserto, não a cidade. A cidade distrai, é agitada, confusa e pode extraviar o peregrino do seu caminho. O

---

<sup>28</sup> Espalhados em trechos dos livros *A vida fragmentada* (1995) e *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), Bauman apresenta não só o turista, mas o deambulador, o vagabundo e o jogador como sucessores do peregrino. Quanto este último, diz o autor, “foi a alegoria mais adequada da estratégia de vida moderna” (1995, p. 97); os outros quatro são modelos ou estilos de vida que não funcionam isoladamente, mas “desenham um conjunto que é a metáfora da estratégia pós-moderna, animada pelo horror à ligação e à fixação” (ibidem). Tais figuras, ressalva, não são uma invenção do advento pós-moderno, mas passaram da marginalidade de outrora a ocupar um lugar central e praticado pelas pessoas no seu tempo fundamental da vida pós-moderna. Neste trabalho, insistir em trazer a imagem do peregrino significa dizer que não deixamos de ser efeito de um projeto moderno quando chamamos esse *hoje* em pós-moderno. Significa argumentar que o turista, como sucessor do peregrino, não quer dizer o apagamento deste, mas que aquele só passou a existir porque sabemos como este funciona.

deserto é sinônimo de provação, lugar em que as marcas deixadas são da própria caminhada e onde ele irá encontrar-se consigo mesmo. O contrário disso, ou seja, ter se enganado no trajeto a ponto de não achar sentido para a viagem e para a sua existência, torna-se o maior medo do peregrino.

Movido pela necessidade, ele transforma cada instante em um ponto fundamental para seu projeto de longo prazo. Tudo tem finalidade, inclusive aquilo que chega de forma inevitável (BAUMAN, 1995). Tem paciência o suficiente para se habituar aos lugares em que chega e cultivar as pessoas que encontra no meio do caminho. Sua eficiência, no entanto, é posta em xeque quando nos perguntamos: o que é duradouro o bastante, nesse mundo pós-moderno, que mereça viver como peregrino? Num mundo inóspito à lentidão, à conservação, à contemplação, como garantir a peregrinação?

Como pode alguém viver a sua vida como peregrinação se os relicários e santuários são mudados de um lado para outro, são profanados, tornados sacrossantos, e depois novamente ímpios num período de tempo mais curto do que levaria a jornada para alcançá-los? (BAUMAN, 1998, p. 112).

O turista, ao contrário do peregrino, dificilmente crê, não tem tempo pra isso. Aliás, perder tempo é extremamente dispendioso para ele, porque quanto mais demora pra chegar num lugar menos pode aproveitá-lo. A viagem importa menos que o destino. E quando chega nele, já quer outro, para que assim evite o tédio, talvez o maior dos medos do turista. “A peculiaridade da vida turística é estar em movimento, não chegar” (BAUMAN, 1998, p. 114). São adaptados à mobilidade e não aos encontros ou aos lugares. As pessoas “[...] não são as zeladoras das estalagens do meio do caminho, que os peregrinos tinham de visitar outra vez e outra vez, a cada peregrinação”, elas são “[...] um efeito colateral do empurrão de ontem, que antes de ontem ainda não era imaginado ou antecipado” (Ibid., p. 115).

Ao contrário dos peregrinos, as escalas não são estações que formam um todo lógico que guiaria as próximas experiências e assim sucessivamente. As estações, para o turista, valem como pernoites. Nesse acúmulo de fragmentos que é a vida do turista, só existe o presente. Passado (que passado?) e futuro (nada além do imediato) não têm vez nesse ato de consumo que é ser turista. Ele busca diversão nos lugares que visita, guardando deles apenas fotos e algumas lembrancinhas.

Movido pelo prazer, ele transforma cada instante na procura pelo exótico (a novidade). O efeito disso é sentido pelo turista como se estivesse no controle das situações,

não tanto como que se salvando da volubilidade das relações que estabelece, mas fazendo suas conexões, sabedor de que elas caem ao menor dos movimentos.

Segundo Bauman (1998), as olhadelas do turista, o seu interesse inconstante e sua instável atenção é o que vai dar vida a uma determinada *estrutura*<sup>29</sup>, ainda que esta possa ser substituída, logo ali, por outra. O turista vive em fragmentos, abruptamente abertos e, não da mesma forma, fechados. A decisão de concluir um fragmento nunca é definitiva, uma vez que aquele encontro que supostamente ficou lá atrás reaparece bagunçando as certezas de até então. A incerteza é, ao mesmo tempo, a garantia e o temor do turista.

Associando as duas imagens apresentadas ao ato de pesquisar (isso que nominamos de viagem), nos perguntávamos frequentemente: por um pesquisador-turista ou pesquisador-peregrino na construção de um conhecimento histórico? Evidenciar o processo criador estaria no roteiro de que viajante? Os movimentos de pesquisa deviam seguir os objetivos bem planejados antes de começar a viagem ou apenas seguir pelo prazer de consumir conceitos, *insights*, sujeitos sem perder tempo? Devíamos seguir nos adaptando aos lugares em que chegávamos ou eles que se adaptassem aos nossos procedimentos? Devíamos seguir nos preocupando com as supostas decepções causadas porque os lugares visitados não eram o que imaginávamos ou cuidar as falhas e os enganos que se davam conosco? Por uma viagem cada vez mais contemplativa ou mais divertida?

Sem traições ao que o próprio Bauman destaca acerca da produção de identidade<sup>30</sup>, diríamos que os dois e nenhum ao mesmo tempo. Há, sem dúvida, momentos em que nos vestimos ora de peregrino, ora de turista; noutros, meio um, meio outro. E há também instantes que nos obrigamos a nem abrir o guarda-roupa. Talvez, indo pelas fronteiras, um pesquisador atento às tangências, um pesquisador, por que não, de passagem.

---

<sup>29</sup> “[...] os homens e mulheres modernos viveram num tempo-espaço com *estrutura*, um tempo-espaço rijo, sólido, durável – exatamente a correta referência de nível para traçar e controlar o caráter caprichoso e volátil da vontade humana – mas também um duro recipiente em que os atos humanos podiam achar-se sensíveis e seguros” (BAUMAN, 1998, p. 110 – grifo dos autores). Colocar a expressão que originou a nota em itálico chama atenção para a maneira perspicaz com que o autor desloca o uso da noção de estrutura do moderno para o pós-moderno, sem precisar alterar o termo.

<sup>30</sup> Pensada sob a égide da liquefação e da individualização, Zygmunt Bauman (1998) dá o tom para a noção de identidade, dizendo ser adotada e descartada assim como uma “troca de roupa”. Salienta que “a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e de aderir depressa demais ao corpo. [...] *O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe*” (BAUMAN, 1998, p. 114, grifo nosso).

*2º semestre de 2010,*  
*Tratando de uma perspectiva de história oral*

As incursões pela história oral anunciam diferentes perspectivas de entendimento e tratamento da noção de memória. Afetados, principalmente, pelos estudos de Alessandro Portelli, encaminhamos uma aproximação conceitual que diz:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, memória é *social* e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história ‘social’); [...] mas ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais (PORTELLI, 2002, p. 127, grifo nosso).

Confiada mais à oralidade do que a documentos, tal proposição coloca o indivíduo no centro da cena e, talvez, por isso, tensiona o pesquisador a repetir para si mesmo, a todo o momento: “o que fazer com aquilo que nos é falado?”. Partindo de uma relação entrevistador-entrevistado na produção das fontes que alimenta a constituição de uma memória social, é inevitável que em algum momento de uma pesquisa possa incomodar o fato do quanto o que é dito pelo entrevistado responde por imaginação – e, portanto, deve ser limpo – e o quanto é verossímil – e pode ser utilizado. Antes ainda: o que será que o entrevistado pensa e diz para uma pessoa que talvez não o conheça e tenha com ele mais diferenças do que semelhanças<sup>31</sup>?

Esse é um incômodo do qual o pesquisador que transita na história oral não se livra, ao contrário, deve lidar. Estar entre o imaginado e o ocorrido é algo que pertence ao processo de lembrar e que não precisa ser extinto, sobretudo, quando entra a tal da subjetividade:

A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1996, p. 2).

A subjetividade de quem fala, portanto, parece ser fundamental quando o que importa não é o fato em si, mas a oralidade do fato. A memória, ainda que se remeta a um

---

<sup>31</sup> O acúmulo de entrevistas realizadas nos trabalhos de Portelli (2010) o possibilita chamar de clichê a regra de que o entrevistador deve estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado para que esse possa se abrir. Diz ele que a “[...] história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância. Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós” (p. 35).



“meio social dinâmico” (o mundo, a cidade, o trabalho, o bairro, o lar), “valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”, é individual. “Em vista disso as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas”, mas, em nenhuma hipótese, “as lembranças de duas pessoas são exatamente iguais” (PORTELLI, 1997a, p. 16).

Aliás, em se tratando da perspectiva da memória social, há três aspectos que configuram o tratamento a ser dado à fala de um entrevistado, os quais estão conectados a essa singularidade do sujeito: a individualidade, a igualdade e a diferença. O primeiro, já ressaltado, prevê o respeito à subjetividade de quem conta determinado fato; o segundo responde pela equidade de relevância a ser dada diante do que foi contado por todos àqueles que são entrevistados; e o terceiro, se tomarmos as falas a partir da individualidade, por efeito, devemos levar em conta que uma fala é diferente da outra.

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa **arte de ouvir** baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência [...] Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos isolados e soberanos – e, sem exceção, muito especiais – é *igualmente* importante e necessária (PORTELLI, 1997a, p. 17, grifo nosso em negrito).

Nas trilhas do autor, sendo todo indivíduo uma mistura de histórias em potencial, a posição do entrevistador parece ser a de provocá-las, ao invés de resgatá-las ou recolhê-las junto aos entrevistados. Nesse processo, viajamos com as roupas de peregrino e turista na mochila e fomos vestindo uma ou outra, conforme a temperatura da pesquisa. A previsão obrigou, em determinados momentos, a necessidade de peregrinarmos e cultivarmos as pessoas que encontramos no meio do caminho, de não afobarmos a caminhada entre um encontro e outro, de nos adaptarmos aos lugares em que eles aconteceram e, se possível, visitá-los mais de uma vez.

De outra maneira, as roupas de turista caíram bem quando pensamos em não demorar muito nos lugares visitados, sob o risco de deixar escapar algo novo ali adiante ou pelo pouco tempo que ainda tínhamos para viajar<sup>32</sup>. Se, “todas as pessoas enriquecem nossa experiência”,

---

<sup>32</sup> Para além do ritmo que o campo empírico imprime à pesquisa, fugindo por vezes ao controle do pesquisador, um outro componente vem pautando o tempo destinado a uma pesquisa no Brasil: a permanente preocupação com o cumprimento e a otimização, quando possível, dos prazos estabelecidos pelas agências de fomento e por órgãos de avaliação das graduações e pós-graduações.

que problema haveria em buscá-las incessantemente, sem perder tempo? Pode-se dizer que essa ligeireza provocou tropeços, não encontros, com os entrevistados. Mas não é assim mesmo que, de certa forma, acontece? Por um corte qualquer no tempo, e por efeito de empurrões que, por vezes, não deciframos de onde vieram, não só os entrevistados atravessam a viagem do pesquisador, como o próprio pesquisador tropeça na vida deles.

De qualquer forma, sendo peregrino ou turista, as perguntas, as posturas e as reações durante as “entre/vistas” (PORTELLI, 2010) foram algumas armas que estiveram à nossa (dis)posição. Além do ouvir, é claro. E é justamente nesse ponto que inserimos uma das principais questões que nutre a provocação que desdobramos na sequência do texto. Como já adiantado nos primeiros parágrafos desse capítulo, em um de seus escritos, Portelli (1997, p. 22) afirma que “a arte essencial do historiador oral é a arte de ouvir”. Uma vez que nos pomos a conversar com alguém, o ato de escutar mais do que falar, segundo o autor, passa a ser uma demonstração de querer aprender um pouco da vida do entrevistado e das histórias que este tem a contar. Algo significativo o suficiente para se tomar como arte, tamanho o empreendimento envolvido na ação de ouvir o outro, aquele que não é o mesmo que nós. A problematização à qual nos dedicaremos a seguir é desconfiar da afirmação, deslocando-a para uma pergunta: a arte essencial do historiador oral é a *arte de ouvir*?

Tal deslocamento foi motivado por uma sensação de que, no uso da história oral, o ouvir foi se constituindo apenas como parte do processo. Nesse caso, o que o faria ascender ao *status* de arte? A presença de uma performance? Vejamos o que diz o próprio autor a respeito dos desafios pertinentes a essa operação:

A história oral, hoje, está plenamente consciente dos problemas colocados na transposição de uma performance oral para um texto escrito. Cada historiador tem suas próprias soluções, mas todos deparam os mesmos problemas: a poética e a política da história oral se assentam no reconhecimento da constituição dialógica da fonte e do texto. A *historiografia* baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance (PORTELLI, 2010, p. 216).

Assim, se há performance na passagem do oral para o escrito, não teríamos aí o reconhecimento do ato de *escrever* também como arte? História oral como *arte de ouvir* ou *arte de escrever*? Ou ambas? Se, como diz o próprio autor, não se pode esquecer que o texto escrito nasceu como performance, não poderíamos pensar na existência também de uma *arte de falar*? Teríamos, assim, a produção de memórias entre performances de falar, ouvir e escrever.

Le Goff (2002), ao fazer um ensaio sobre o que chamou de história da memória, propõe um olhar para as funções confiadas a esta última ao longo do tempo, em especial na transição de uma sociedade de memória essencialmente oral para uma sociedade de memória essencialmente escrita. O autor fez esse registro a partir de um olhar para cinco períodos na história.

No primeiro período, salientou a presença da memória nas sociedades sem escrita, a qual caracterizou como uma memória étnica em torno de três grandes domínios: os mitos de origem, a genealogia das famílias dominantes e o saber técnico nas práticas de magia religiosa. No segundo período, da sociedade pré-histórica à antiguidade, o aparecimento da escrita se constituiu como o traço marcante dessa época, permitindo o desenvolvimento de duas formas de memória. Na primeira, assumindo a forma de inscrição, apareceram as epígrafes comemorativas de feitos memoráveis, uma vez que registrar nos arquivos de pedra dava durabilidade à memória. A outra forma correspondeu ao documento escrito elaborado sobre um suporte afeito à escrita, não mais sobre a pele, a carapaça, a pedra, mas sobre um pergaminho. A escrita, nesse sentido, permitiu a memorização palavra por palavra, inatingível no período anterior. Essa nova política da memória foi favorável aos reis do Oriente antigo, principalmente, por gravar registros “[...] em que estão sobretudo narrados os seus feitos – que nos levam à fronteira onde a memória se torna ‘história’” (LE GOFF, 2002, p. 430).

A metamorfose da memória na Idade Média Ocidental, terceiro período, respondeu por sua ligação com o poder dominante do cristianismo. A fé e seus atos divinos deviam ser rememorados pelo culto, pelos livros sagrados, pela lembrança dos que morreram – desde que tivessem sido benfeitores da Igreja, não os excomungados.

Em seguida, na Renascença (quarto período), o autor destaca os progressos da memória escrita e figurada até os nossos dias, defendendo a ideia de que a imprensa vai alterar a memória ocidental. A impressão de tratados científicos foi acelerada e passou a dilatar a memorização dos saberes, especialmente àqueles que diziam respeito às nações (memória mais coletiva do que individual). Houve um retorno, localizado na Europa, ao primado do *in memoria*, em que os feitos das revoluções – a Revolução Francesa é um exemplo –, a conservação dos mártires e a construção de monumentos atestaram a função da memória.

Os desenvolvimentos contemporâneos da memória fecham o ciclo (quinto período) apresentado pelo autor. Nele é destacado que o surgimento da memória eletrônica implicou,

segundo o próprio Le Goff, uma revolução documental para a história (uma vez que passa a existir um novo tipo de memória chamado banco de dados), tanto quanto a extensão do próprio conceito de memória. Os campos da filosofia, da literatura, das ciências sociais, até mesmo da biologia, passam a converter o olhar histórico para uma história dita *nova*, feita a partir de memórias e templos múltiplos, animada pelas imagens, pelos gestos, pelas oralidades, recusando uma temporalidade linear e de longo prazo.

Por mais que estejam numa sequência histórica, a manifestação de um período não significa a supressão absoluta do anterior no que se refere à atividade mnêmica. Há possibilidade de encontrar respingos de quaisquer períodos históricos nas práticas de produção de memória contemporânea.

Nesse sentido, a provocação que aceitamos (ou inventamos!?) traz para o debate uma cena que está diluída ao longo dessa história da memória, fundamentada pelo historiador francês. Trata-se das contribuições gregas, ou melhor, da mitologia e filosofia gregas, sobressaídas da “sociedade da epigrafia”<sup>33</sup> em diante. Diz o autor que, entre os gregos antigos, da “mesma forma que a memória escrita vem acrescentar-se à memória oral, transformando-a, história vem substituir a memória coletiva<sup>34</sup>, transformando-a, mas sem destruí-la” (LE GOFF, 2002, p. 432). Esta mutação de que trata o autor é decorrência dos movimentos de divinização e laicização da memória, nascedouro da mnemotécnica.

Sobre a divinização, diz a lenda platônica que o deus egípcio Thot, patrono dos escribas e dos funcionários letrados, ao desenvolver o alfabeto, mais enfraqueceu do que fortaleceu a memória. Acreditava-se que quem o aprendia, confiando naquilo que estava escrito, engendraria simultaneamente esquecimento à alma. Os gregos arcaicos, frente a essa morte, elaboram a divinização da memória, tornando-a uma deusa, *Mnemosine*, a qual procriou junto com Zeus, nove musas, entre elas, *Clio* (a história). A deusa confia aos homens, em especial aos poetas, as lembranças dos heróis e suas realizações. O poeta seria, assim, um adivinho do passado, das origens.

---

<sup>33</sup> Segundo o autor, as “sociedades da epigrafia” foram partícipes da transição entre as civilizações sem escrita para aquelas com capacidade de fazer registros, inscrições inicialmente em pedra, mármore, madeira, até chegar ao uso de um suporte especificamente destinado à escrita. Todos esses registros, ainda que heterogêneos em suas formas, tinham a intenção de perpetuar lembranças com vias a comemorações, homenagens, arquivamentos.

<sup>34</sup> A forma com que Le Goff, nesse livro, utiliza os termos memória coletiva e memória social não é explícita. Não parece haver diferenças conceituais e/ou operacionais entre o uso feito na citação e outra em que coloca: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (2002, p. 422).

Sobre a laicização, a filosofia grega, em Pitágoras, passando por Aristóteles e Simônides, lembra Le Goff, levaram *Mnemosine* do mito, do universo da cosmologia, para a escatologia. Pitágoras ensinava que não havia nada de divino no ato mnêmico, tratava-se de um exercício. Colocar esse exercício para dentro de um tempo não mais mítico tornava o exercício da memória laico. “Esta laicização da memória combinada com a invenção da escrita permite à Grécia criar novas técnicas de memória: a mnemotecnica” (Ibid., p. 435).

Com isso, segue o autor dizendo, a memória foi colocada no grande sistema da retórica, essa arte da cultura antiga vista até os dias atuais.

A memória é a quinta operação da retórica: depois da *inventio* (encontrar o que dizer), a *dispositio* (colocar em ordem o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras e das figuras), a *actio* (recitar o discurso como um ator, por gestos e pela dicção) e, enfim, a *memória* (*memoriae mandare*, ‘recorrer’ à memória) (LE GOFF, 2002, p. 437).

Dentro dessas operações, pensando a retórica não só como pronunciamentos políticos, palestras ministradas, livros escritos, mas também oralidades produzidas, os encontros os entrevistados continuariam a ser artes de ouvir? Seria absurdo pensar que seriam, antes ou conjuntamente, artes de falar e, no seu limite, artes de escrever? Pensar dessa forma retiraria do ouvir a condição de ser *a* arte da história oral?

### ***Verão de 2012, Aumentando o volume dos murmúrios***

Trinta verões antes, de janeiro a março de 1982, Michel Foucault proferia, no Collège de France, em 24 aulas – somando a primeira (2006a) e segunda horas (2006b) –, o curso intitulado A Hermenêutica do Sujeito. Nele, o autor ocupa-se do sujeito como eixo central, não aquele “cuja natureza ou identidade já está constituída, mas aquele que se autoconstitui em práticas de si” (MUCHAIL, 2009, p. 81).

Em certa altura, mais precisamente na primeira hora da aula do dia 3 de março, Foucault sugere que a memória, ou exercícios progressivos de memorização, seria a técnica que faz ascender aos discursos verdadeiros. A busca pelo discurso verdadeiro, portanto, não está num mergulho interior até o fundo de nós mesmos, mas na capacidade que temos de absorver e interiorizar verdades que estão por aí.

Em suma, poderíamos dizer que [...] a ascese é o que permite, de um lado, adquirir os discursos verdadeiros, dos quais se tem necessidade em todas as circunstâncias, acontecimentos e peripécias da vida, a fim de se estabelecer uma relação adequada, plena e acabada consigo mesmo; de outro lado, e ao mesmo tempo, a ascese é o que permite fazer de si mesmo o sujeito destes discursos verdadeiros, é o que permite fazer de si mesmo o sujeito que diz a verdade e que, por esta enunciação da verdade, encontra-se transfigurado, e transfigurado precisamente pelo fato de dizer a verdade (FOUCAULT, 2006a, p. 400).

A ascese filosófica<sup>35</sup> está em fazer seus os discursos que se reconhece como verdadeiros. Não só de fazer seus, como também sustentar as coisas que enuncia e que se sabe, eis aqui a subjetivação do discurso verdadeiro em uma prática de si. Para esse alcance, o autor apresenta as técnicas e práticas que considera como suportes permanentes para fazer funcionar essa ascese: a escuta, a leitura, a escrita, a fala.

Ao fato de recolher o que se diz de verdadeiro, a escuta é considerada como o primeiro procedimento na ascese e na subjetivação do discurso.

E enfim a escuta será o primeiro momento deste procedimento pelo qual a verdade ouvida, a verdade escutada e recolhida como se deve, irá de algum modo entranhar-se no sujeito, incrustar-se nele e começar a tomar-se *suus* (a tomar-se sua) e a constituir assim a matriz do *êthos* (FOUCAULT, 2006, p. 401, grifos do autor).

No entanto, segundo os gregos, a escuta apresenta uma natureza ambígua que pode comprometer a ascese da verdade. Nos séculos I e II, Plutarco escreve um Tratado da Escuta, em que considera o ouvir como o mais *pathétikos* e o mais *lógikos* de todos os sentidos.

A porção *pathétikos* da audição está vinculada à passividade da alma em relação aos eventos expostos pelo mundo exterior: “[...] não se pode não ouvir o que se passa ao redor de si” (FOUCAULT, 2006a, p. 403). Para além dessa certa impotência em impedir de se ouvir o que se ouve, soma-se à capacidade de se deixar enfeitiçar por aquilo que lhe é dito, estando, assim, à mercê dos efeitos da retórica.

Colando essas ponderações aos processos que envolveram a produção de fontes na história oral, avaliávamos: o quanto houve de *pathétikos* na audição dos entrevistados? Sentir um tanto de fascínio ao escutar o que jamais passara pelos ouvidos antes, deparar-se com as novidades lançadas pelos entrevistados, tudo isso seria efeito do ato de peregrinação que pretende valorizar e conferir sentido a tudo e a todos? Ou os entrevistados estariam sendo habilidosos retoricamente para nos fazerem acreditar no que dizem? A vontade de desistir de

---

<sup>35</sup> Michel Foucault faz questão de diferenciá-la da ascese cristã, que consiste no movimento contrário, ou seja, renuncia-se a si mesmo para se subjetivar em um discurso verdadeiro.

uma entrevista sem finalizá-la (por ética, por respeito, por tarefa), simplesmente porque já não interessava mais os rumos que ela tinha tomado<sup>36</sup>, era um sentimento próprio de um pesquisador-turista que se esquivava do tédio? Ou o entrevistador seria habilidoso de menos a ponto de se tornar um tanto cansativo?

Porém, não só de *pathétikos* vive o pesquisador, mas também de *lógikos*. A ambiguidade da audição reside no fato de que ela é impassível frente ao que chega nela. É pela audição, diz Foucault, que em vista disso se pode aprender a virtude.

Não se aprende a virtude pelo olhar. Ela é aprendida e só pode ser aprendida pelo ouvido porquanto a virtude não pode ser dissociada do *lógos*, isto é, da linguagem racional, da linguagem efetivamente presente, formulada, articulada, verbalmente articulada em sons e racionalmente articulada pela razão. Este *lógos* só pode penetrar pelo ouvido e graças ao sentido da audição. O único acesso da alma ao *lógos* é, pois, o ouvido (Ibid., p. 404).

Mais adiante, Sêneca (carta 108) e Epicteto (colóquio II, 23) retomam, com pontos de vista diferentes de Plutarco, o tema da ambiguidade da audição. Sêneca faz da passividade da escuta, outrora no sentido *pathétikos*, um princípio de ambiguidade que contém vantagens e inconvenientes. Por vantagem, retira o ouvir de um lugar frio e o desloca para algo proveitoso, justamente pela possibilidade de o ouvido se deixar penetrar, sem filtros. Recolher mesmo aquilo que mal é compreendido, mesmo aquilo em que não se presta tanta atenção, ali existe uma chance de algo permanecer, pois “[...] quer o sujeito queira, quer não, há sempre um certo trabalho do *logos* (discurso) na alma” (Ibid., p. 405). A vantagem do lado patético da audição é justamente a desatenção como virtude. Já o lado inconveniente para Sêneca, em face disso, seria a presença de locatários ao invés de discípulos, pois a atenção deveria estar mais bem dirigida do que “somente aos ornamentos, à beleza da voz, à escolha das palavras e ao estilo” (p. 406), precisando de uma certa arte, uma certa técnica conveniente de escutar.

Epicteto retoma o ouvir pelo lado do *logikós*, mostrando que a ambiguidade está presente até mesmo na atividade lógica da audição, pois nela também há algo da ordem do passivo. Isso torna perigoso, inclusive, a audição da palavra da verdade, uma vez que esta não é possível em estado cru; é preciso, antes, que seja dita. Para tal, está organizada num discurso em que duas coisas são particularmente necessárias:

---

<sup>36</sup> A ansiedade de passar para uma próxima entrevista foi sentida quando: o depoente sutilmente desviava a conversa para aspectos que gostaria de falar mais do que ser perguntado; ou quando já estava em curso a “lei dos rendimentos decrescentes” (BOM MEIHY; HOLANDA, 2011), isto é, o esgotamento daquilo que se fala pela repetição com que vai aparecendo.

Primeiro uma *léxis*. A *léxis* é a maneira de dizer: não se pode dizer as coisas sem uma certa maneira de dizer. E também não se pode dizer as coisas sem utilizar o que ele chama de ‘certa variedade e certa fineza nos termos’. Quer com isto significar que não se pode transmitir as coisas sem escolher os termos que [as] designam, sem, por conseguinte, certas opções estilísticas ou semânticas que impedem que a própria ideia, ou antes a verdade do discurso, seja diretamente transmitida (FOUCAULT, 2006a, p. 407).

A transmissão oral constitui-se numa das formas de o verdadeiro ser dito, sendo que, para isso, se apoia no conjunto que envolve maneiras de dizer e opções semânticas. Cativar o ouvinte e paralisá-lo mais pela maneira como se diz – e não exatamente pelo que se diz – é o risco que ronda esse combinado. Em resumo, quer pelo aspecto *pathétikos* ou pelo *lógikos*, estamos num sentido ambíguo da audição, sempre submetido a uma coisa e outra.

Ainda conduzido pelo procedimento da escuta, Epicteto ingressa naquela provocação do final do subtítulo anterior, utilizando, para isso, uma comparação com o ato de falar. Ainda que a passividade da primeira (escuta) possa comprometê-la, em ambas as práticas (escuta e fala) a utilidade é, ou deveria ser, uma condição almejada. Escutar de forma útil é tão difícil quanto falar de forma útil<sup>37</sup>, no entanto, há um elemento que as difere em seu funcionamento. Se para falar de maneira profícua é necessária certa *tékhne* (arte), para escutar como convém é preciso certa *empeiría* (experiência/habilidade adquirida) e *tribé* (prática assídua). Em Epicteto, a escuta não pode ser considerada uma *tékhne*, pois estamos no primeiro estágio da ascese, começando a ter contato com a verdade.

E como então poderia a escuta ser uma *tékhne*, se a *tékhne* supõe um conhecimento, conhecimento que só podemos adquirir pela escuta? Consequentemente, o que poderíamos chamar – mas banalizando a palavra – uma “arte da escuta” não pode ser uma “arte” no sentido estrito. Ela é experiência, competência, habilidade, uma certa maneira de se familiarizar com as exigências da escuta. *Empeiría* e *tribé*, não ainda *tékhne*. Há uma *tékhne* para falar, não há *tékhne* para escutar (FOUCAULT, 2006a, p. 409).

Pois bem, se ouvir não é uma arte propriamente dita, porque para sê-la implica a existência de uma técnica, como devemos nos referir ao que aconteceu nesses encontros com os entrevistados no fazer da história oral? Ligamos o gravador, fizemos os acordos, perguntamos, escutamos, voltamos a perguntar, finalizamos, transcrevemos, devolvemos, recortamos, escrevemos, analisamos. O que tivemos aí: técnicas ou habilidades? A oralidade deve ser examinada a partir da técnica de quem fala ou da habilidade de quem escuta? Ou de ambas? Como posso fazer funcionar em mim uma verdade: escapando das firulas estilísticas

---

<sup>37</sup> Utilidade associada à ideia de ascese como prática de verdade. Não como “uma maneira de submeter o sujeito à lei”, mas “uma maneira de ligar o sujeito à verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 383).



de quem falou ou deixando que o *logos* se torne cera facilmente limpada na sequência? Se não vamos tratar a história oral como a “arte de ouvir”, como vamos seguir escutando? Para Foucault (2006a, p. 410), a saída seria purificar a “escuta lógica” na prática de si através de três meios: o silêncio, a atitude ativa e a atenção propriamente dita.

A primeira regra na ascese da escuta é silenciar. Esse contrário da tagarelice vale para o outro e para si. Calar, sem intervir, enquanto o outro fala é tão grandioso quanto saber silenciar após ter ouvido uma lição. Foucault, inspirado num Plutarco irônico, escreve que a figura do tagarela tem um ouvido que se comunica diretamente com a língua e não com a alma, o que faz com que tudo se perca imediatamente. Se a coisa ouvida derrama-se imediatamente, a coisa ouvida não pode produzir nenhum efeito sobre a própria alma: “Não reconverter de imediato aquilo que se ouviu em discurso. No sentido estrito, é preciso retê-lo, isto é, conservá-lo e evitar convertê-lo de imediato em palavras” (Ibid., p. 411).

A segunda regra trata-se da atitude ativa, a qual pode ser vista de diferentes maneiras (atitude física, atitude precisa durante a escuta, atitude do corpo), mas iniciando pela atitude física. “A escuta requer da parte de quem escuta uma determinada atitude física muito precisa” (Ibid., p. 412), que tem uma dupla função: permitir a máxima escuta sem nenhuma interferência, nem agitação; e, ao mesmo tempo, fazer com que o corpo deixe manifestar que a alma está compreendendo, aprovando, e/ou está confusa com o *lógos* tal qual como está sendo proposto. Se há uma regra fundamental de imobilidade do corpo para um ouvinte que quer mostrar uma boa atenção, essa é a de promover um silêncio ativo (o silêncio considerado como atividade). Há também uma segunda maneira de tratarmos desta atitude ativa, que se refere a uma atitude em geral que deve ser uma espécie de “manifestação da vontade por parte de quem escuta, manifestação que suscita e sustenta o discurso do mestre” (FOUCAULT, 2006a, p. 416), isto é, mostrar que está interessado em continuar ouvindo.

Por fim, a terceira regra refere-se à atenção propriamente dita. Diz Michel Foucault que o discurso filosófico – aquele destinado a dizer a verdade – não se opõe totalmente ao discurso retórico, pois não se pode dizer a verdade sem dispor de certos ornamentos. Há efeitos do discurso filosófico derivados da materialidade, da própria retórica, o que não permite uma dissociação efetiva entre os dois tipos de discurso. No entanto, o trabalho do ouvinte (que já vimos ser ambíguo) consiste em dirigir sua atenção (que também é silêncio), como convém. O que isso significa? Duas coisas:

Primeiramente, é preciso que o ouvinte dirija sua atenção para o que é tradicionalmente chamado *tà prâgma*. Observo que *tà prâgma* não é simplesmente 'a coisa'. É um termo filosófico e de gramática muito precisa, que designa a referência da palavra (*Bedeutung*, se quisermos). É para o referente da expressão que se deve dirigir-se. [...] A atenção não deve ser dirigida para a beleza da forma; ela não deve ser dirigida para a gramática e para o vocabulário; não deve nem mesmo ser dirigida para a refutação das argúcias filosóficas ou sofisticadas. É preciso apreender o que é dito. É preciso apreender o que é dito por este *lógos* de verdade sob o único aspecto interessante para a escuta filosófica. Pois o *prâgma* (o referente) da escuta filosófica é a proposição verdadeira enquanto pode transformar-se em preceito de ação (Ibid, p. 419).

Isso nos leva a considerar, portanto, que a atenção filosófica (ou escuta filosófica) deve ser dirigida ao referente<sup>38</sup>, enquanto que outros, como o gramático e o filólogo, se interessam pelo texto, pela palavra, pela associação de palavras. A segunda coisa significa examinar, após ouvir uma lição, o quanto ela nos aproximou da verdade, lançando um olhar para si mesmo, isto é, até que ponto o discurso está em vias de fazê-lo seu. Sob esse aspecto, finaliza o autor, consiste iniciar uma memorização logo após ter escutado a coisa, guardando-a, ruminando-a e observando se aquilo que se escutou e aprendeu constitui uma novidade frente ao que já se dispunha e em que medida foi possível aperfeiçoar-se (FOUCAULT, 2006a).

Portanto, silenciar é uma linha atitudinal que atravessa as três regras expostas. Tal como um pesquisador-peregrino que atravessa o deserto meditando o que se passa à sua volta, foi preciso exercitar os momentos de silêncio durante as entrevistas. Quando e como? Por vezes, podemos sentir que silenciamos por não saber o que perguntar ou para deixar o entrevistado à vontade de continuar falando; noutras, para mostrar que desistimos em acompanhar o entrevistado na rota que ele (não nós) traçou para a entrevista; ou ainda, usar o silêncio para terminar uma entrevista; para digerir o que foi falado dentro dela ou no intervalo de uma para outra; para ficar matutando sobre o que fazer com aquilo que estava sendo dito; silêncio por êxtase, por decepção; pela atenção aos trejeitos e modos de falar do entrevistado; silêncio na entrevista e entre elas, para ruminar aquilo que havia sido tido.

Mas, mesmo diante desses silêncios, não raramente há cobranças para o pesquisador ser um pouco turista, vestir as roupas daquele que quer (e deve) contar, de diferentes maneiras, por onde passou e o que viu e ouviu. Mesmo com o risco de se tornar um pouco tagarela, por vezes, a fala impôs-se ao silêncio. Quando e como? Antes de tudo, pelo

---

<sup>38</sup> Em *Arqueologia do saber*, Foucault observa o referente como aquilo que faz a correlação entre o enunciado e aquilo que ele anuncia, ou seja, é o que é posto em jogo pelo enunciado, aquilo de que fala, não apenas o que é dito (2008).

compromisso de perguntar inerente a todo aquele que faz uso da história oral; perguntar para que um aspecto em particular não escapasse na livre contação do entrevistado; para fazê-lo falar quando ainda está travado pela desconfiança do que o entrevistador quer com ele; para quebrar o silêncio da entrevista; para proferir interjeições como forma de acompanhar o relato do entrevistado; para a entrevista voltar ao seu tema ou ao seu rumo; para desconfiar do que acabara de ser relatado; enfim, falar durante a entrevista e entre elas, para provocar e discutir as fontes.

*Janeiro de 2013,*

### *Escuta foucaultiana e a história oral de Portelli: ajustamentos*

Sendo um tanto funcionalista, para que serviu a provocação de saber, afinal, com e contra Alessandro Portelli, mas também com e contra Michel Foucault, Jacques Le Goff, entre outros, se a história oral é a arte de ouvir, a arte de falar (retórica), a arte de escrever, ou ela mesma pensada como arte? Primeiro que duvidar se algo é arte não o postula imediatamente para o inverso, para a condição de não arte. Apenas traz tranquilidade de não querer defini-la a nenhum lugar, ainda que não a desconsidere do universo da arte. Segundo, provocar essas questões produz uma permanente suspeição do próprio tratamento teórico-metodológico mobilizado para uma pesquisa. Um tratamento atento ao *como* do processo criador, ou mais diretamente, para a produção, para o produto e, por que não, para o produtor<sup>39</sup>.

Levamos a história oral como essa arte que se apreende e se aprende também pelos encontros, pela experiência. Ler<sup>40</sup>, falar, escrever, escutar são copartícipes na produção de memória. São e possibilitam artes de se fazer pensar; artes de se fazer cortar; de se fazer

---

<sup>39</sup> Na tríade obra-processo criador-artista, sob a perspectiva nietzschiana, “[...] não interessa apenas o criador, mas, também, o criado; não só o artista, mas a obra; não apenas o resultado final, mas, sobretudo, o espírito que conduz o processo de elaboração do artista” (MARTINS, 2011, p. 66).

<sup>40</sup> Tocado pela perspectiva nietzschiana no que diz respeito à ampliação do que se entende e daquilo que se pode ler para além da palavra escrita (livro), incluindo aí o mundo e o próprio homem, Jorge Larrosa (2002, p. 27) diz: “A tarefa de formar um leitor é multiplicar suas perspectivas, abrir seus ouvidos, apurar seu olfato, educar seu gosto, sensibilizar seu tato, dar-lhe tempo, formar um caráter livre e intrépido [...] A única coisa que pode fazer um mestre de leitura é mostrar que a leitura é uma arte livre e infinita que requer inocência, sensibilidade, coragem e talvez um pouco de maldade. O resto será decidido pelo discípulo seguindo seu próprio temperamento, seu estilo próprio, sua própria curiosidade, suas próprias forças, seu próprio caminho... e o ‘que tira’ de seus próprios encontros”.

provocar; de se fazer desestabilizar; de se fazer juntar; de se fazer outro; artes de se fazer fragmentar; artes de *se* fazer.

Antonio Montenegro (2010, p. 31) lembra que um dos desafios para as análises históricas atuais é o de construir formas de compreensão que “desnaturalizem a relação ou a representação que procura associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra”. Nesse sentido, acrescenta o autor, é surpreendente como, em muitas passagens de depoimentos, “[...] opera-se esse movimento de rachar as palavras, de descrever outra prática e, por extensão, alterar o significado, desconstruindo a associação que se quer natural entre o signo e a coisa” (Ibid., p. 32).

Fios espessos foram tramados para associar a história do Cassino como sinônimo de um balneário chique. Essa objetivação está assentada num tripé formado pelos casarões, a avenida e a praia, ou melhor, a determinadas relações e práticas estabelecidas nesses lugares. Se há movimentos que sustentam e naturalizam esse entendimento histórico, por certo, não capturam o seu significado de forma absoluta.

A história como resultante de um “digladiar de sentidos” (Ibid., p. 44), requer que não passemos por cima da denominação e conotação glamourizada imposta ao Cassino, mas que a racheemos. Ao invés de elementos totalizantes que conduziriam a sua macro-história, uma perspectiva voltada às práticas microssociais de atores anônimos cujas “experiências cotidianas comumente se perdem nos desvãos da história” (Ibid, p. 70). Com a macro-história esses atores mantêm correspondência, mas com ela também rompem.

Nessa perspectiva, a história oral poderia ser compreendida como uma metodologia que valoriza os encontros. Encontros com a escuta, com a fala, com a escrita, com a visão, com o gesto corporal e também o encontro entre diferentes autores<sup>41</sup>, como fizemos, por exemplo, neste texto. Desse modo, a história oral também pode ser compreendida como uma metodologia que prima pela busca de novos intercessores<sup>42</sup> (DELEUZE, 1992). Vamos aos próximos encontros, aos possíveis intercessores. Vamos às entrevistas.

---

<sup>41</sup> Convocamos os conceitos, como diria Gilles Deleuze em conversa com Michel Foucault (2008e), tais como “caixa de ferramentas”, ou seja, passamos a usá-los ali onde serviam e passaram a funcionar enquanto tais, e não quando tinham valor em si mesmo.

<sup>42</sup> Em *Conversações* (1992), Gilles Deleuze afirma que é preciso que cada um fabrique a sua própria série de intercessores porque é só assim que se consegue dizer o que se quer dizer. O ato de se dar intercessores, sejam eles pessoas ou não, seres animados ou não, fictícios ou reais, é essencial, pois a “criação são os intercessores. Sem eles não há obra” (p. 156).

**Março de 2013,**

## **Rostos de uma infâmia inventada**



*O capítulo trata da primeira operação de pesquisa, a qual procurou constituir um rosto da infâmia no Cassino para que, a partir disso, fosse possível falar dela. Nessa operação, duas entrevistas<sup>43</sup> foram produzidas – Sr. Valter Albrecht e Sr. Eduardo Lawson –, pessoas oriundas de “famílias de sobrenome”.*



Os primeiros intercessores não foram atores anônimos. Fazem parte daqueles que, ao produzir significados sobre o passado do Cassino, tentam conservá-lo mais ou menos como consta nos anais da história. Operamos aqui, com a oralidade de dois personagens, os Srs. Valter Albrecht e Eduardo Lawson, adotando uma postura em “que não basta considerar o enunciado; [...] é preciso refletir sobre as condições de enunciação” (ALBERTI, 2012, p. 162).

Seguindo a ideia de que a fala de uma pessoa pode estar encharcada pelo local em que a entrevista é realizada, Bom Meihy e Holanda (2007) afirmam que uma das primeiras condições que se deve atentar na lida com a história oral é com o local em que a entrevista ocorre. Portanto, às oito horas e trinta e dois minutos da manhã ensolarada do dia 11 de abril de 2011, como agendado há uma semana e confirmado por telefone três dias antes, chego ao condomínio residencial do Sr. Valter Albrecht, um lugar de conforto e autoridade para o depoente. Subindo às escadas que davam acesso ao primeiro andar do prédio, já percebia que o Sr. Albrecht estava à porta entreaberta, ereto, mãos unidas atrás do corpo, trajado com calça e camisa social de cores escuras e uma pequena gravata com o símbolo do Lions Club<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro básico (ver anexo 01) e registradas em gravador digital de voz, transcritas, devolvidas aos depoentes que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando o uso pleno (BOM MEIHY & HOLANDA, 2007) e nominal. Para torná-las inteligíveis através das leituras, as entrevistas foram limpas seguindo as recomendações de Alberti (2005): retirada dos excessos de titubeações e hesitações; dos cacoes repetitivos que não preenchem função expressiva; supressão das interrupções do entrevistador para esclarecer uma palavra ou nome não entendido; das expressões de acompanhamento por parte do entrevistador, desde que não remetam a alguma surpresa ou demandada pelo entrevistado; pequenos acréscimos relativos a atitudes do entrevistado (riso, embargo, intervalo com reticências) tudo isso tomando o cuidado de não perder os traços definidores da fala nem o conteúdo.

<sup>44</sup> Lions Club é uma organização civil internacional de clubes de serviço existente há mais de 90 anos, que tem por missão promover ações humanitárias atendendo as necessidades humanas.

Sentamos à sala, perto da janela, ele em sua poltrona de frente para algumas fotos da sua família que estavam em um porta-retrato sob a televisão, e eu<sup>45</sup>, convidado a ocupar o sofá, ao seu lado, deixando o gravador sobre a mesa de centro da sala.

[...] A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo (PORTELLI, 2010, p. 20).

Neto de alemães que chegaram de Hamburgo ao Brasil em 1870, o Sr. Valter Albrecht nasceu em 23 de outubro de 1918, tendo trabalhado como comerciante durante toda sua vida junto a serviços portuários, agência de navegação, recebedor e embarcador de mercadorias por conta dos terceiros e sofisticação de produtos de lavoura. Seu avô, Carlos Albrecht Sênior, aos 18 anos de idade, se fixou em Rio Grande em meio à imigração alemã iniciada em 1825. Diz o depoente que, naquela época, o Rio Grande do Sul se ressentia de muitos produtos industrializados que não eram produzidos no Brasil e sim, na Alemanha. Dessa forma, Rio Grande passou a receber diversas firmas de Hamburgo, sendo um canal de entrada de produtos embarcados direto daquele porto, como máquinas, ferramentas e tecidos. O seu avô, portanto, trabalhou no comércio, primeiro como empregado e, mais tarde, abrindo firma própria chamada Albrecht e Companhia, especializada em tecidos e aviamentos, fornecendo materiais a todo Estado.

Já o encontro com o segundo entrevistado ocorreu numa tarde de inverno, “*logo depois do almoço*”, dia 16 de junho de 2012, numa sala ampla de sua residência, localizada no próprio balneário Cassino. Acompanhada de fundo por parte de sua família (esposa e netos), que transitavam no local, pode-se dizer que a entrevista iniciou antes mesmo da primeira pergunta. Da porta aos sofás em que nos sentamos, foram longos minutos conversando sobre o Cassino, uma vez que tinha adiantado ao Sr. Lawson, por telefone, o tema da conversa. Percebi que o local escolhido era uma espécie de ambiente de trabalho, pois numa mesa baixa que estava próxima dos sofás, estavam espalhados diversos jornais e recortes que continham assuntos sobre a cidade e a região sul do Estado, os quais tratavam de reportar o momento político local, a ressaltar: as eleições municipais que ocorreriam quatro meses adiante. Pode-

---

<sup>45</sup> Ainda que o texto venha sendo escrito na primeira pessoa do plural, assumimos aqui que as entrevistas foram conduzidas pelo autor da tese.

se inferir que esta situação teve efeito na entrevista<sup>46</sup>, uma vez que o Sr. Lawson estava para ser anunciado como um candidato a vice-prefeito, reconhecido por ter uma história de vida vinculada às questões esportivas.

Nascido no dia 12 de junho de 1942, o Sr. Eduardo Lawson permaneceu toda a infância morando no Cassino. Dos 12 aos 30 anos, passou a usufruir somente das temporadas de verão, nas férias, durante a época em que estudou num internato em Porto Alegre. É sobrinho-neto de Arthur Lawson, que dá o nome ao estádio do clube de futebol profissional mais antigo do país – o Sport Club Rio Grande –, e sua família, de origem inglesa, foi uma das primeiras a construir um casarão no Cassino, como mesmo diz:

*“[...] o casarão que tem em frente a bocha ali. Tem um casarão ali, que é um casarão mais antigo do Cassino. Essa casa começou a ser feita, construída pelo meu bisavô, o George Lawson, depois ficou pro meu tio-avô, pro Arthur Lawson, que é Dênis, que é família Dênis até hoje, não mudou de mãos desde a sua construção. Então eu faço parte dessa história toda aí, entendesse”* (LAWSON, 2012)<sup>47</sup>.

Quanto ao primeiro encontro, chego à sala do apartamento do Sr. Albrecht para a realização da entrevista por indicação de um amigo que via nessa pessoa, um profundo conhecedor das coisas do Cassino, com grande número de histórias em potencial. A escolha em fazer da entrevista com o Sr. Albrecht, como diria Bom Meihy & Holanda (2011), o “ponto zero” desse empreendimento e, por sua indicação, encontrar-me com o Sr. Lawson<sup>48</sup>, foi, num primeiro momento, hesitante. Isto porque, como justificar que a construção da rede de depoentes que trataria de produzir memórias infames acerca de um balneário destacadamente inventado pela e para as elites, respondesse a nomes, concordemos, com rastro? Como falar dos infames pondo-nos a ouvir os famosos?

Na inspiração de Foucault (2006c), foi justamente para encontrar as vidas sem fama, aquelas “que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas

---

<sup>46</sup> Tratando a história coletada pela entrevista como resultante de um encontro eventual, contingente entre entrevistador e entrevistado, Portelli (2004) aponta que a entrevista estará sempre presa ao momento da vida de ambos e que isso passa a ser fator crucial na modelagem da narrativa.

<sup>47</sup> Ao longo da tese, os relatos oriundos das fontes são apresentados sob três modos: a) fora do corpo do texto, em itálico, justificado e entre aspas quando se referir exclusivamente à fala de um depoente; fora do corpo do texto, em itálico, justificado e sem aspas quando se tratar de uma conversa; dentro do corpo do texto, em itálico e entre aspas quando relativo a breves expressões e pequenos trechos proferidos pelos depoentes.

<sup>48</sup> Há que se ressaltar que o Sr. Valter Albrecht, ainda que não tenha indicado especificamente o nome do Sr. Eduardo Lawson, mas a família Lawson como tradicional e famosa da região, a escolha por seu nome dentre aqueles de sua família aconteceu por ser o mais velho ainda vivo, disponível para tal e em condições de passar pelo processo de uma entrevista. O próprio Sr. Lawson, quando entrevistado, traz outra relação existente entre os dois: ter sido seu afilhado na entrada para o Lions Club.

– as de nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro” (p. 207). Tais vidas emergiram e delas falamos a partir do instante que o famoso se afirma enquanto tal.

*Gustavo: Por exemplo, a sua governanta, ela tinha a casa dela no Cassino...*

*Valter: Não...morava conosco, dentro da própria casa. Agora, tinha o capataz e os peões, estes tinham residência à parte.*

*Gustavo: Eles moravam aonde? Se concentravam aonde?*

*Valter: No próprio, na própria chácara havia residência pra essa gente mais humilde.*

*Gustavo: E isso se expandia a todos os casarões, todos os casarões tinham residências dentro da sua quadra?*

*Valter: Isso, é, a residência oficial, o dono do imóvel e depois os empregados mais humildes, tinham as suas residências à parte.*

Diante desse entendimento, a infâmia investigada começa a ter um rosto a partir do momento que se encontra com o poder. Um rosto desenhado por dentro das relações, que mostra suas feições tanto pelos encontros quanto pelas diferenças. Pela oralidade do depoente, evidencia-se uma nítida diferenciação entre os donos dos casarões e seus empregados, não só pela maneira utilizada para nomear os “outros” – gente mais humilde –, mas também pela localização física de onde deveriam ficar – fora da casa oficial. A exceção fica por conta da governanta por sua matriz alemã, a mesma da família Albrecht.

Vasculhar o arquivo da história em busca da infâmia é, portanto, um procedimento *estrábico*: olha-se simultaneamente para os grandes relatos e para suas lacunas, para o discurso do vencedor e também para as micro-vozes que, como resíduos, são deixadas pelo caminho. A infâmia é uma temporalidade que, à revelia do tempo estabelecido pela cronologia e pela diacronia convencionada pela história, se instaura no discurso do saber, ativando um ruído de rebelião, de intensidade baixa e dispersa, mas constante (KLEIN, 2010, p. 15-16).

Em Rio Grande, Sr. Albrecht teve sua formação escolar em colégio alemão que, afora as disciplinas de História do Brasil e Português, todas as outras eram dadas na língua germânica. Além da escola, participava de outros espaços sociais na cidade como a Igreja, a sociedade de ginástica, de canto, de tiro, pois estas se configuravam num intenso cenário associativo da colônia alemã no início do século XX.

Sua relação com o balneário se dá desde cedo, uma vez que seu pai era dono de uma chácara no Bolaxa – bairro próximo ao Cassino – onde passavam temporadas de seis meses, entre novembro e maio. Além de brincar na própria chácara, o passatempo era ir à praia (distante cinco quilômetros de onde morava) e tomar banho de mar com seus irmãos,



acompanhados pela governanta da família<sup>49</sup>, que também servia como uma espécie de enfermeira que cuidava de pequenos desconfortos na sua perna. Como hábito, havia sempre uma preocupação em não perder a hora do trem, tanto nas idas para a praia quanto no retorno deste para a cidade, como bem lembra o Sr. Albrecht:

*Valter: E até uma coisa que muita gente se assusta hoje em dia com o aparecimento de bolotas de barro na beira da praia, naquela época já havia as tais bolotas de barro e essa enfermeira nos ensinava, com essas bolotas, a fazer bichinhos, objetos, enfim, já nessa época, 1922, 1923, a gente utilizava esse material como mão-de-obra para...*

*Gustavo: Foi nessa época que o seu pai adquiriu a chácara, em 1922, ou antes disso?*

*Valter: Não, o meu pai adquiriu um pouco antes, 1919 e ficou com ela até 1926, então, praticamente a minha infância, se resumiu a esta estadia durante seis meses lá fora [...]*

*Gustavo: Você ia com a sua governanta sempre e os irmãos ou seus pais também acompanhavam, como é que era a rotina de ir pra praia? Tinha algum horário, quem ia pra praia, como era essa rotina?*

*Valter: Geralmente, nós íamos com essa governanta e, nos fins de semana, meu pai e minha mãe nos acompanhavam.*

*Gustavo: Em algum horário específico, preferiam ir pela manhã ou vocês iam à tarde?*

*Valter: Geralmente de manhã, geralmente a gente ia de manhã. E tinha um detalhe, a chácara do meu pai tinha grandes taquarais, uma porção de lugares com taquaras. E a minha mãe sempre ocupada com os afazeres domésticos até a última hora ela tinha alguma coisa pra fazer. Então, geralmente, uma charrete com um empregado, e a charrete puxada por cavalos estava preparada ali. E o meu pai mandou construir um mirante de madeira mais alto que as taquaras pra quando o trem apitasse no Cassino daria tempo da minha mãe pegar a charrete e ir até a estação e chegar lá junto com o trem pra vir pra cidade.*

Frequentador assíduo de clubes sociais e esportivos na cidade de Rio Grande<sup>50</sup>, o Sr. Lawson justifica a busca pela praia igualmente destacando essa espécie de confiança na natureza como curadora de males físicos. Alternando suas férias entre a fazenda que os pais possuíam e o veraneio no Cassino, pelas idas de 1948-1950, lembra que o local tinha um número reduzido de casas, grandes extensões de campo, com destaque para a parte da praia (areia e mar). Tais aspectos foram fundamentais para o estabelecimento e a satisfação de uma elite “*estrangeira*” numa estação balnear, que, segundo o depoente, “*trouxe toda essa cultura da Europa, que era muito mais evoluída*”.

Dois passagens de sua fala associam tamanha crença na vitalidade junto a elementos naturais. A primeira, quando lembra, ainda jovem, de ver a senhora Margarida Sparvoli,

---

<sup>49</sup> A governanta, que acompanhou a vinda da família Albrecht para o Brasil, era de origem alemã, tendo retornado para seu país em 1924.

<sup>50</sup> Além do próprio Sport Club Rio Grande, clube esportivo fundado pela sua família, o depoente narra que, quando “guri”, também era levado pelo pai ao Clube Inglês, no centro da cidade. Tinha uma sede social para os encontros festivos e de negócios entre os ingleses, com mesa de sinuca, bar e cancha de tênis “nos fundos”.

esposa de um médico famoso na cidade, praticar natação usando trajes de banho específicos: “A Dona Margarida botava o maiô inteiro e ia nadar na praia, ela era bem báh [...] Dona Margarida era uma italiana vigorosa, atividade física forte, entendesse?” (LAWSON, 2012). Na segunda passagem, conta que não só a água, mas a areia, também era utilizada como grande componente para tratamento de saúde. Referindo-se à residência de uma outra família estrangeira, diz:

*Lawson: Uma vez eu falei pro meu pai, pô aquele morro, achei engraçado aquele morro. O morro é um combro de areia e tem plantas exóticas nesse morro...não, ele disse, esse morro aí os caras fizeram esse morro, botaram essa areia toda porque o Sr. Pock, eu acho, da família Pock...*

*Gustavo: Dos charutos?*

*Lawson: É, dos charutos. Era Pock ou um dos Reighantz que são famílias grandes que tinham casas aqui. Ele ficou doente, meio quase paraplégico, os caras carregavam ele e botavam ele em cima do morro, para ele tomar sol em cima desse morro. Fizeram o morro, e botavam o cara lá pra tomar sol, porque isso foi uma das atrações também do Cassino.*

*Gustavo: Uma crença nisso...*

*Lawson: [...] o pessoal vinha pra isso também. Isso era uma coisa que fazia bem pra saúde, não vinham só pro negócio da recreação, como o banho de mar fazia bem pras crianças [...]*

A praia, aos poucos, vai passando de um “território do vazio” (CORBIN, 1989), que causava temor e repulsa pela vinculação do mar às grandes catástrofes bíblicas e literárias, para um lugar de admiração, contemplação e deleite, que aliviaria as ansiedades e os desejos dos indivíduos. Segundo o autor, é muito pela noção de impotência da elite diante do vigor que o trabalho proporcionava às classes trabalhadoras que se inscreve, na Europa, a emergência do desejo das praias em meados do século XVIII. A praia, como o lugar, e propriamente a prática do banho de mar seriam, portanto, indicativos de como a elite poderia revigorar suas forças, acalmar suas ansiedades, estancar a perda de energias vitais, corrigir os males da civilização.

O banhista delicia-se ao experimentar as forças imensas do oceano. O banho nas ondas participa da estética do sublime: implica enfrentar a água violenta, mas sem riscos; gozar do simulacro de ser engolido; receber a vergastada onda, mas sem perder o pé. Daí os cuidados da salvaguarda. A precisão da prescrição médica, os serviços do “banhista auxiliar”, a companhia, um leito de mar de areia dura cujo declive seja cuidadosamente reconhecido, ajudam a aliviar o perigo para que subsista apenas a emoção (CORBIN, 1989, p. 85).

Associado a fins terapêuticos de uma pureza que limpa o corpo e o espírito, o mar, ainda que indomável, é reconhecido como aquele que produz esperança para uma elite acuada

em suas neuroses. A imersão do corpo no mar gélido traria alguns benefícios sejam eles relacionados ao resfriamento das paixões do sexo, ao impedimento da efeminação dos homens pouco viris, à fuga do calor das cidades, ao bloqueio do exercício demasiado do pensamento, ou à possibilidade da longevidade.

A invenção da praia como o lugar de uma nova cena social decorre da disposição do tempo e arranjo do espaço empregado para tal, os quais permitem a organização dos modos de se estar à beira-mar (CORBIN, 1989).

*Valter: E o mais cedo possível pra não apanhar muito sol. Se hoje as pessoas querem ficar com a pele bem morena pelo sol, naquela época era o contrário, queriam ficar o mais brancos possíveis. Então, tomava um banho bem cedo para não ser muito afetado pelos raios do sol.*

*Gustavo: Então a frequência na praia era mais em horários em que não tinha muito sol?*

*Valter: Exatamente, quanto mais cedo melhor. E entre o Hotel Atlântico e a praia havia o burrinho de bondes, o bonde de burrinhos pra conforto das pessoas pra não terem que caminhar desde lá o hotel até a praia tinha um bonde puxado por burros. E eu lembro uma ocasião que o diabo do burro não queria sair do lugar e não havia chicote, nem puxão, o burro não queria sair do lugar. Então, o que o motorista, digamos assim, fez? Acendeu uma lareira embaixo da barriga do bicho. Então, quando ele sentiu aquele calor, tocou adiante... [pega uma sacola colocada ao lado da sua poltrona e retira alguns papéis] eu acho que aqui deve ter uma fotografia do bonde de burros. Olha aqui a maneira como as pessoas iam pra praia [mostra uma foto com homens de terno e mulheres com vestidos longos e armados]...vestidos a rigor praticamente, pra depois irem lá trocarem a vestimenta.*

*Gustavo: Elas estão de ternos, os homens estão de ternos...*

*Valter: Como não, é. Aqui [diz encontrando uma foto do bonde de burros], aqui tá o bonde de burros. Aí eles faziam o percurso do hotel até a beira da praia e a pessoa pagava 200 réis, digamos assim, na época pela passagem pra ir até a beira da praia no bondinho este.*

Nota-se, durante esta lembrança, dois referentes interessantes no trabalho com história oral. Dialogando com Portelli (2004), o primeiro refere-se a uma situação em que o entrevistado está interessado em projetar uma imagem, se vestindo para a entrevista, pois há momentos em que o Sr. Albrecht faz uso de recortes de jornais, de revistas, de um livro, para acompanhar a sua fala e, de certa forma, ativar outras memórias. Este material era retirado de dentro de uma sacola plástica que, desde a chegada ao local da entrevista, se encontrava ao lado de sua poltrona e que saltou para a mesa de centro da sala por duas ou três vezes. Esta atitude, somada aos detalhes da roupa do depoente (gravata do Lions Club) e à disposição do local da entrevista (proximidade das fotos da família), sinalizam que o depoente parece ter se preparado para a entrevista e, acima de tudo, deixar claro com quem o entrevistador está falando.

Estendendo o diálogo com o mesmo autor, é possível localizar o segundo referente neste trecho, quando o depoente lança mão da comparação entre o que as pessoas pretendiam do sol “naquela época” e “hoje”. A utilização dessas expressões faz parte de um movimento de vai-e-volta entre o presente e o passado que é recorrente em depoimentos e que Portelli (2004, p. 302) vai chamar de “movimento lançadeira”<sup>51</sup>.

Esta forma de lidar com o tempo se fez presente, igualmente, em momentos da entrevista com o Sr. Lawson, quando conta a respeito de um dia de praia aos domingos.

*Lawson: [...] Até nós íamos pra praia com a mãe de charrete, meu pai tinha uma charrete que ele começou a trabalhar no porto lá com a charrete, depois superou essa fase e a charrete vinha pro Cassino no verão e nós íamos pra praia com a charrete. Que o hábito de frequentar a praia não era como hoje, os caras vão pra praia, hoje mudou até, o horário, o pique da praia era de manhã, das dez ao meio-dia, das dez horas às onze e meia e deu...nove horas, ninguém ficava mais do que isso. Hoje o pique da praia é às três da tarde, mudou socialmente a relação. Então, a gente ia de charrete, a charrete ficava, o cavalo ficava lá parado na areia, a gente tomava banho, fazia aquela brincadeira toda e ia embora. Deu.*

*Gustavo: À tarde não se frequentava a praia?*

*Lawson: Não, não, de jeito nenhum. À tarde, os caras comentavam na época, à tarde as empregadas iam tomar banho.*

*Gustavo: Mas era um comentário...*

*Lawson: Não, era um comentário nada, nada...porque elas tavam liberadas depois do almoço, né. Então a gente ia à praia de manhã, almoçava, sesteava, era obrigatório isso socialmente praticamente, e depois tinha outras atividades ali brincar, jogar bola no pátio, brincar, mas na praia não. Praia só aquele horário da manhã. O hábito social da época era esse aí. Nós jogávamos bola na rua, jogava bola no campinho, depende do espaço que tinha, a brincadeira era essa aí, praia não, praia só naquele horário da manhã e deu.*

Ambas destacam as nuances de uma relação temporal com a praia, orientadas tanto pelos cuidados com o corpo de “ontem e hoje” (queimar ou não queimar a pele) quanto pela preocupação em exercer formas de ocupação e diferenciação social dentro de um mesmo tempo e espaço. Circular de terno à beira da praia, ocupá-la bem cedo pela manhã, desfrutar de um empregado para conduzir a charrete, sesteiar após o almoço, brincar de bola à tarde, configuram-se como práticas que, marcadamente, pretendem distinguir um social que estabelece um nós e eles. Nessa esteira, quando perguntado sobre como acontecia essa ocupação da praia pela manhã, o Sr. Lawson lembrou que:

---

<sup>51</sup> É importante destacar que o autor assinala outras formas de lidar com o tempo na narrativa, como, por exemplo, o de “uma roda com um aro circular e raios ramificando-se em todas as direções a partir de um eixo central de significado” (PORTELLI, 2004, p. 302).

*“Ia todo mundo pro Quadro, ia todo mundo pro Quadro, naquele quadro que tinha, ali onde é a Iemanjá<sup>52</sup> ali. Ali tinha um espaço delimitado, cercado com corda, não entrava...ali colocavam essas barracas no verão, eles iam lá e montavam essas barracas pra pegar sombra né? Tinha um banquinho com sombra, entendesse? Famílias tinham aquela barraca. Era uma tradição: família aluga essa barraca, outra família aluga aquela barraca [...] Só que o espaço era diferente, não tinha essa multidão que tem hoje obrigatoriamente, porque o Cassino era pequeno, o que tinha mais era no final de semana que vinha o trem. Aí o trem entrava na avenida, parava ali, descia bastante gente” (LAWSON, 2012).*

A preocupação em definir o balneário como um lugar destinado às famílias “abastadas”, as quais construíram seus chalés ao longo da avenida principal, era manifestado por algumas práticas da época relativas à praia propriamente dita, mas estendida ao restante do balneário.

*Gustavo: É, porque o Sr. falou dos casarões né...Nós temos alguns casarões de famílias tradicionais, até hoje alguns casarões se mantêm...*

*Valter: Alguns poucos.*

*Gustavo: Acho que o Lawson ainda se mantêm...*

*Valter: O Lawson, o Pock...*

*Gustavo: Dos charutos?*

*Valter: Dos charutos Pock, é...meu pai, meu avô, Carlos Albrecht Senior era muito amigo do Seu Gustavo Pock Senior, o iniciador da fábrica de charutos Pock. E do Seu Gustavo que tinha firma de exportação de artigos da agropecuária e do Seu Carlos que também trabalhava com artigos da pecuária. Então, eram os quatro alemães que todas as semanas se reuniam na casa de um ou de outro pra tomar as suas cervejinhas, contar as novidades da terra.*

Modos de se vestir, de se comportar, de ir e aproveitar a praia, de habitar o balneário, de se relacionar com seus pares são demarcadores em curso utilizados por determinado grupo na tentativa de configurar maneiras de pertencer e se reconhecer no Cassino. No entanto, esse curso não transcorre impassível ao atravessamento das relações de poder. Por um lado, parece impensável que uma camada “mais baixa” pudesse investir neste lugar pelas condições de possibilidade existentes:

*Valter: [...] Nos domingos, o trem das duas da tarde que saia da cidade, uma hora mais ou menos, e voltava quatro e meia, cinco horas, esse ia cheio de operários, de empregadas domésticas, de...enfim, de gente mais humilde, que só tinha o domingo de tarde livre pra ir até a praia. Então, nós, que morávamos no Bolaxa, nos domingos íamos depois do almoço para a estação, pra ver quantos vagões tinha vindo o trem naquele domingo de tarde. Então,*

---

<sup>52</sup> Refere-se à estátua de Iemanjá que está localizada ao final da avenida principal, logo na entrada de acesso à praia.

*a gente fazia aposta entre nós crianças: ‘olha hoje são vinte vagões, hoje são vinte e dois, hoje são dezoito’, né? As pessoas iam depois do almoço e retornavam ao fim da tarde.*

*Gustavo: Sim, esses que trabalhavam na cidade e iam somente aos domingos e tinham um horário específico? O trem das duas horas era para eles.*

*Valter: Da tarde, da tarde, depois do almoço...geralmente, almoçavam em casa e, depois do almoço pegavam o trem pra ir até a praia.*

Por outro lado, a elite aparece exercendo determinada territorialidade, como efeito da presença dessa gente não famosa.

*Gustavo: O senhor comentou, por exemplo, do tênis, né? Que o senhor Eduardo Lawson fazia tênis ali, mas isso é que época mais ou menos. Porque isso é mais adiante do que a década de 20...*

*Valter: Não, não, ele, porque os ingleses gostavam muito do tênis. Era uma prática comum na Inglaterra e que tratavam de continuar essa prática aqui na América do Sul. Mas eu acho que não havia muitos outros tipos de ...não havia muitos outros tipos de práticas esportivas. O que havia, isso sim, era na frente de cada, na frente de cada um desses casarões, mastros com a bandeira da nação originária do proprietário. Então, bandeiras alemãs, bandeiras inglesas, bandeiras portuguesas, bandeiras espanholas. Cada um gostava de botar nos domingos, principalmente, nos domingos, de ornamentar a frente da sua casa com a bandeira do país de origem.*

Apesar da percepção de se fazer do Cassino um local para o convívio de pessoas com traços mais ou menos semelhantes, que partilhavam de determinados padrões sociais, culturais e econômicos, as falas nos apresentam uma possibilidade de pensar que os modos com que o balneário vai sendo habitado são colocados a partir de “sinais de distinção” (BOURDIEU, 2007), em que só é possível reconhecê-los na convivência com o diferente porque, antes disso, esses sinais o criam.

Sinais que não se sustentam exclusivamente por uma propriedade econômica que faria do balneário um local de domínio da classe alta (elite) em oposição à classe baixa (infâmia). Segundo o autor, os “sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que nele operam” no espaço social, “estritamente inseridas nos sistemas de disposições” que chama de *habitus* (Ibid., p. 13). Há que se inserir nas análises sobre a ocupação do Cassino que determinada classe social:

[...] não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. – remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma

relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (Ibid., p. 101).

Dessa forma, são os hábitos exercidos pelos famosos que os levam a condição de assim serem nomeados e, simultaneamente, diferenciarem-se dos demais. Hábitos expostos na fala dos depoentes distribuídos no horário certo de ir à praia, na utilização da barraca, na bandeira hasteada, no jeito de se apresentar em público, nos encontros residenciais para beber e falar da terra natal, na representação de gozar de pessoal de serviço como a governanta, ou de “*empregados mais humildes com suas residências à parte*”.

Por certo, as práticas exercidas por essa elite foram tentativas de traçar fronteiras bem delimitadas entre o desejável e o indesejável, o legítimo e o ilegítimo, entre o permitido e o não permitido, colocando em funcionamento, por que não, uma ordem espacial para o balneário.

No entanto, a criação de demarcações através dessas fronteiras, nos lembra Bauman (2011), não tem por função estabelecer limites, mas interfaces:

[...] a despeito dessa tarefa primordial e do seu propósito explícito, limites não são puras e simples barreiras – elas próprias e aqueles que as impõem não podem deixar de fazer das fronteiras *interfaces* que unem, conectam e confrontam os lugares que separam. Dessa forma, os limites estão subordinados a pressões opostas e contraditórias, o que os transforma em lugares de tensão e em objetos potenciais de disputa, antagonismos, permanente fervilhar de conflitos ou conflagração de hostilidades (grifo do autor, p. 203-204).

Nesse sentido, podemos afirmar que é a presença e não a ausência do infame que acaba provocando a criação de processos de distinção por parte da elite. A recomendação do aproveitamento da praia pela manhã não se sustenta somente pela via medicinal (água salgada, banho gelado, sol ameno), mas porque à tarde apareciam as empregadas; aos domingos, o hasteamento de bandeiras nos casarões com a nacionalidade dos respectivos donos tem que ser relacionado à chegada, no trem após o almoço, de uma “gente mais humilde” que visitava o balneário. A questão, portanto, não está na ordem dos limites que ditavam quem poderia ou não poderia estar ou circular no Cassino, mas se encontra na potencialidade da própria interface, nos efeitos dos encontros entre os famosos com os não-famosos: “É aí, nesse plano ‘microsocial’ de encontros face a face, que diferentes tradições, crenças, motivações culturais e estilos de vida [...] se confrontam a pequena distância e à queima-roupa; elas compartilham o dia a dia e inevitavelmente dialogam entre si” (BAUMAN, 2011, p. 205).

Nessa perspectiva, outros processos de distinção foram inventados diante de uma infâmia que não só residia no Cassino, por conta de serem empregados dos casarões, mas que também aparecia de forma crescente e massiva aos finais de semana.

*Gustavo: Os trens, ele saíam geralmente com quantos vagões? Quantos faziam o trajeto entre Rio Grande e o Cassino?*

*Valter: Era a locomotiva, um vagão de carga, depois o vagão de segunda classe e um vagão de primeira classe...realmente, a composição era composta dessas quatro categorias.*

*Gustavo: E nos finais de semana aumentavam?*

*Valter: Nos finais de semana, então, aí era dezoito, vinte, vinte e dois vagões, porque a fluência era muito grande. Então muitas pessoas que durante a semana não tinham a possibilidade de frequentar a praia, nos fins de semana, nos domingos de tarde, é que aproveitavam essa folga para irem até lá.*

A vultuosidade demonstrada pelo aumento do número de vagões aos finais de semana impulsionou que os incomodados programassem atividades distintas para o sábado e/ou domingo. Um desses movimentos de distinção foi trazido pela fala do Sr. Albrecht, quando o mesmo relata a época que viveu de forma nômade no Cassino, a partir de 1926. Isto porque, a chácara em que passou a infância foi vendida para que seu pai pudesse honrar compromissos de trabalho, uma vez que o negócio que mantinha como comerciante começou a declinar. Desde então, até meados de 1956, 1957 quando compra uma casa própria no balneário, Sr. Albrecht e família passam a morar em casas alugadas durante as temporadas, usufruindo do Cassino também pela prática dos piqueniques aos finais de semana.

Esses piqueniques aconteciam aos domingos, na zona da barra, distante aproximadamente sete quilômetros do centro do Cassino. Na década de 60, algumas famílias pegavam seus carros e se deslocavam para os grandes bosques de eucaliptos e pinheiros daquela região. O acesso ao local se dava por uma segunda estrada que ligava a cidade ao balneário, chegando diretamente ao chamado Molhes da Barra.

Da mesma forma que podemos notar essa fuga de algumas famílias para os piqueniques na zona da barra, há também um deslocamento pontual para o outro lado da praia, na direção oposta aos Molhes da Barra. Lembro, junto com o Sr. Albrecht, da tentativa de criar um loteamento chamado Stella Mares nesse local, num tempo em que um maior número de pessoas tinha acesso ao Cassino, fosse para residir ou para passear aos finais de semana.

*Gustavo: O Cassino, portanto, passa a estar mais habitado, vamos dizer assim.*



*Valter: Ah, certo, exatamente, mais gente podia vir.*

*Gustavo: E aí, eu não sei em que época foi, não me recordo agora, houve uma tentativa, um movimento de se criar um balneário do Stella Mares.*

*Valter: Sim [...] Não era bem Stella Mares, era Querência. Aí foram os paulistas que quiseram explorar o jogo, então, fizeram o Hotel Querência, que deveria ser uma sala de roletas enfim, de jogos de azar. Mas, nessa época, que foi em 46, quando o presidente Dutra resolveu terminar com o jogo no Brasil. Então, Querência nunca chegou a funcionar.*

*Gustavo: Mas existe, até hoje, o balneário Stella Mares, não?*

*Valter: Sim, exato.*

*Gustavo: E fica próximo ali.*

*Valter: É porque o Stella Mares era tanto do Seu Louro Costa, do Sr. Pedro Lourival da Costa, então, ele resolveu fazer um pequeno...uma pequena, como é que eu vou dizer, um loteamento, pro pessoal vender terreno na beira do campo dele, à beira da praia e começou a vender e denominou Stella Mares. E o meu sogro comprou um terreno, a 18Km do Cassino, que era chamado (pausa), também feito, aí feito por uruguaios, que queriam instituir o jogo lá, era o ...agora não me recordo, daqui a pouco.*

*Gustavo: É pro lado da Querência também ou é pro lado da Barra?*

*Valter: Entre a Querência e o Chuí<sup>53</sup>, a dezoito quilômetros de distância.*

*Gustavo: Comprou o terreno lá? Em que época isso?*

*Valter: Olha, eu casei em 58, 57, olha, deve ter sido em 1950, por aí*

*Gustavo: Chegou a se desenvolver esse espaço ou não?*

*Valter: Tinha lá uma lanchonete que nos domingos eu fui lá várias vezes pra tomar o chá da tarde, numa lanchonete muito bem instalada por uruguaios [...] E foram construídas poucas casas, porque como era muito distante, então, não atraía muito a possibilidade da pessoa morar lá, né?*

*Gustavo: Por que tão longe, né?*

*Valter: Pois é, porque os uruguaios queriam fazer ali, um centro de jogos, jogos de azar.*

Nesse momento, o relato permite suspeitar que as migrações ocorridas tanto por um sentido de (re)planejamento na tentativa de criar um novo balneário quanto àquelas de breves incursões aos domingos para um piquenique ou para uma lanchonete em lugares de difícil acesso, foram ativadas para que o distinto não corresse o risco de se tornar o comum. Isto porque não só a praia em si, mas também a própria circularidade no balneário não parecia garantir à elite as mesmas condições e finalidades quando da sua invenção, requerendo outros investimentos de diferenciação.

O processo de distribuição dos espaços (residências, hotéis, casa de jogos de azar, lanchonete, praia), a ampliação da mobilidade<sup>54</sup> entre o centro e o Cassino, assim como a

---

<sup>53</sup> Cidade que marca o extremo sul do Brasil, fazendo fronteira com o Uruguai. Ligada a Rio Grande por uma extensa faixa de areia junto ao mar, totalizando 254 km de praia.

<sup>54</sup> Na década de 30, surge a primeira frota de ônibus ligando a cidade ao balneário, utilizando uma estrada de terra construída próxima à ferrovia, que uma década mais tarde, é asfaltada. Segundo o Sr. Albrecht, até a década de 60, trens e ônibus funcionaram simultaneamente, até o governo de Leonel Brizola extinguir o uso da ferrovia.

própria urbanização do balneário são acontecimentos, no sentido foucaultiano do termo, para que se tome a territorialidade do Cassino como algo que estava em disputa.

Claro que o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Mas, mesmo assim, de modo nenhum o acontecimento é imaterial; é sempre ao nível da materialidade que ele adquire efeito, que ele é efeito; e consiste, tem o seu lugar, na relação, na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação, na seleção de elementos materiais; o acontecimento não é nem o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de uma dispersão material, e produz-se numa dispersão material (FOUCAULT, 1998, p. 25).

Mais do que um evento em particular, como seria a ida à lanchonete ou ao bosque, o acontecimento se inscreve dentro uma ou mais séries que se entrecruzam num tempo intempestivo, cujas análises se detêm sobre as condições do seu aparecimento. Se as ruas do balneário e os salões construídos como parte do complexo do Hotel Atlântico<sup>55</sup> para as solenidades, bailes, apresentações artísticas e jantares de homens e mulheres da elite não davam mais conta de assegurar práticas de distinção no espaço social do Cassino, é porque a ocupação desse lugar respondia a outras condições de possibilidade não sentidas até então.

A infâmia daquele tempo compõe parte da memória desses depoentes, ainda que com traços de indefinição para se referir àquilo que faziam ou por onde transitavam.

*Gustavo: Eu fico imaginando, eu fico pensando, se existiam esses lugares pra essas pessoas...eu fico imaginando se existiam outros lugares, por exemplo, pro "motorista" do burro que o senhor estava brincando, chamando de motorista, certo. Porque acredito que existiam pessoas no Cassino pra trabalhar puxando o burro, pra trabalhar na construção dos casarões, pra trabalhar como governantas.*

*Valter: Sim....tinha gente mais modesta.*

*Gustavo: Eu fico curioso se existiam outros espaços para essas pessoas ou como é que elas se relacionavam com a grande sociedade, porque, afinal de contas, estavam no mesmo ambiente, no Cassino. O Sr...*

*Valter: Olha, eu não tenho ideia de como é que havia esse convívio social dessa classe mais baixa, porque na época não convivia com esse tipo de gente. Mas imagino que deve ter havido locais onde eles se reuniam, onde trocavam ideias, onde se divertiam.*

*Gustavo: Por exemplo, na praia vocês conseguiam enxergavam esse tipo de pessoa ou ele nem apareciam na praia, na praia em si?*

*Valter: Muito pouco, muito pouco apareciam.*

---

<sup>55</sup> O Hotel Atlântico, existente até os dias de hoje, foi construído pela própria empresa que arrendou o balneário e obteve o direito de explorar a linha de trem que ligava o centro da cidade ao balneário, a Carris. O Hotel fazia parte da Sociedade Balneária Atlântica que compreendia o hotel, os salões e um conjunto de casas, chamada de "Quadra" que as pessoas menos afortunadas em comparação aos mais poderosos, dizem os depoentes, podiam alugar nas temporadas.

Talvez a memória do depoente, neste caso, não tenha falhado, mas sido composta pelo próprio esquecimento, pela resistência e pelo emprego de uma visão sobre a história do Cassino, a partir do lugar de onde fala. Sem ser definitivo, é possível dizer que a seleção do que foi lembrado e esquecido, nesse caso, independia se a entrevista tivesse acontecido alguns anos antes ou num outro momento da vida dos entrevistados, como poderia apostar Portelli (2004). A memória, aqui, está dando aos depoentes, uma identificação, um lugar de fala, uma ponta do que viveram e ainda vivem.

Nesse entendimento, as entrevistas com os Srs. Albrecht e Lawson são únicas, singulares, individuais. A potencial alteridade de suas falas em relação às próprias vozes dos pretendidos infames justifica a escolha, pois não “apenas se prezam os projetos que jogam luzes nos ‘esquecidos’, mas, idealmente, defende-se que estes apenas serão entendidos se colocados em conjunção com os perpetradores” (BOM MEIHY & RIBEIRO, 2011, p. 32).

E foi justamente essa posição de entrevistados com sobrenome que permitiu criar alguns rostos para uma infâmia na Praia do Cassino, em meados do século XX. Uma infâmia que apareceu nomeada de diversas formas – *gente mais humilde*, *gente mais modesta*, *esse tipo de gente* – e cujos feitos foram dados por ocupações, mais do que por nomes. Figuras como as empregadas, caseiros, charreteiros e capatazes foram designadas como pertencentes aos outros, dos quais se queria mostrar distinção. Somente em um caso específico, houve a citação de uma família e sua respectiva profissão, conforme a fala do Sr. Lawson:

*Lawson: [...] até tem uma família interessante que podia colaborar contigo, porque eles têm uma história muito engraçada, o cara mais velho deles tá com oitenta e poucos anos. E eles são daquela turma que tu falou, eles são moradores do Cassino [...] Eles tinham tambo de leite, eles desenvolveram atividade econômica assim, onde é o Wanda Rocha [Escola Municipal] por ali que eu me lembre, era o tambo deles.*

*Gustavo: Qual é a família? O sobrenome da família?*

*Lawson: Corrêa, Corrêa. Até posso te mostrar ali, é interessante porque eles vão ter outra visão.*

Ter outra visão, neste caso, certamente não significa ir atrás de uma história mais verdadeira<sup>56</sup>, mas que merece ser escrita por não fazer parte dos seus grandes gestos, por “compor o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida

---

<sup>56</sup> O que faz a história oral diferente, segundo Portelli (1997b), é que “não há ‘falsas’ fontes orais” (p. 32). Como a importância da oralidade está nas significações criadas pelo depoente acerca de um fato mais do que sua aderência a ele, suas ‘falsas’ afirmações são tão ‘verdadeiras e ‘corretas’ quanto qualquer outro registro factual confiável.

comum” (FOUCAULT, 2006c, p. 216). Os mecanismos de poder que atravessaram essas vidas reforçam que a ocupação do Cassino, em grande parte do período analisado, se deu no terreno da disputa. Uma disputa cujas interfaces não eram somente de ordem econômica, mas também cultural e, porque não dizer, social. Se, por um momento, o embate pareceu concentrar-se na oposição entre uma elite e uma não elite, em outros, o mesmo ganhou a companhia do enfrentamento cultural identificado, por exemplo, no hasteamento das bandeiras nacionais de origem europeia em frente aos casarões; nas formas de ocupação da praia; nos modos diferenciais de proceder dentro de um mesmo grupo social, como no caso das duas infâmias encontradas – a que residia no balneário e a que fazia o vai-e-vem.

**Entre outubro 2013 e julho 2014,**

**Nota de rodapé: por que não falar em práticas corporais?**

A gradativa aproximação quanto ao uso da noção de práticas de divertimento e o simultâneo afastamento no emprego de práticas corporais não foi uma atitude casual. Esse movimento acaba sendo provocado a partir do encontro com elementos teóricos e procedimentais arrolados por esses termos, os quais emergiram no transcurso da pesquisa durante a produção das fontes e no processo de compreensão conceitual, em cima do material produzido.

No início da tese, mais precisamente na introdução, chegamos a anunciar a noção de práticas corporais como recorte analítico de nossa história-problema. Naquele momento, a filiação a esse termo tinha a intenção de não eleger de antemão nenhuma prática corporal em particular, confiando essa atribuição às fontes. Em outras palavras, entendíamos que uma pré-definição em torno de qualquer manifestação que o vínculo com a Educação Física pudesse remeter, poderia reduzir a narrativa ao invés de pluralizá-la. Além disso, pelas poucas notas a respeito da presença e circulação dos infames no Cassino, não vislumbrávamos pistas que pudessem sustentar, a priori, a escolha por uma ou outra prática. O desconhecimento se os infames praticavam algum esporte, se preferiam caminhar ou correr, se andavam de bicicleta, se se reuniam para jogar, contribuiu para que utilizássemos a noção de práticas corporais, ainda que não houvesse plena convicção sobre a definição desse conceito e se seu alcance contemplava o foco da pesquisa.

Essa imprecisão comportava – e ainda comporta – os respingos de um debate não acabado no âmbito da Educação Física quanto à definição desse conceito e seus desdobramentos nas intervenções de caráter investigativo ou de prática profissional. Em linhas gerais, isso já foi pontuado por Silva e Damiani (2005), no primeiro dos quatro volumes que integram a Coleção Práticas Corporais<sup>57</sup>. Com o subtítulo “Gênese de um movimento investigativo em Educação Física”, as organizadoras afirmam que seus livros têm a intenção de “investigar os limites e possibilidades de re-significação de diferentes práticas

---

<sup>57</sup> A coleção é fruto de um projeto integrado de pesquisa, reunindo 25 pesquisadores brasileiros que, sob diferentes aportes-teóricos (marxismo, teoria crítica, fenomenologia), se puseram a elaborar subsídios para as múltiplas expressões e experiências na lida das práticas corporais, sobretudo, a partir das suas relações com o ambiente, a cultura e a natureza (SILVA; DAMIANI, 2005).

corporais na contemporaneidade” (p. 25) superando uma concepção funcionalista no trato com o corpo e a lógica instrumental que prevalece nessas práticas.

Para tanto, reivindicam o conceito de cultura por reconhecerem o corpo como uma construção cultural e suas manifestações como inscritas nesse campo. É dessa forma que diferenciam e declaram preferência pelo uso da noção de prática corporal à atividade física, já que essa segunda mostra-se conceitualmente incapaz de abordar a linguagem presente nas expressões corporais, pelos vícios criados junto aos conhecimentos biológicos (objetivação do corpo; produção de generalizações; desconsideração da cultura e condição histórica). Como bem dito pelas autoras, as ciências biológicas não devem ser desprezadas, mas seus indicadores se somariam a outros vindos da arte, da filosofia e dos saberes populares, enfim, das ciências humanas e sociais. Assim, esse conhecimento biológico seria parte do processo de compreensão das práticas corporais e não ele por inteiro.

A afinidade teórica com esse entendimento confirmava que, por ora, não procurávamos por atividades físicas, mas por práticas corporais. No entanto, essa sintonia com o conceito nos desacomodava toda vez que tínhamos de defini-lo. Transportar a noção de cultura para dentro do termo e, a partir disso, formular o conceito, não parecia o suficiente no desenrolar da pesquisa. Afinal, qual prática não seria corporal?

Na própria área, como mostrado por Lazzarotti Filho *et al.* (2010), é possível diagnosticar uma instabilidade conceitual frente aos diferentes sentidos e significados que o termo práticas corporais adquiriu na literatura científica brasileira. Mediante análises de artigos, teses e dissertações publicadas com o termo e selecionadas em alguns sistemas de busca<sup>58</sup>, os autores apontaram que apenas 8% dos 260 artigos e apenas três das 17 teses e dissertações preocupam-se em apresentar explicitamente uma conceituação para práticas corporais. Entre os que oferecem uma definição, temos as seguintes argumentações:

1. São identificadas como manifestações culturais que enfocam a dimensão corporal, característica, segundo os textos analisados, não presente na perspectiva dos pesquisadores que utilizam o conceito de atividade física; 2. Buscam superar a fragmentação identificada na constituição do ser humano e denotam uma crítica a forma de organização da vida contemporânea e seus desdobramentos no corpo; 3. Apontam para uma ampliação conceitual deste termo com elementos das ciências humanas e sociais e tensionam com uma concepção de ciência pautada na objetividade e neutralidade; 4. A exemplificação encontrada indica as práticas corporais como sendo, principalmente esporte, ginástica, dança, luta, tai-chi, yoga,

---

<sup>58</sup> A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2008 nos sistemas Lilacs, Medline, Google Acadêmico, Scielo e Banco de Teses e Dissertações. O material coletado não se restringiu ao universo da Educação Física, ainda que o termo tenha sido mais operado por ela com 67% das produções.

práticas de aventura, jogos; 5. Destacam-se as diferenças e contrastes entre as práticas corporais orientais e as ocidentais; 6. Externam uma preocupação com os significados e sentidos atribuídos as práticas corporais por parte dos sujeitos que as praticam, para além de sua utilidade mais pragmática; 7. Apresentam finalidades como educação para sensibilidade ou educação estética, promoção da saúde, para desenvolvimento do lazer, para a sociabilidade e para o cuidado com o corpo (LAZZAROTTI *et al.*, 2010, p. 18-19).

Os demais trabalhos encaram o termo como algo dado que não precisa de explicação; o diferenciam de práticas esportivas por usar ambos os termos nos textos; o complementam com uma adjetivação (p. ex. práticas corporais infantis, passivas, negativas); o associam diretamente a um elemento da cultura corporal (danças, jogos, esportes, lutas e ginásticas); ou ainda o entendem como gestos simples da vida cotidiana como jogar, comer, caçar, pescar (LAZZAROTTI *et al.*, 2010). Tamanhos desalinhos não furtam os autores de defenderem a potencialidade do termo enquanto conceito, desde que feito alguns acordos que o estabilizem como tal. Mais uma vez, dentro desses acordos, aparece a necessidade de existir uma interface entre as ciências biológicas, humanas e sociais.

De nossa parte, ao insistirmos na opção por práticas corporais assumíamos a apropriação “não só biológica” do termo, colocando-o como uma manifestação cultural explicitada pela dimensão corporal, e, concomitante a isso, a impossibilidade de configurar uma unidade em sua definição. Essa posição teórica pretensamente apreendida e calibrada em torno do termo a ponto de ocupar boa parte da tese foi se desmanchando quando operada no processo de produção das fontes. O que até então se constituía em um problema a ser resolvido no plano teórico passou a ganhar a companhia de alguns entraves enfrentados no terreno procedimental.

Esses entraves surgiram já nas duas primeiras entrevistas, realizadas com os famosos, quando vinha a pergunta: “Que práticas corporais o(a) senhor(a) fazia no Cassino?”. Imediatamente posterior à questão, a reação de estranhamento por parte dos depoentes era visível, sendo demonstrada por alguns segundos de silêncio, por uma testa franzida e a devolução da pergunta com um: “*como assim?*”. A indagação feita aos depoentes era central para o desdobramento de outras questões pertinentes à prática que seria mencionada por eles (Como funcionava? Quem participava? Quando, onde e com que frequência acontecia?).

No entanto, a rebatida na forma de um “como assim?” exigia que a pergunta central fosse explicada contendo aquilo que justamente havia sido evitado na primeira vez em que foi feita, isto é, a nomeação/exemplificação de práticas corporais. Somente após complementações do tipo “se praticavam algum esporte; se jogavam alguma coisa; se

caminhavam na beira da praia”, era que os depoentes, enfim, retomavam seus relatos. A necessidade de esclarecer o que se queria dizer com práticas corporais, portanto, forçava a ilustração do termo, correndo o risco de condicionar os depoentes e, com isso, algo escapar.

Assim, ante os elementos teóricos e procedimentais enfrentados, passamos a deslocar o uso de práticas corporais para práticas de divertimento. Tal deslocamento se deu na transição das entrevistas feitas com os famosos para com os infames. A esses, uma das perguntas centrais passou a ser: “O que você fazia para se divertir no Cassino?”. Sem necessitar de explicação adicional, os depoentes recebiam a pergunta com certa tranquilidade passando a relatar uma variedade de práticas em que muitas delas, inclusive, poderiam ser consideradas como corporais no sentido já tratado anteriormente.

A troca de um termo por outro acabou se sintonizando mais aos propósitos do estudo, embora reconhecêssemos que a noção de práticas de divertimento em comparação às práticas corporais, seja menos trabalhada conceitualmente na produção científica brasileira, espalhada a partir da Educação Física. Sem proceder a uma busca sistematizada, notamos em geral que o termo é explorado nessas produções, pelo menos, sob três ângulos. No primeiro, o divertimento é discutido na perspectiva do lazer, tido como uma atitude propiciada pela adesão a determinada prática (MARCELLINO, 2011)<sup>59</sup>. No segundo, o divertimento é uma manifestação sinônima a prática corporal que igualmente atua enquanto uma pedagogia do corpo<sup>60</sup> (SOARES, 2005), ou ainda, numa educação dos sentidos e sensibilidades<sup>61</sup> (MELO, 2014). Por último, carregando as intencionalidades encontradas no anterior, o uso do termo diferencia-se por sugerir manifestações dentro de uma concepção mais alargada daquela que

---

<sup>59</sup>No caderno de textos escrito por “especialistas no tema” e organizado pelo autor, há uma compilação histórica sobre a ocorrência do termo lazer nas produções brasileiras. Apontam que ele decorre da representação proveniente do termo *recreare* e, a partir da década de 70, o colocam como uma das funções do lazer, ao lado do descanso, do desenvolvimento pessoal e social do indivíduo. Mais recentemente, o termo é aproximado à criação da indústria do entretenimento e do espetáculo.

<sup>60</sup>Entre outras análises presentes nesse ensaio, a autora relaciona o quanto a arquitetura esportiva tem ingerência nas “múltiplas esferas de nossas vidas, na intimidade de nossos corpos, nas escolhas de nossos divertimentos” (p. 44). E complementa ressaltando o quanto esses lugares expressam discursos materiais que educam e induzem um modo de vida.

<sup>61</sup>No referido texto, o autor trata dos eventos dançantes, ou os chamados bailes, que se constituíram enquanto uma prática de divertimento entre a elite carioca nos idos de 1850, os quais foram usados para forjar e fortalecer uma sociedade civil em direção às ideias de civilização e progresso.



nos remete ao significado de prática corporal traçado na área (DALBEN, SOARES, 2011<sup>62</sup>; SANTOS, NAKAMOTO, AMARAL, 2014<sup>63</sup>; MELO, 2007<sup>64</sup>).

Nessa esteira, sabemos que a opção por um ou outro termo não responde exclusivamente às questões epistemológicas. Há que se pensar sobre seus usos sociais, ou melhor, na forma como acabam sendo preponderantes em um dado contexto sócio-histórico e não noutra. Assim, não foi possível sustentar o emprego de práticas corporais, pois quando colocado à prova nas entrevistas, o termo não se mostrou suficientemente consolidado de modo que fizesse sentido aos depoentes.

Por outro lado, foi justamente esse “fazer sentido” que ratificou a decisão de investir em práticas de divertimento nas entrevistas com os infames. Sem a preocupação de defini-las enquanto conceito, mas de trabalhá-las a partir do que delas foi dito, as práticas de divertimento veremos no próximo capítulo foram atravessadas por um ou mais dos seguintes aspectos: a) intercorriam não apenas em ocasiões excepcionais (baile, futebol), mas também em meio a acontecimentos ordinários no bairro (ir ao bar); b) reuniam necessariamente um grupo de pessoas, evitando uma prática solitária; c) geralmente, eram apanhadas por uma disputa trivial, fossem em torno de um espaço (campo de futebol), de uma pessoa (a empregada), ou de um feito (de se gabar pela quantidade de cavalos que possuíam; de ir preso por defender o uso do campo de futebol; de ser desavergonhado nos bailes); d) podiam acontecer tanto no tempo considerado livre das atividades laborais quanto se confundirem com elas (pesca; cavalo; boliche); e) nem sempre sinalizavam um dispêndio maior de energia em sua realização (bar, petisca); f) conferiam sensações apazíveis, mesmo quando proporcionadas por ações sérias (tocar gaita nos bailes).

A opção em substituir o termo fora reforçada recentemente com a publicação, em junho de 2014, do artigo de Ana Márcia Silva intitulado “Entre o corpo e as práticas corporais” na Revista Arquivos em Movimento. A escrita desse texto quase 10 anos após a

---

<sup>62</sup> Os autores trilham esse aspecto ao estudarem as colônias de férias no Estado de São Paulo e a invenção de alguns divertimentos para os turistas no litoral paulista no início do século XX, incluindo, aí a natação, o remo, os passeios a pé e de bicicleta, até as conversas a beira-mar e a circulação nos salões de cassinos.

<sup>63</sup> Nesse estudo, os autores narram a história da Vila Holândia, na cidade de Campinas/SP, a partir dos divertimentos de seus moradores. Apontam as festas, o jogo de bocha e o futebol como práticas historicamente realizadas no tempo livre dos moradores.

<sup>64</sup> O autor aborda a diversão num contexto histórico mais atrelado aos “primeiros passos” do esporte no Brasil, focando-se no fim século XIX e início do século XX. Assim, inclui nos divertimentos as corridas de cavalo organizadas pelos imigrantes ingleses (turfe), o remo e o futebol como aquelas que ocuparam a preferência da população. Por outro lado, não descarta que nesse contexto outras práticas igualmente eram tratadas por divertimentos como o teatro, o baile, o cinema, e até as “bárbaras” brigas de galo e touradas.

publicação da Coleção Práticas Corporais assinala que a discussão sobre o termo é recorrente no âmbito da Educação Física. Nele, apresenta argumentos que mostram a passagem de um nível intuitivo a outro mais expressivamente consensual no uso do termo práticas corporais. A autora elenca uma série de características que busca definir o termo de forma geral, tendo por base formulações conceituais anteriores:

Explicitam-se principalmente no corpo e pelo corpo; Constituídas por conjuntos de técnicas disponíveis naquele tempo histórico e organizadas a partir de uma lógica específica; Foram/são construídas a partir de interações sociais determinadas que lhe conferem um significado coletivo; São desenvolvidas com determinadas finalidades e significados subjetivos, os quais dialogam com a tradição que as organiza; Pressupõem determinados objetos para sua realização, sejam eles equipamentos e/ou espaços; Foram desenvolvidas a partir do tempo livre ou do não trabalho; Apresentam um componente lúdico e por vezes ritualístico; Em geral, implicam num grau de dinamicidade, elevando a tensão e movimentação corporal acima do cotidiano e com atributos como agilidade e energia (SILVA, 2014, p. 14).

Ao longo das características expostas perpassa a ideia de que a noção de práticas corporais está implicada nos sentidos e significados criados a partir das práticas sociais. Dessa forma, salienta que o conceito só pode ser compreendido quando recortado e testado no confronto com elementos do mundo social. Mesmo assim, sintetiza-o como manifestações culturais que acontecem no nível corporal, ocorrem no tempo livre ou disponível, tem significativo impacto orgânico e, por vezes, “escapam ao domínio do consciente e da racionalização, o que lhes permitem uma qualidade de experiência muito diferenciada de outras atividades cotidianas” (Ibid., p. 18). Assim, se para ser digna de levar o carimbo de prática corporal, a manifestação precise dar conta da totalidade dessas características, o termo que está na ordem do dia, para a pesquisa, é outro: práticas de divertimento.

Dessa maneira, procuramos abrir cada prática de divertimento que compunha a dinâmica social dos infames no Cassino. Essa abertura possibilitou averiguar não só a organização interna de cada prática, mas as respectivas relações com a natureza, com os famosos e com as transformações socioespaciais pelas quais passava o bairro-balneário em meados do século XX.

**Junho de 2014,**

**“A turma que ficava aqui é que sofria”:** os infames e as histórias da rua de trás



*Como encontramos os infames? Em que contornos se dão esses encontros? Quem são eles? O que tem a contar sobre as coisas que viveram no Cassino? O que dizem quando provocados a falar das práticas de divertimento que exerciam no bairro? Quais eram, como transcorriam, onde funcionavam? O que elas têm a ver com a praia? Essas são algumas das perguntas que engatilham a escrita desse capítulo.*



### ***Sobre as três primeiras questões***

Dado por finalizado o movimento de ouvir os ilustres (os famosos), o momento seguinte da pesquisa foi de ir ao encontro dos infames, a partir das pistas deixadas pela operação anterior. A procura teve por alvo prioritário as indicações que remetiam às ocupações que os infames desempenhavam, uma vez que o rosto que nos apareceu não tinha nome nem sobrenome, mas características que o desenhavam. Em outras palavras, o desafio era encontrar pessoas que tinham vivido no Cassino em meados do século XX como capataz, leiteiro, pedreiro, charreteiro, doméstica, ocupações que mais apareceram na conversa com o Sr. Albrecht e o Sr. Lawson.

Entre uma tentativa e outra, num processo que se vai quase que tateando por onde fazer a pesquisa andar, durante o verão de 2014, entrei em contato com o Sr. Angelo Fernando Ribeiro, mais conhecido como Nando Ribeiro. Vereador na cidade do Rio Grande/RS pelo Partido Comunista do Brasil, veia política e sangue quente que herdou do seu pai, como gosta de dizer, Nando é reconhecido na região como um filho do Cassino. Tal reconhecimento é fruto de uma tradição familiar que trabalhou no local, na maioria do tempo, sobre o lombo de um cavalo. Ainda que tenham sobrevivido de uma ocupação ou outra, a sua vida e da sua família está associada ao tradicionalismo gaúcho<sup>65</sup>, às carreiras<sup>66</sup>, à prestação de serviços com

---

<sup>65</sup> Em termos gerais, o tradicionalismo gaúcho é compartilhado por àqueles que zelam pela fidelidade aos costumes da região sul cultivando a tradição através da cultura, do folclore, da gastronomia, da arte e da literatura.

charrete e ao aluguel de cavalos. Inclusive, sua campanha para vereador, no primeiro mandato que exerceu na cidade – em 2000 –, segundo ele mesmo conta, foi feita sobre um cavalo e tendo quase a totalidade de seus 692 eleitores residentes no bairro.

Essa identificação com o local acabou motivando a procura por ele e, de sua parte, uma pronta resposta positiva. Sentados na cozinha da sua casa, tomando um chimarrão, ouvia-o propor uma série de nomes que se encaixavam no perfil das ocupações mencionadas. Particularmente, não conhecia nenhum, mas sua veemência ao pronunciá-los e sua capacidade de citar os respectivos apelidos, datas de nascimento, idades e feitos na história do Cassino, levaram-me a acompanhá-lo nas escolhas<sup>67</sup>. Assim, pela camaradagem nutrida com as pessoas indicadas, Nando acabou me levando ao encontro de uma por uma, num total de cinco.

No meio da manhã ensolarada do dia 27 de março de 2014, eu e o Nando chegamos na casa do Sr. Homero Antão Pinto, o Seu Homero, de 88 anos, para fazermos a primeira entrevista. Ao explicarmos o motivo de estarmos lá, ele nos recebeu com certa surpresa por achar que não tinha muita coisa a dizer. A conversa durou aproximadamente 50 minutos e ocorreu na sala de sua casa, localizada no Parque Guanabara<sup>68</sup>. Ficamos os três sentados de maneira muito próxima, pois Seu Homero ouvia com certa dificuldade. Eu e o Nando sentamos no sofá, lado a lado, e o entrevistado em sua cadeira de balanço. Morador do bairro durante inverno e verão desde 1925, quando nasceu, ele chegou a trabalhar com parselhas de pesca na praia, mas era conhecido pela sua habilidade como mecânico. Tinha uma oficina no Cassino em que, sozinho, consertava os ônibus de passageiros (frota iniciada na década de 30) e os caminhões que transportavam peixes da beira da praia para a cidade. Contou histórias de:

*“Quando o Cassino era pequeno, duas ruas para cada lado, avenida e uma rua para cada lado. Passava o trem pela avenida, tinha linha de ônibus, quatro onibusinhos na época [...] aqui era triste, era meia dúzia de moradores na volta, era pouca gente” (SEU HOMERO, 2014)<sup>69</sup>.*

---

<sup>66</sup> Segundo Machado (2012) carreiras são “corridas de cavalos ocorridas em cancha reta” (p. 63). Mais adiante, ainda nesse capítulo, tal prática será tratada em detalhes. Por enquanto, importa salientar que, a ligação do Nando com as carreiras é perceptível desde a primeira conversa com ele, feita na cozinha de sua casa. Nela havia uma foto emoldurada e pendurada na parede que o mostrava cavalgando em alta velocidade na praia do Cassino vestindo bota, bombacha e lenço vermelho no pescoço.

<sup>67</sup> É preciso reconhecer que nem todos os cinco primeiros nomes sugeridos pelo Nando foram entrevistados. Fomos obrigados a fazer três substituições por vários motivos, dentre eles: senilidade, tratamento de doença grave e negativa da pessoa em dar entrevista.

<sup>68</sup> Loteamento que pertence ao perímetro do que se entende por Cassino.

<sup>69</sup> Os depoentes infames foram referenciados pela maneira nominal que nos foram apresentados pelo Nando e, assim, continuamos a tratá-los durante as entrevistas.

Antonio Renato Silva Ribeiro, de 58 anos, irmão mais velho do Nando, foi o segundo entrevistado. Sua escolha deveu-se menos à condição parental e mais pela profissão exercida no Cassino, a qual foi herdada do pai: carroceiro. A entrevista foi feita no dia 1º de abril de 2014, com uma duração de 1 hora e 10 minutos. Chegando em sua residência, na Rua Alameda Padre Francisco, onde mora há 50 anos, encontramos Antonio mexendo na carroça do lado de fora do portão, junto com dois ajudantes. Eu e o Nando, esperamos na sala e todos que estavam no ambiente se retiraram como se tivessem recebido uma ordem antecipada para isso. Ao longo da conversa, também regada a chimarrão, essas pessoas foram circulando e intervindo nas lembranças que eram relatadas por ele. Certamente, muitas delas faziam eco ao que seu pai lhe falava sobre o Cassino quando chegou com 5 anos, trazido pelo avô, vindos do município de Canguçu<sup>70</sup>. Entre um fumo e outro preparado durante a conversa, Antonio falou da escassez de moradores no bairro durante um longo período, em como sobrevivia trabalhando 8 anos numa plantação de pinus próxima à praia, na lida diária com o cavalo e, principalmente, de como o aluguel desse animal acabou se tornando um divertimento no Cassino.

Saindo da casa do Antonio, ao final da conversa, avistamos o Sr. Eupídio Ávila da Costa, que já tinha sido comentado pelo Nando que seria o próximo a ser procurado. Combinamos a entrevista e dez dias depois a mesma ocorreu em sua pequena residência, localizada na Rua Taquarembó, no Cassino, igualmente realizada por mim, com a companhia do Nando Ribeiro. Com pedidos de “*não reparem a bagunça*”, sentamos num espaço da casa que podemos classificar como sala-quarto, pois cadeiras, sofá, estantes e cama compunham o ambiente. Nas paredes (quadros, flâmulas) e nos acessórios (toalhas, almofadas) se via forte referência ao time do Internacional de Porto Alegre. Eu e o Nando ficamos no sofá e o entrevistado a nossa frente, numa cadeira pequena de quatro finos pés. A conversa com o “Negão Eupídio”, como era chamado pelo Nando, durou cerca de 1 hora e 23 minutos. Aos 80 anos, chegou ao Cassino em 1948, logo após os militares se retirarem do local com o final da 2ª guerra mundial (1939-1945). Oriundo da campanha<sup>71</sup>, trabalhou a maior parte do tempo em obras, construindo casas, prédios e hotéis, em jornadas que duravam das 7 horas da manhã à

---

<sup>70</sup> Cidade localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul que fica a 130 km de Rio Grande. Possui uma extensa zona rural que qualifica a força econômica da cidade, advinda da agricultura familiar e pequenas produções.

<sup>71</sup> Ainda que no mapa exista uma zona no Rio Grande do Sul, chamada de Microrregião da Campanha, que fica localizada no sudoeste do estado, compreendida por cinco cidades, o uso do termo, nesse caso, conota que o local de origem da pessoa é o campo, tendo nascido ou trabalhado por muito tempo “no campo” (em fazendas, estâncias, chácaras, sítios). Tanto que o depoente é de Pinheiro Machado, que não está entre os cinco municípios que oficialmente compõe a Microrregião da Campanha.

meia-noite. Eupídio foi indicado não só pela ocupação exercida e longa presença no bairro, mas principalmente por ser o fundador do Cassino Futebol Clube, em 1961, data inclusive que o faz dizer que havia um Cassino antes e depois de 60.

*“Acompanhei tudo, calçamento só tinha a avenida, o resto era tudo areia. Na época que eu cheguei aqui não se via ninguém falar, podia sair nas ruas que tinha que botar o ouvido no chão pra escutar alguém [risos], tu só ouvia passarinhos cantar. Tu sabe qual era a população do Cassino quando eu cheguei aqui? 250 pessoas. Hoje tem 40 mil. No inverno. 250 pessoas, a maior parte portugueses” (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).*

Seguindo, o quarto entrevistado foi Roberto Hidalgo dos Santos. O encontro aconteceu na sua casa, situada na Rua Julio de Castilho, bem próxima ao posto de saúde do Cassino, às 10 horas da manhã do dia 24 de abril de 2014. Eu e o Nando ficamos nas laterais da mesa na cozinha, de lado para as fotos de Ernesto Guevara e Charles Chaplin que estavam na parede uma ao lado da outra. Roberto sentou numa das pontas da mesa, bengala à frente do corpo, tinha a voz baixa e balbuciada. Dizia ele:

*“A minha mãe era espanhola, ela veio da Espanha com 9 anos. Meu pai era motorista da empresa de ônibus aqui do Cassino, Santos [referência à empresa]. Eles se namoraram e se casaram. [...] A minha mãe veio pro Cassino. Ele era peão de estância. Trabalhava em estância. [...] Aqui no Cassino, a minha mãe distribuía leite pro pessoal, naquela época já tinha casa, apareceram as casas dos veranistas aí. Então, a minha mãe de manhã, pegava cada litro de leite e saía a vender. O pai tinha umas vacas, e saía a vender pro pessoal aí do Cassino” (ROBERTO, 2014).*

“Nascido e criado” no bairro desde 1936, como mesmo fez questão de dizer, Roberto foi mais um nome indicado pelo Nando como uma daquelas pessoas que viveu e sustentou o Cassino inverno e verão durante muito tempo. Trabalhou e foi dono de parelha de pesca durante muito tempo em meados do século passado e, para se divertir, tocava gaita nos bailes que aconteciam no Cassino, porque era difícil encontrar conjuntos na época.

A última entrevista foi feita com Dilza Souza Fangueiro, na sala de sua residência, numa manhã nublada do dia 9 de maio de 2014, com duração de 1 hora. Vó Dilza, como todos a chamam, sentou na sua cadeira de balanço, enquanto que eu sentei ao seu lado num banco de madeira e o Nando a sua frente. Durante o tempo que permanecemos por lá, outras duas pessoas interviram na conversa: uma de suas filhas, apelidada de “portuguesa”, além de seu genro, Teobaldo. Natural de Santa Vitória do Palmar, Vó Dilza chegou ao Cassino em 1939,

com 18 anos, para trabalhar de empregada doméstica em casas de quem ela chamava de doutores.

*“[...] e aí quando eu vim pra cá, eu vim pra essa casa desse seu...da casa do Dr. Plácido Terra, de Santa Vitória. É que minha vó, minha mãe, toda minha família foi criada lá. Então, aí eu era pobre, trabalhava de empregada, eu tava empregada de um juiz. Ela era de lá e ele era daqui, depois eles vieram pra cá e eu vim com eles, eu vim com eles. [...] e essas pessoas tinham lavadeira em casa, tinham passadeira em casa, tudo isso, em casa né...agarrou e disse assim, 'tem a casa do juiz, é só um casal, e eles tão procurando uma moça, uma pessoa que saiba, que seja alfabetizada, que saiba alguma coisa, receber recado, dar recado, tu não queres ir pra lá?’” (VÓ DILZA, 2014).*

Chegou a trabalhar também como lavadeira num dos hotéis do Cassino e por algum tempo auxiliou o marido, que era marceneiro, a finalizar casas de madeira construídas no bairro. Segundo ela, tudo isso porque se ganhava pouco e não havia quase tempo para se divertir.

Cinco entrevistas<sup>72</sup>. Certamente os entrelaçamentos das falas decorrentes delas carregam traços em comum, traços que se complementam e, ainda, outros que se estranham. Muito da potência desse quadro foi motivado pela presença do Nando em todas elas, algo que não estava previsto no momento pré-entrevistas e que aconteceu por uma imponderação investigativa, a qual foi assumida durante o próprio processo. Estabeleceu-se uma rotina para a etapa da entrevista, em que, um dia antes delas acontecerem, ligava para o Nando a fim de obter informações a respeito das pessoas indicadas e ouvia: *“tá tudo certo, passa aqui em casa amanhã que eu te levo lá”*.

A formalidade que envolve a preparação do encontro, a combinação de local, data e horário, a primeira explicação sobre o trabalho e o âmbito da participação das pessoas entrevistadas, num primeiro contato, não ficou centralizada no pesquisador. Sem que houvesse o pedido, Nando sentiu-se motivado a intermediar a aproximação do pesquisador com àqueles que ele havia indicado. Mais do que isso, participou ativamente da conversa, revezando no ofício de fazer as perguntas ou se sentido à vontade para relatar o que viu e ouviu sobre o Cassino ao longo dos seus 51 anos de vida. Tal motivação pareceu advir do fato dele se enxergar como um desses a quem a pesquisa estava interessada, de se sentir como pertencente “a esse tipo de gente” que a pesquisa estava tratando. Na sua voz, em mais de um

---

<sup>72</sup> Conduzidas a partir de um roteiro diferente do utilizado com os famosos (ver anexo 02). O modo de registro, transcrição, revisão e obtenção do consentimento das entrevistas foram idênticos aos procedimentos adotados na operação junto aos dois entrevistados “de sobrenome”.

encontro, mostrava esse envolvimento quando fazia questão de marcar os que construíram a história do Cassino, a quem chamava de Cassineiro, diferenciando-os dos outros que “*vinham molhar os pés e iam embora*”, os Cassinenses.

*“Então assim ó, tem a família Cassineira, né cara, que eu costume dizer, têm os Cassinense e os Cassineiro. Os Cassineiro mesmo são poucos, que é o povo da história do Cassino, entendeu. Que cada um fez uma parte. Que é o que o professor busca, assim ó, a história do Cassino, qual era a renda do Cassino, como que trabalhavam, como que sobreviviam, como que criaram seus filhos, como se divertiam, esses daí foram os fundadores do Cassino e não só aqueles que tinham poder aquisitivo, que vinham pra cá e que injetavam no Cassino, mas um mês ou dois iam embora. E que quem ficava durante dez meses aqui, passando trabalho, em busca de trabalho, em busca de sobrevivência, eram essas pessoas que ainda se não tão vivas, deixaram seus filhos e seus netos aí”* (NANDO, 2014 – fala registrada durante a entrevista com Antonio).

Cassineiro e cassinense, seguindo os significados descritos, caberiam como nomeações admissíveis para as duas configurações de infames que foram identificadas na primeira operação, durante as entrevistas com os famosos: os que permaneciam lá e os que estavam de passagem. Notadamente, as descrições feitas pelo Nando apresentam uma estima ao cassineiro, dando a entender que esse teria mais propriedade de falar sobre as coisas do bairro pela própria condição de (sobre)vivência aí implicada. Além disso, não se pode descartar que o envolvimento afetivo que alimenta com a comunidade do local o fez valorizar a experiência de um segmento em específico, a compor um critério de escolha capaz de expressar “a ‘comemoração’, o ‘saudosismo’, a ‘celebração’, ou a ‘nostalgia’” (BOM MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 54) daquela comunidade. Cada entrada na casa de um depoente dava sensação de ser uma homenagem prestada à família e, sobretudo, à vida do depoente junto à comunidade cassineira.

*“Vó, eu queria deixar gravado uma coisa pra senhora. Assim ó: o Cassino tem 124 anos, o Cassino fez 124 anos no dia 27 de janeiro. O Cassino, sempre teve pessoas que concorreram aqui a vereador. A senhora sabe disso. Quantos anos a senhora viu, na época, o finado meu pai envolvido em política, o finado Abelardo, o João Leal, isso tudo a senhora assistiu, coisas que eu não assisti e sei, mas a senhora sabe e eu sei. Mas eu queria dizer assim ó, pra deixar registrado aqui. O Cassino, com 124 anos só elegeu um filho do Cassino, que fui eu. Só que esse filho do Cassino se elegeu porque tinha e tem uma dupla chamada Nando, ou seja, Ângelo Fernando Silva Ribeiro e Luciano Figueiro Fernandes [assessor]. Essa dupla que foi eu e o seu neto, se elegeu vereador. Porque se não fosse essa dupla eu não teria me eleito [voz embargada]. [...] Eu queria deixar registrado isso porque eu acho que a família Ribeiro e a família Figueiro, de alguma maneira fizeram história no Cassino. Se eu tô lhe dizendo que o Cassino tem 124 anos e nunca ninguém se elegeu e só eu e o Ni se elegemos,*



*nós ficamos na história do Cassino. Baseado em quê? Na origem da família do meu pai, da minha mãe e baseado na sua família que, somados a isso, chegaram ao poder. Isso tem que deixar registrado*” (NANDO, 2014 – fala registrada durante a entrevista com a Vó Dilza).

Por esses caminhos, a pesquisa tomou como fontes a oralidade dos infames que residiam no Cassino e não dos que faziam o vaivém aos finais de semana para passear ou usufruir da praia. Ainda que as reflexões historiográficas tangenciem essa infâmia de movimento pendular, é a infâmia permanente no Cassino o recorte aplicado.

A rede de depoentes formou-se, portanto, em torno e a partir da entrada do Nando à pesquisa. Por um lado, há nisso, um caráter de engajamento que não pode ser desconsiderado na narrativa. Por outro, essa identificação com os infames locais mostrou-se potente por animar os encontros. Funcionando como uma espécie de interlocutor durante todo o processo de produção das fontes, suas intervenções no ato da entrevista acabaram constantemente aguçando as falas dos depoentes. Inserir uma pergunta não prevista no roteiro básico, ponderar um relato, contar as próprias lembranças sobre um tema ou episódio puxado pelo depoente, entre outras ações realizadas pelo interlocutor, produziram, no momento da entrevista, um efeito análogo ao que encontramos nos estudos que sustentam o uso da fotografia nas pesquisas históricas<sup>73</sup>, ou seja, a ativação de memórias.

Não foram raros os momentos em que os entrevistados desencadeavam ou encerravam alguma resposta dizendo “*te lembra Nando?*” E diziam isso enquanto voltavam os olhos, a cabeça e a continuação da conversa mais em direção a ele, que poderia atestar ou ainda compor a lembrança recém-contada, do que a mim, pesquisador. Em contrapartida, a pergunta era outra quando se dirigiam a mim: “*tu sabia?*”. Nesses momentos, a indagação por lembrar ou saber dava a dimensão diversa de como os depoentes nos enxergavam e do quanto isso encharcou a conversa.

O “*te lembra?*” partia do entendimento que o destinatário da pergunta (Nando) partilhava das lembranças do depoente<sup>74</sup>. Indicava que o que estava sendo contado por ele encontrava, no interlocutor, um eco, uma referência. A fluidez da conversa antecedida ou precedida pelo “*te lembra?*”, carregava as marcas com que Nando e os depoentes criaram uma intimidade entre si e com as práticas no Cassino. Afinal, não se tratavam de quaisquer

---

<sup>73</sup> A relação entre fotografia e memória, dentro da pesquisa histórica, é discutida em extensa produção científica. Ao tomarmos essa relação do ponto de vista da história oral, destacamos: Ferreira; Fernandes; Alberti (2000); Giglio; von Simson (2001); Dietrich (2008).

<sup>74</sup> A mesma pergunta também ganhou direção inversa quando Nando expunha uma lembrança e, em seguida, provocava o depoente com o “*te lembra?*”.

cassineiros, mas de seis deles que compartilhavam de uma mesma paisagem memorial<sup>75</sup> (NORA, 1993), retratada pelos lugares de ocupação e circulação (as ruas que andavam, as residências que frequentavam, os locais de trabalho e de divertimento que dividiam), pelas nomeações que utilizavam (substituição de nomes por apelidos; junção de nomes a profissões) e pelas referências espaciais que os localizavam no bairro (menções a comércios existentes ou extintos, nomes de ruas, nomes de prédios, cores das casas). Ou seja, o “*te lembra?*” era detonador de memórias pela posição ocupada pelo Nando frente aos depoentes, todos habitantes do bairro, inscritos em uma mesma rede de sinais sociais (MAYOL, 2011).

Por contraste, o “*tu sabia?*” partia da desconfiança de que o destinatário da pergunta (eu) não mantinha familiaridade com as lembranças do depoente. Indicava que o que estava sendo contado por ele tinha a diferença por referência. O conteúdo da contação precedida pelo “*tu sabia?*” carregava as marcas de uma pertença ao bairro acontecida de maneira estranha daquela construída pelo pesquisador, ainda que todos envolvidos na investigação morassem no Cassino e se reconhecessem como tais naquele local. Ou seja, um “*tu sabia?*” não detonava tanto as memórias, as assinava. Afinal, a apropriação do bairro pelos usuários é um exercício de consumo em que pese o “conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território” (MAYOL, 2011, p. 45).

Em suma, a maneira com que os infames foram escolhidos, localizados, abordados, entrevistados, enfim, todo o percurso que produziu os contornos de cada encontro interviu na performance da contação (o que contar, como contar, onde contar). Uma performance exibida entre o lembrar e o saber, entre identificações e diferenças, entre detonações e assinaturas.

### ***Sobre as outras quatro questões***<sup>76</sup>

Seu Homero, 88 anos (1925). Antonio, 58 anos (1956); Negão Eupídio, 80 anos (1934); Roberto, 78 anos (1936); Vó Dilza, 93 anos (1921)<sup>77</sup>. O Cassino estreitado pelas

---

<sup>75</sup> O autor usa o termo para se referir que àquilo que passa a fazer parte das lembranças torna-se familiar pela condição habitual com que aconteceu.

<sup>76</sup> *O que tem a contar sobre as coisas que viveram no Cassino? O que dizem quando provocados a falar das práticas de divertimento que exerciam no balneário? Quais eram, como transcorriam, onde funcionavam? O que elas têm a ver com a praia?*

memórias desses depoentes nos remete aos idos de 1940, 1950 e 1960, meados do século XX<sup>78</sup>. Melhor dizendo, nos remete à maneira com que os depoentes significaram e atualizaram o vivido nesses anos com os olhos do presente, uma vez que esse passado não é apreendido de forma imaculada, tal e qual aconteceu de fato. Essa percepção do passado no presente, inclusive, num presente em que muitas memórias já foram incorporadas pelos depoentes, torna as marcas derivadas da atividade de rememorar numa resultante de registros híbridos (MONTENEGRO, 2010).

Nessa linha, quando perguntados sobre as primeiras imagens que vem à lembrança ao falar sobre o Cassino, associam-nas a um “campo”. Esta percepção é sustentada pelo realce de algumas atividades ligadas à agricultura e pecuária existentes no bairro, à estrutura (ou a falta dela) em termos de acessibilidade às condições de moradia, saneamento e transporte, além do próprio panorama natural constituído em qualquer horizonte que se contemplasse.

*Homero: Era só duas casas pra cada lado da avenida, o resto era tudo campo. Ali aonde era a casa do teu pai era bem banhado, a água quase chegava perto, te lembra?*

*Nando: Aham!*

*Gustavo: Aonde?*

*Nando: Lá onde a mãe morava na Osvaldo Cruz, seis quadras pra lá da avenida, seis quadras pra lá, aonde mora o meu irmão agora.*

*Homero: Olha aqui aquela quadra ali, que tem a fruteira da portuguesa [rua paralela e em sequência à avenida principal], aquela quadra ali enchia quase tudo de água no inverno.*

*Nando: É aquilo ali é baixo até hoje.*

*Homero: Aí a água vinha até a casa do Juvenal, era pouca extensão que tinha naquela época, aí depois que foi abrindo valões por aí, foi esgotando né tchê, mas eu me lembro! Ali naquela quadra do Juvenal nós caçava cação e marreca de dentro da cerca, pro lado de dentro da cerca [risos].*

Morar no meio do campo, à beira de um banhado, dá o tom das configurações geográficas existentes à época, até pela forma com que muitos foram acessando e se espalhando pelo Cassino. Cabe lembrar que Rio Grande viveu um período de forte industrialização na primeira metade do século XX, em especial, no setor frigorífico, têxtil e fabricação de charutos. Tal fortalecimento intensificou a chegada de imigrantes de outros municípios, principalmente, com pouca instrução e de baixa renda, os quais buscavam

---

<sup>77</sup> Seu Homero, Antonio e Roberto têm seus anos de nascimento correspondentes ao tempo em que vivem no Cassino. Já o Negão Eupídio e a Vó Dilza chegam ainda jovens ao balneário, respectivamente em 1948 e 1939.

<sup>78</sup> A opção por esse período vem na esteira de Portelli (2004), no que diz respeito à localização temporal ou à cronologia ser conferida pelo entrevistado, não pelo entrevistador. As três décadas, notadamente, se destacaram no conjunto das entrevistas como o período a que eles se reportavam quando solicitados a falar sobre o “Cassino de antigamente”.

melhores condições de vida. Esse crescimento populacional exigiu do poder público que fosse concretizado um projeto de expansão territorial da cidade e, simultaneamente, uma série de melhorias para a vida urbana<sup>79</sup>.

No entanto, a taxa de crescimento populacional verificada nesse período tornou-se insustentável, “tão alta que não era possível atender as demandas por domicílios, principalmente para a população de baixa renda, assim, a alternativa da administração foi lotear terrenos no Cassino” (RAMIRES, 2011, p. 51). Além disso, o final dos anos 40 e início dos anos 50 já representava o início de um processo de desaceleração da pujança industrial e econômica no município, sobretudo, nas fábricas têxtil e dos frigoríficos. Isto significou uma diminuição dos postos de trabalho, assim como uma reconfiguração territorial em termos de moradia, a partir de então, voltadas a áreas mais periféricas da cidade, na forma de vilas e loteamentos (MARTINS; PIMENTA, 2005). Perguntado sobre porque seus pais vieram morar no Cassino, Roberto diz:

*Roberto: Porque não tinha outro lugar pra ir. Ele fez um..naquela época era baratíssimo o terreno. Comprou um terreno lá e fez uma casa lá.*

*Nando: Onde era seu Roberto?*

*Roberto: Onde é a casa da minha irmã lá na rua Gravataí. Lá no fim, tem uma casa lá no fim, ali que ele morava. Não tinha casa nenhuma pra lá, era campo. Então, era ali que vieram tudo morar ali.*

As condições migratórias da população de baixa renda para o bairro contrastavam com algumas ações organizativas do local, introduzidas já no início do século XX, as quais tinham por objetivo torná-lo um empreendimento mais apazível para uma elite. Nesse bojo, o fechamento de terrenos por aramados e “arborização ao longo da faixa de areia, junto à costa, de pinheiros, eucaliptos, acácias e demais espécies com o objetivo de fixação das dunas” (ENKE, 2005, p. 59) transformaram-se em exemplos de investimentos, visando uma futura povoação com pessoal que tivesse alto poder aquisitivo. Essa planificação acabou empurrando a fixação da residência dos infames para áreas não centrais do Cassino, como dito, “no fim de uma rua” ou “na sexta quadra para lá da avenida”.

Assim, o campo para os depoentes pareceu expressar parte da formação vegetal que encontravam no Cassino<sup>80</sup>, na medida em que chegavam, mas, principalmente, a sensação de

---

<sup>79</sup> Segundo Martins; Pimenta (2005), esses melhoramentos aconteceram no setor cultural com a construção de dois teatros, um hipódromo e um conservatório de música; no setor do transporte público com a substituição dos bondes de tração animal pelo bonde elétrico e o consequente aumento no número de linhas ligando diferentes bairros na cidade; no setor do saneamento básico com a implantação da rede de esgoto, entre outras ações.

viver num imenso território vazio, ainda que recheado por incontáveis combros de areia. Esses combros eram aludidos pelos depoentes, quase sempre, quando queriam apontar um lugar, inclusive, a própria casa.

*Antonio: Ali na frente da Fermoto [ferragem] que era a leitaria, na esquina, nuns combro alto. E tudo era areia ali, onde é o Barracão mesmo [conglomerado de lojas comerciais], ali o supermercado, onde foi o posto médico ali, aquilo tudo era um combrão assim ó. Aí um tal de Seu Anselmi foi o primeiro que começou o reflorestamento, que plantou esses eucaliptos...*

*Gustavo: Não tinha casa na beira da praia?*

*Antonio: Não, era só...atrás do supermercado. Ali era um combro branco de areia vivo assim, daí ele começou a plantar acácia, que ele era bom nisso também.*

*“Isso aqui, isso aqui [batendo com bengala no chão da casa], era essa sanga que tá aí, tá vendo? Esse arroio, puxa...tinha cada combro de areia! Quando eu comprei que vim pra cá, aí desmanchei, que tinha caminhão e comecei a tirar areia daqui pra lá, levando pra outras bandas. Depois construí, todo mundo construiu aí” (ROBERTO, 2014).*

Essas imagens de um território inóspito e esvaziado foram intensas por parte dos depoentes e do interlocutor. Perpassou aquilo que se viu ao longo de três décadas, indo da fala do Seu Homero, o primeiro a estar no Cassino (1925), até o Nando, o mais novo entre os seis cassineiros, nascido em 1963. Durante o encontro com o Negão Eupídio, Nando conta que aos 9 anos de idade lembra de ser levado pelo pai para caçar lebre, ratão e capincho na Querência<sup>81</sup>. Nessa data, ainda precisavam viajar por cima de vários combros e, ao chegar lá, andavam por dentro de banhados com junco preto.

Porém, ao mesmo tempo, essas lembranças foram atravessadas por outras que registravam o aumento moderado no número de construções no local, sobretudo, na década de 50. Isso foi algo salientado pelo Negão Eupídio, que foi para o Cassino trabalhar como pedreiro tão logo saiu do quartel, aos 18 anos. Aprendeu o serviço enquanto ajudava a erguer o primeiro prédio na Querência, em 1955. Conta ele que foi ali que “*entrou de servente e saiu mestre de obras*”, passando a levantar muitos outros edifícios residenciais no bairro, hotéis ao longo da praia, mas não participou de nenhuma obra na avenida. Acrescenta que havia uma dificuldade na época de encontrar alguém para auxiliar nas obras, mas os poucos que tinham,

---

<sup>80</sup> Ao consultar Ramires (2011), Rio Grande apresenta uma estrutura vegetal baseada em formações campestres e vegetações litorâneas. Localizada em área plana, destaca-se a quantidade de pequenos cursos d'água como córregos, sangas, arroios, açudes, justamente pela proximidade com o lençol freático.

<sup>81</sup> Loteamento que pertence ao Cassino, criado em 1953, distante 3Km aproximadamente do centro do balneário. Atualmente, é habitado por famílias de baixa renda, em que muitos terrenos não estão regularizados junto ao poder público.

aceitavam qualquer tipo de serviço quando encostava uma carroça cheia de tijolos<sup>82</sup>, fosse de servente a carpinteiro.

A escassez de mão-de-obra, somada às condições logísticas que se tinha para construir na época, acabava se refletindo no tempo de execução de cada obra, que levava em média um ano para ser finalizada. O lento processo que foi alterando o panorama do bairro fez prevalecer entre os depoentes, de certa maneira, uma sensação de viver num campo ou num lugar cheio de “*combros vivos de areia*”. Isso é aguçado se pensarmos que havia uma dinâmica de vida entre os infames, vergada mais para as ruas de trás – ou para a praia, como veremos adiante –, do que para a avenida central (Av. Rio Grande). Entre essas dinâmicas, para além das que remetem ao morar, estavam as atividades de agricultura e pecuária, identificadas durante os relatos, como responsáveis pelo sustento de muitas famílias no período estudado.

No tocante à agricultura, Roberto lembrou de quatro ou cinco famílias que cultivavam hortas no terreno de casa e usavam parte do resultado do plantio para venda e outra parte para consumo próprio. As famílias que plantavam tinham o reconhecimento dos demais moradores frente à dificuldade de acesso a produtos alimentícios. As poucas “vendas”<sup>83</sup> que existiam cobravam preços altos e obrigavam os moradores a irem até o centro de Rio Grande de trem ou de ônibus para conseguirem o produto, o que era muito oneroso em termos de gasto de tempo e dinheiro. Assim, preferiam caminhar até a casa destas famílias para fazer as compras ou aguardavam que elas passassem com a carroça, quando saíam para vender pelo bairro. Numa dessas carroças trabalhava a mãe do Roberto, a espanhola, junto com o avô materno. Diz ele que saíam todos os dias pela manhã a vender fruta pelo bairro, com parada obrigatória na oficina da empresa de ônibus Santos. Foi ali que ela acabou conhecendo e conquistando o seu pai, presenteando-o diariamente com um cacho de uva.

A pecuária, por sua vez, era uma atividade mais explorada se comparada à agricultura, devido à movimentação em torno do gado leiteiro. Os animais, segundo o Nando,

---

<sup>82</sup> O material de construção (areia, tijolos) era transportado em vagões de trem procedente de Pelotas. Ao chegar no balneário, o material era descarregado no local indicado pelo dono do material, que tinha até 24 horas para retirá-lo sob pena de pagar a armazenagem caso permanecesse dentro do vagão. Por esse motivo, as jornadas de trabalho para quem atuava em obras iam além da própria construção, incluindo aí, o serviço de carregar/descarregar o material.

<sup>83</sup> Forma de se referir a um pequeno mercado que vende bens de consumo (produtos alimentícios, higiene pessoal, artigos de limpeza em geral, bebidas, etc.).

eram trazidos de estâncias localizadas no Taim<sup>84</sup> e demais zonas rurais de Rio Grande. Seus pais mesmos, ao saírem de lá para viver no Cassino, levaram consigo algumas cabeças de gado e ovelha. O ambiente de campo era propício para a criação de animais e muitos acabaram investindo na pecuária leiteira. A quantidade de leitarias era tão expressiva que a produção abastecia não só o bairro, mas segundo a Vó Dilza, um grande volume de leite era enviado para a cidade todos os dias bem cedo, no trem que saía às 6 horas da manhã.

O termo leitarias designava não apenas aqueles que possuíam uma estrutura mais preparada para a ordenha, mas toda pessoa que “*tinha vaca*”. Seguindo esse critério, além dos pais do Nando e do Roberto terem vivido da pecuária leiteira, apenas a Vó Dilza, dos depoentes, afirmou que também cuidou de vacas e fez questão de dizer que chegava a tirar leite para dar a quem mais precisava. As atividades de pecuária arrefeceram na década de 60, a partir de uma intervenção do prefeito municipal que proibiu, sem sucesso, a criação e circulação de animais no local sob duas alegações. Uma delas era de que com o visível aumento do número de pessoas que se direcionavam ao Cassino para passear, havia o receio de que algum animal disparasse para a avenida central, atropelando pessoas ou causando algum acidente com os carros. A outra argumentação era de que o odor deixado pelo esterco e xixi dos animais não combinava com o ambiente elegante desejado para o local.

As atividades de agricultura e pecuária, sem esquecer as obras, portanto, levaram esses infames a manter uma rotina radicada nas ruas de trás da avenida, mas que oscilava para o centro do Cassino quando necessitavam vender os produtos frutos do plantio familiar, fazer remessas de leite para a cidade ou transportar materiais de construção que chegavam nos trens. Da mesma forma, esse movimento era visível em outra ocupação que aparece com força nos relatos dos depoentes por identificarem nela aquilo que moveu o Cassino durante anos: a pesca. Nesse caso, as ruas de trás são substituídas pela praia, uma vez que muitos dos que lá trabalhavam, lá também moravam.

*“As casas que tinham na avenida era dessa gente mais...que podiam mais né? Mais acesso. Agora, as casinhas mais pobrezinhas eram mais pra lá, mais pra aquele lado, do lado do arroio [lado dos molhes], tinha muito combro, muita coisa. Você subia num combro de areia, tinha, e olhava lá pra baixo, tinha uns casebres. Tinha as casinhas dos pescadores, do pessoal assim”* (VÓ DILZA, 2014).

---

<sup>84</sup> Taim é o nome de um distrito localizado mais ao sul de Rio Grande, em direção à cidade de Santa Vitória do Palmar.

Essas casinhas, segundo o Antonio, eram galpões que serviam para alojar os que trabalhavam com a pesca, feitos de tábuas de madeira que caíam dos navios e recolhidas ao longo da praia. As instalações margeavam a faixa de areia próxima à beira do mar em direção ao extinto terminal turístico e abrigavam o pessoal que vinha de Santa Catarina para trabalhar nas quase 90 parselhas de pesca que funcionavam durante o inverno, conta o Negão Eupídio. Parselha de pesca, na voz dos depoentes, exprimia tanto o conjunto de pessoas que trabalhavam sob as ordens de um patrão quanto o modelo de pesca efetuada por eles<sup>85</sup>. Por ser uma atividade que tem a praia como lócus e esta conduzir todo um imaginário particular em torno da razão de existir do bairro, a pesca acabou adquirindo um tratamento em especial nas conversas e, conseguinte, na escrita desse material.

Antes de falar dela e da praia, as imagens compostas pelos depoentes a respeito do Cassino vivido em meados do século XX sintetizam: primeiro, que o deslocamento interno no bairro feito a pé, a cavalo ou através de carroças não pareceu ser um problema para esses infames, uma vez que as andanças eram compatíveis com o ritmo menos acelerado de vida no bairro. Por outro lado, os incomodava a dificuldade de transporte que ligava o bairro à cidade, aumentando a sensação de isolamento. Roberto menciona que “*as conduções*”, tanto o trem quanto os ônibus, possuíam horários espaçados durante o dia e a inexistência de uma estrada asfaltada – que só veio a ficar pronta no início da década de 40 –, complementa Vó Dilza, complicava ainda mais o trajeto, pelo acúmulo de barro verificado em épocas de chuva ou de muita umidade.

Outro ponto percebido está relacionado às condições de moradia desses infames. Era comum encontrar as casas ladeadas por sangas, banhados e combros de areia, até por ser esta a característica do terreno. Segundo Negão Eupídio, a maioria delas continha uma ou duas peças e eram feitas com ripas de madeira, similarmente aos galpões que serviam de instalação para os pescadores. Por um bom período não tiveram acesso a luz elétrica, o que obrigava Seu Homero a utilizar a geladeira como uma espécie de caixa térmica, colocando dentro dela, barras de gelo que vinham da cidade. O lixo e os resíduos derivados da limpeza das fossas feito pelos chamados “*cabungueiros*”<sup>86</sup>, diz o Nando, eram depositados quatro, cinco quadras para além da avenida central, no meio do mato.

---

<sup>85</sup> Esse modelo consiste no arrasto de uma única rede que era presa e puxada por duas embarcações (par, por isso parselha).

<sup>86</sup> Na pesquisa, cabungueiro era o nome dado àqueles que, de 15 em 15 dias, faziam a limpeza das fossas das residências que compunham o “Quadro”.



Por último, a forma como se davam as atividades laborais exercidas pelos infames (agricultura, pecuária, construção, pesca, carroceiros, mecânica) mostram a informalidade dos vínculos de trabalho. Alguns atuavam por conta própria e outros negociavam o duo ocupação-remuneração diretamente com os respectivos patrões a cada serviço prestado, como no caso da pesca. Essas situações intervinham na maneira que os infames instituíaam o seu dia-a-dia, pois se por sua vez o trabalho não respondia a regras sistematizadas, o tempo que encontravam para se divertir também não.

Consideradas essas composições, trataremos da vida dos infames no Cassino com uma abordagem por dentro das práticas de divertimento, a começar pelo que acontecia na praia. Propagandeada pela elite riograndina, a princípio, como um espaço atrativo para que turistas e moradores da região desfrutassem do lazer junto à orla e seus fins terapêuticos proporcionados pelos banhos de mar, a praia foi sendo apropriada pelos infames com sentidos diversos, incluindo-se aí, a relação com a pesca. Outras práticas também foram rememoradas como algo que proporcionava alguma diversão no bairro, tais como as histórias sobre os bailes, os jogos de futebol e os passeios a cavalo. Sob esse aspecto, o bar e a petisca, mesmo que de passagem, igualmente transitaram nos relatos dos depoentes.

***“Viajava por essa praia aí até o navio tu não encontrava uma alma”***

***(ANTONIO, 2014)***

Cassino, Balneário Cassino, Praia do Cassino são maneiras usuais e diversas de se chamar a totalidade geográfica compreendida pela fusão da praia em si à urbanização constituída no local. Invariavelmente, expressões corriqueiras como “lá no Cassino” apresentam compreensões sobrepostas que podem se referir tanto à praia, à parte urbanizada ou à localidade como um todo. Nesse tópico, usitamos praia toda vez que nos reportamos ao ambiente formado pela contínua faixa de areia próxima ao mar e o próprio mar. Fazemos isso tendo o senso que a configuração dessa imagem é mais ampla, mais alargada no período recortado do que comumente reconhecemos como um lugar à beira-mar nos dias de hoje.

Essa praia surge nos relatos antes mesmo que alguma pergunta específica fosse feita sobre ela. Os infames a trazem a baila via algumas das ocupações que exerceram ou viram ser

exercidas com força nesse local. Presente na fala dos seis cassineiros, a pesca artesanal foi uma dessas ocupações, canalizando grande parte das histórias, já que foi colocada por todos como uma prática que sustentou muita gente.

*“Naquela época, meu pai tinha parelha de pesca, no inverno não tinha ninguém, não tinha ninguém, só tinha o pessoal das parelhas. Tinha seis parelhas ou sete e trinta, quarenta homens, ficavam aí, movimentavam esses bares aí. O meu pai financiava pro pessoal, os outros também financiavam pra eles, mas até novembro, por aí. Quando chegava em novembro aí vinha as contas, tinha que fazer as contas pra pagar a parelha né? Então, o pessoal pegava o dinheiro e a maior parte ia embora pra Santa Catarina, Santa Catarina. E o pessoal do Cassino ficava, uns quinze ou vinte, morava aí, então, se mantinham na pesca sempre” (ROBERTO, 2014).*

Ainda que o número de parelhas de pesca existentes na época variasse de depoente para depoente, se nota uma mobilização de grandes proporções em torno dessa ocupação. As parelhas eram integradas por dezenas de homens, crianças às vezes, todos divididos em várias funções (patrão, pescador, cozinheiro, ajudante de cozinheiro). Elas eram desempenhadas por moradores do Cassino que se dedicavam apenas a isso, por outros moradores que intercalavam essa atividade com qualquer outra (agricultura, pecuária, obra, motorista), ou ainda, por moradores temporários representados pelas pessoas de fora, especialmente de Santa Catarina.

Esses, segundo o Negão Eupídio, chegavam anualmente para pescar no início do inverno, transportados em caminhões lotados, apenas com uma lona por cima, “feito porcos”, e partiam um pouco antes do verão nas mesmas condições. Mesmo assim, Nando advertiu que era muito difícil competir com eles, porque possuíam uma estrutura maior para montar uma parelha em comparação àqueles que moravam no Cassino, tomando por estrutura, o conjunto de caminhões, barcos, redes e traquejos adquiridos junto à prática naquele estado. No entanto, o número de imigrantes era tão significativo que as parelhas dos “catarinas” não comportavam todos que desciam de lá, tendo que se misturarem às parelhas lideradas por moradores do bairro.

Até então, antes da pesca atingir esse dimensionamento, Seu Homero lembra as circunstâncias que passava num dia de pescaria:

*“Ali era assim, naquela época, a gente trabalhava na pescaria de arrastão. No princípio, a gente ia para praia de carrinho de mão, levava a rede. Não tinha hora, qualquer, às vezes, de dia, de noite, então, a gente saía, por exemplo do Cassino, e às vezes ia até os molhes de carrinho de mão, tava dando peixe o cara enchia o carrinho de mão. Naquele tempo dava*

*muito peixe né, lavadinho e tudo, pegava o carrinho de mão ia lá e enchia pra não ficar aquela terra escura ali, ali virava o carrinho de mão, depois arrastava ele de canto e se fazia o risco até a praia que era pra saber aonde tava a pesca. Vinha e botava ali. Depois o outro ia e botava mais adiante e assim ia indo, se não tivesse peixe, o cara dava volta e passava pra esse outro lado de cá [lado da Querência]. E assim, depois começou com charrete, depois de charrete começou com caminhonete, depois da caminhonete uns caminhãozinho, aí depois então é que veio as parselhas de pesca com barco, canoa” (SEU HOMERO, 2014).*

Pouco a pouco, os dias de pesca foram deixando de ser casuais e passaram a ser rotineiros. A absorção crescente de pessoas para trabalhar, a aquisição de recursos materiais cada vez mais propícios à prática em nível de médio porte – das redes às embarcações –, e as condições de escoamento da produtividade alcançadas foram substanciais nesse processo. Conta o Roberto que uma jornada principiava tão logo clareava o dia. Partiam ao mar numa canoa a remo, em direção aos faróis do Sarita e do Albardão<sup>87</sup>, e só “*voltava para o barraco à meia-noite*”. Depois, as empresas do “*Torquato Ponte, do Chico Furtado e Abel Dourado*” mandavam seus caminhões para pegar o resultado de cada dia de pesca.

Essas empresas citadas pelo Roberto levavam o nome dos seus donos<sup>88</sup>. Eram três dos portugueses que chegaram capitalizados em Rio Grande, entre os anos de 1890 e 1930, e que se reuniram para combinar atividades comerciais na cidade. Suas indústrias foram fundadas até a metade do século XX e formaram um parque fabril no setor dos pescados que atuava em várias frentes de processamento: salga, congelados, enlatados e em subprodutos como óleo e farinha (MARTINS, 2006).

A pesca artesanal praticada nas parselhas fixadas no Cassino forneciam matéria-prima para essas indústrias. Nando, que já integrava uma dessas parselhas aos 9 anos de idade como auxiliar de cozinheiro, lavando pratos, lembra que a quantidade de peixe capturado e escoado para as indústrias da cidade era algo marcante ao final dos anos 60. Foi nessa década que, segundo Martins (2004), o setor foi alavancado em nível nacional, através de financiamento proporcionado pelo Estado brasileiro via a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

---

<sup>87</sup> Ambos os faróis foram instalados na praia para sinalização náutica, auxiliando as embarcações que navegavam entre a costa de Rio Grande e o Uruguai, local de inúmeros naufrágios. O Farol do Sarita e o Farol do Albardão foram fundados em 1909 e estão localizados, respectivamente, a aproximadamente 55km e 125km do Cassino em direção ao Chuí. Maiores informações em: <[www.faroisbrasil.com.br](http://www.faroisbrasil.com.br)>. Acesso em 31/07/2014.

<sup>88</sup> Torquato R. Pontes, Francisco Furtado e Abel F. Dourado expandiram filiais em cidades vizinhas como São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, utilizando o pescado do Estuário da Lagoa dos Patos e alguns vegetais produzidos nesses municípios como base dos negócios.

Para Rio Grande, a intervenção estatal que propôs uma injeção econômica ao setor funcionou como ação retroativa ao que já vinha acontecendo desde anos anteriores à década de 60. A atividade estava plenamente desenvolvida a ponto de sobrar matéria-prima, tamanha a imponência dos dígitos que o Roberto fez questão de frisar.

*“Era forte, aqui na mãe Iemanjá ali, na mãe Iemanjá ali, ali meu pai chegou de tarde vindo da cidade com o caminhão, te lembra do Pedro? [pergunta ao Nando] Foi banhista do Cassino: 'vem cá ô Pedro, por que não fosse lancear'<sup>89</sup>?...pô, vai lá pega a parrelha, vai lá, pega o pessoal e traz o', era o tempo do caíco, 'traz o caíco e vamos dar um lance aqui na boca do Cassino aqui'. Eram umas quatro horas, o sol ainda tava...e vamos dar um lance aí tché, ué, que isso! [silêncio de alguns segundos] 40 toneladas de miragaia, num lance! Num lance! Lanceou um terno, pô, tinha cada miragaia com mais de 25 quilos cada uma. Era o peso delas. E...a noite toda tirando miragais, pilhas de miragaia na praia, 41 toneladas tché! Daí no outro dia, o sol tava quente, tava bom, mas tinha muita pescadinha também, aí veio não sei se foi o João Leal e lanceou: 'pô, vocês já pegaram miragaia, então vão pegar pescadinha', que também valia né? No mesmo lugar, ali na mãe Iemanjá: 30 toneladas de pescadinha eles pegaram. Toneladas hein! O caminhão não puxava o peixe, ficava aí, pilhas de peixe na praia, pilhas! E hoje pro cara pegar um peixe aí é uma luta. Terminou, terminou” (ROBERTO, 2014).*

Por certo, as longas distâncias percorridas, a extensa duração de um dia de pesca e a pesada quantidade de peixes dão o tom da grandiosidade com que os depoentes referem a si mesmos e as coisas que faziam. Nesse bojo, sem interessar a precisão dos números, percebe-se que a praia, para esses pescadores, não se resumia a uma área de encantamento, em que desembocava a avenida principal, nem as adjacências dessa área que podiam ser acessadas a pé para um lado (molhes) ou para o outro (Querência). Muito menos era tida como território destinado e restrito à estação quente. Ao contrário, a praia era para ser assimilada, aprendida para que nela, antes de qualquer coisa, se pudesse conviver e trabalhar durante o inverno.

Dito pelo Roberto, o período entre maio e dezembro tinha de ser aproveitado para a pesca por dois motivos. O primeiro, levando-se em conta que as parrelhas estavam instaladas numa parte da praia cara ao veraneio dos cassinenses (chegando da avenida central na praia à esquerda, para o lado dos molhes), havia uma proibição para funcionarem ali. No verão, complementa Antonio sobre o assunto, a pesca das parrelhas era permitida da Querência em

---

<sup>89</sup> A ação de lancear é composta pela seguinte sequência de movimentos: primeiro fixa-se um ponto na areia da praia onde alguns homens seguram uma corda; em seguida, outros pescadores saem numa canoa a remo esticando essa corda uns 40 a 50m mar adentro e soltando a rede que está presa a ela; mudam de direção e passam a largar a rede de forma paralela à praia durante uns 80 a 100m; pra fechar o “retângulo”, retornam com a canoa perpendicularmente até a areia e puxam a rede com os peixes capturados. Cada lanceio durava, em média, de 3 a 4 horas de duração.

diante, ou do “*navio pra lá*”<sup>90</sup>. De qualquer forma, isso não causava tantos transtornos pelo segundo motivo sublinhado pelo Roberto, a fartura do peixe no inverno. Os cardumes de miragaia, pescadinha, bagre e viola que surgiam em profusão no Cassino tinha a ver com a temperatura da água, sendo escassos durante o verão.

O próprio Roberto já tinha dado pistas sobre essa relação na fala transcrita anteriormente quando correspondeu o sol ao tipo de peixe que aparecia no mar. Essas pistas foram reforçadas afirmando que a calmaria das águas e o vento que soprava do leste, “*nem precisava ser bem sul*”, eram indicadores que o peixe “*estava de rolo aí*”. Em dias ruins e de mar bravo, os quais eram constantes, não se podia lançar. Nesses dias, os pescadores artesanais perdiam a *mareada*<sup>91</sup> para os barcos que entravam pela “*boca da barra*”<sup>92</sup>, e faziam o arrasto pela costa antes do alcance das *parelhas*.

Mesmo nesses dias adversos não deixavam de vigiar a praia, nem mesmo enquanto cumpriam pequenos serviços aceitos para driblar o prejuízo causado pela jornada negativa na pesca. Seu Homero, que também por ser mecânico tinha um *caminhãozinho*, se lembra de carregar pela praia, a mudança de famílias brasileiras e uruguaias que saíam de Santa Vitória do Palmar em direção ao Cassino. Já Roberto, era o “*prático*” que os chegados de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro procuravam para conduzi-los ao *Chuí*.

*“[...] porque eles não conheciam praia, não sabiam andar, e a praia sempre foi respeitada, né? Diziam: ‘Roberto, dá pra levar esse carro lá no Chuí?’, ‘Dá, levo sim’. Aí levava, três horas, duas horas e meia daqui do Cassino até lá o Chuí. Eles pagavam, pagavam bem, né, e a gente se safava. E então eu vinha embora e tomava conta da *parelha* de novo. E controlava a praia porque daqui até o Chuí, nesses intervalos, eu controlava a praia como é que tava, se dava pra ir pescar, se dava pra ir andando, então, a gente controlava assim” (ROBERTO, 2014).*

O monitoramento constante das condições naturais vigorava como uma ação inerente àqueles que trabalhavam nas *parelhas*, afinal, muitos viviam *da* praia. Dela provinha o dinheiro capaz de sustentar as necessidades básicas que os mantinham, sobretudo, no período mais gelado do ano. Mas, nesse momento, talvez estejamos diante de mais do que uma

---

<sup>90</sup> O Navio Altair ou simplesmente “navio” naufragou na costa de Rio Grande em junho de 1976, devido a uma tempestade. O local onde está encalhado, a 12km do centro do Cassino, passou a servir como ponto de referência na praia, mesmo quando se remete a acontecimentos anteriores ao seu naufrágio.

<sup>91</sup> Para esses pescadores que atuavam no mar, *mareada* significa a quantidade de peixes resultante de um dia de pesca.

<sup>92</sup> Referência à estrutura encontrada nos molhes da barra. São dois braços de pedra com mais de 2Km cada um, que se estendem mar adentro formando uma via de entrada e saída de barcos e navios que atracam nos chamados Porto Velho e no Porto Novo de Rio Grande.

atenção aguçada a esses elementos, senão, a produção de uma sensibilidade proporcionada pela repetida experiência de estar *na praia* – e *no Cassino* – durante o inverno. A sensação de frio, o contato frequente com a temperatura e os ritmos das águas, o enfrentamento dos ventos característicos da região, o contato com a areia e com a respectiva movimentação das dunas, que se prolongavam por infindáveis quilômetros, engendraram modos de se experimentar a natureza, e, por ela, ser educada nas práticas cotidianas, inclusive, no tocante aos divertimentos.

A praia, nesse sentido, era incorporada de tal maneira por aqueles que nela viviam a trabalho, que afetava o que consideravam como divertimento. Em vários momentos a prática mencionada se dava em meio a uma atividade laboral ou numa prolongação dela. Nas idas e vindas ao Chuí, por exemplo, ou quando não se conseguia retornar ao barraco da parrelha de pesca no fim do dia pelas condições alteradas do mar, se buscava socorro num dos cinco hotéis<sup>93</sup> existentes no caminho entre o Cassino e àquele município. Seu Homero, Antonio e Roberto usufruíram desse socorro “*sem pagar nada*” e se divertiam “*só de ficar na volta*”, conversando e olhando o pessoal que estava hospedado. Ainda no meio da conversa com o Roberto, pergunto:

*Gustavo: E no mais, a praia? O senhor além de trabalhar na praia se divertia na praia ou não?*

*Roberto: Na praia a gente se divertia sempre, sempre tinha diversão, cavar marisco, sempre tinha uma coisa pra inventar na praia. Marisco tinha muito, te lembra Nando? E hoje não tem mais. Hoje não tem mais marisco na praia. Acabaram com tudo.*

*Gustavo: A praia era um lugar de diversão?*

*Roberto: Era, era um lugar de diversão...*

*Gustavo: Mas pro senhor, eu digo?*

*Roberto: Não, pra mim não! Não porque não me dedicava a essa parte, ia só pro serviço. Pra cavar marisco, pescava, botava uma redinha pra lá, vendia peixe pro pessoal, esse era a minha.*

*Gustavo: Mas o senhor via as pessoas fazendo o que eu disse agora?*

---

<sup>93</sup> Pelas falas dos depoentes foi possível identificar a existência de cinco hotéis que podiam ser acessados pela praia. Sem obedecer a uma ordem cronológica de fundação, foram eles: Hotel Querência, que ficava no loteamento de mesmo nome; Hotel do Olímpio, entre a Querência e o navio, onde hoje se encontra um parque eólico; Hotel Alamar, localizado próximo ao navio; Hotel Fronteira Aberta, no farol do Albardão; e um hotel cujo nome não foi lembrado, que ficava na Barra do Chuí. Tinham por objetivo principal hospedar viajantes, turistas e até moradores da região oriundos do lado brasileiro e uruguaio. Muitos iam em busca dos casinos de jogos oferecidos pela maioria dos hotéis, prática que foi proibida em nível nacional no governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946 pelo Decreto Lei 9.215/46 que restaurou o texto das Leis de Contravenções Penais estabelecida no governo Getúlio Vargas em 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19215.htm)>. A data de tal proibição já havia sido referida pelo Sr. Valter Albrecht. No entanto na entrevista com o Antonio, percebeu-se que os jogos continuaram na clandestinidade até a interrupção definitiva durante a presidência de Janio Quadros, em 1961.

*Roberto: Claro, exatamente. Eles compravam aquelas barraquinhas que eles faziam na praia pra botar as roupas deles ali, dependuravam, botavam a roupa ali. Sempre ficava um cuidando ali e eles iam tomar banho. Eles faziam isso aí [...] Defronte ao hotel, onde é o barracão ali. Era ali que o pessoal se divertia ali, quer dizer eles vinham da cidade, no tempo do trem, o pessoal em vinte, trinta vagões, cheio de gente, iam pra praia né?*

Por parte dos depoentes havia a percepção de que a praia estava mais para os cassinenses do que para os cassineiros, como local de divertimento. Isso se contarmos um tipo de diversão mais voltada para os banhos e outras práticas à beira-mar durante o verão, e desconsiderarmos o cavar marisco, a venda de peixe, o lançar de uma redinha despreziosa, o circular nos hotéis da praia, todas elas, como práticas de divertimento que aconteciam por lá no inverno. De nossa parte não as descartamos enquanto tais, mesmo que se mesquem ou se confundam com alguma ocupação laboral. Está nítida, portanto, “uma relação dos moradores e de muitos que acessaram a praia, mais conectada à ideia de trabalho, de lugar de onde provém o sustento, do que iniciativas ligadas aos planejamentos de lazer e sociabilidade balnear” (FERREIRA, 2010, p. 83).

Tanto que alguma configuração de divertimento na praia, descolada à ideia de trabalho, foi aparecer na conversa com os infames somente quando provocados por uma questão específica ou na insistência dela e, portanto, diferente do já posto, em que a trouxeram via o relato de ocupações, mesmo sem serem perguntados por ela. Essa insistência alterava por instantes a referência temporal que os infames adotaram em seus relatos, indo da estação fria para a estação quente.

Seguindo essa lógica e alegando que “*não se tinha muito tempo pra isso*”, pelo tempo irrestrito dedicado ao trabalho, a Vó Dilza mostrou sinais de que frequentava esporadicamente a praia. Inicialmente ia sozinha, depois, passou a ser uma prática mais das suas filhas<sup>94</sup> e netos.

*“Depois que nasceram as crianças, eu nunca levei. Os meus filhos que levavam as crianças, a criançada daqui era uma criançada bárbara [...] Se juntava a criançada, então, sabe o quê que a gente fazia? Botava uma corda em cada um, todo mundo pegando numa corda pra não se dispersar [risos]. Era neto por todo lado. Eu ia pra praia, quando não eram minhas filhas, as mais velhas que moravam aqui, que levava as crianças pra praia. Mas tudo assim, pra não se dispersarem, porque tudo aqui era campo, era mato. Tinha lugares pra se passar, porque tinha uma erva que nascia que era grande e, era espinhosa, tudo espinho” (VÓ DILZA, 2014).*

---

<sup>94</sup> Vó Dilza teve quatro filhas: Leoneida, a mais velha e atualmente com 73 anos, a Ana (apelidada de portuguesa), a Nininha e a Maria Filomena.

Afora as preocupações com os espinhos e com o “gado brabo” encontrado no caminho, o ato de amarrar os netos numa corda nos faz imaginar tamanha presença e circulação de pessoas na praia durante o verão. Pela continuidade da conversa com a Vó Dilza, essa lotação acontecia independente do turno, pois ela e sua família saíam sem horário pré-determinado, era mais quando dava vontade, algo “*de repente, quando tivesse bastante sol*”. Na praia, contou que “*só tomavam banho*” e antes de voltar para a casa, comiam o lanche e bebiam a água que haviam levado.

Enquanto permanecia à beira-mar, Vó Dilza observava diferentes maneiras com que as pessoas se comportavam e aproveitavam aquele momento. Os donos dos casarões que ficavam na avenida e os hóspedes do Hotel Cassino alugavam uma estrutura que chamavam de barraca<sup>95</sup>. Era um pano (ou lona) estendido na vertical, preso a estacas, posicionado de acordo com o sol de modo a oferecer sombra no “*banquito*” de madeira que completava a estrutura. Essas barracas eram fixadas dentro de uma grande área cercada por cordas, formando um quadrado<sup>96</sup>, o qual era montado logo que terminava a avenida principal e começava a praia. Se voltarmos às entrevistas com os famosos, lembraremos que essa estrutura já tinha sido mencionada pelo Sr. Lawson, como algo que distinguia, na praia, as famílias que tinham mais poder aquisitivo. Porém, apesar de ter sido comentada pela Vó Dilza, essa situação não teve repercussão com os infames entrevistados, porque, de certa forma, ou a praia não os capturava tanto assim para divertimento, ou, mesmo entre aqueles que iam, dentro ou fora do quadrado, estar lá, a seu modo (com as suas cordas), era o bastante.

Uma segunda maneira percebida pela Vó Dilza e igualmente mencionada pelo Seu Homero estava relacionada aos que chegavam de trem “*sábado e domingo, no verão, nos dois meses de verão, três meses, vinham de Pelotas, Pedro Osório e Rio Grande e os ônibus*”. Esses dificilmente alugavam as barracas. Os que queriam tomar banho na praia pagavam um valor para deixar seus pertences e trocar de roupa numas “*casinhas de madeira*” numeradas que ficavam encostadas nas dunas, logo que se chegava à praia. Sobre isso, conta Seu Homero que:

---

<sup>95</sup> Segundo o Negão Eupídio, cada quarto de hóspedes do hotel ocupado dava direito a uma barraca de praia. Sabe disso porque, quando jovem, também trabalhou de empregado do hotel e era responsável pela montagem das barracas, às 9h da manhã e as retirava por volta das 18h.

<sup>96</sup> Também podia ser chamado de Quadro, mesmo nome do conjunto de casas disponíveis para aluguel que ficava no quarteirão à frente do Hotel Cassino, na avenida principal.



*“Na praia, naquele tempo, era assim, como é que eu vou dizer, na época, tinha um barracão, alto do chão, assim, alto, era um quadrado grande. Ali era um bar, e aquele bar quem tomou conta daquele bar por muitos anos foi o Garcia, o marido da professora Dolores Garcia [nome da primeira escola do Cassino]. Ele era escrivão, e ela era professora, e ali tinha quatro corredorzinhos de casinha, guaritinhas assim, quatro corredor de casinha pra turma trocar a roupa, pagavam, né, ali e ficava o troço direitinho. Tinha uma bomba de puxar água do chão ali, assim, pra se enxaguarem e lá bem nos fundos tinha quatro latrinas, bem lá nos fundos. Aí o pessoal trocava de roupa ali e ia pra praia, outros, vinham com roupa, só pra tirar a roupa de cima, a roupa de baixo era traje de banho. Chegavam na praia tiravam, lá botavam uma estaquinha e ficavam tomando banho tranquilo e ninguém mexia em nada, tomava um banho depois vinham ali, tava a mesma coisa. Parava um bocado [de gente] porque escorria água, né, depois enfiavam a roupa e pegavam o trem, pegavam ônibus e iam embora, naquela época” (SEU HOMERO, 2014).*

Pelas características descritas, essas “casinhas de madeira” aparentam ser o que ficou conhecido como casas de banho. A partir da popularização dos banhos de mar, essas casas foram deslocadas do cotidiano das cidades<sup>97</sup> para a entrada das praias com vistas a oferecer, entre outros serviços, um lugar onde se pudesse substituir a roupa rígida por uma mais leve e adequada para o banho (MELO, 2007). A imagem da utilização desse lugar, para Seu Homero, está associada ao pessoal que saía da cidade para passar o dia na praia.

Dessa turma do vai-e-vem, que enchia 30, 40 vagões fazendo o trem parecer um “cacho de uva”, como dizia o Roberto, também tinham aqueles que não voltavam ao final do dia. A porção de gente não cabia no último horário do trem ou do ônibus que saía do Cassino. Alguns acabavam dormindo nas areias ou acampavam no mato de acácias próximo à praia.

Já os infames que residiam no bairro, os que não precisavam pegar o trem ou o ônibus para voltar para casa, esses dispensavam qualquer tipo de pagamento para estar à beira-mar, fosse pela inacessibilidade às barracas do quadrado, fosse por prescindir do uso das casinhas de madeira para trocar de roupa. Perguntada sobre onde ficavam e o que vestiam quando iam à praia, Vó Dilza responde que “já iam com aquele roupão, depois tiravam lá, deixavam ali na beira da praia junto com o sapatinho”. Sem detalhar de que jeito era o roupão, apenas diz que por baixo dele já vestia seu traje de banho, um maiô de lãzinha “que não deixava tudo de fora, tudo bem tapadinho”.

A partir dessa fala da Vó Dilza, é possível pensar que o roupão, o maiô de lã, o sapatinho, a ausência de proteção (barraca) e a preocupação em “não mostrar nada” são

---

<sup>97</sup> As casas de banho ocuparam as cidades em meados do século XIX, em meio às preocupações com a saúde e o saneamento, pois inexistia “uma estrutura adequada para a distribuição de água” e, assim, essas casas “ofereciam tinas de madeira cheias de água e depois os ‘banhos de cachoeira’, primórdio dos chuveiros” (MELO, 2007, p. 26).

elementos históricos que indicam uma maneira de se comportar na praia e lidar com a exposição do corpo naquele local, durante o banho de sol ou de mar. Segundo Soares (2011), essa exposição do corpo nas praias foi merecedora de um conjunto de prescrições e recomendações de ordem técnica e moral por parte do discurso médico e publicitário brasileiro no final do século XIX, especialmente, nas primeiras décadas do século XX. Tais endereçamentos provinham de um crescente interesse “pela pele” por parte das classes privilegiadas da sociedade europeia e, por conseguinte, brasileira, e uma preocupação em relação “à aparência e aos seus consequentes cuidados”, o que incluía aí, “suas características de distinção dada pela tonalidade” (SOARES, 2011, p. 47).

Para a autora, a década de 30 foi fundamental nesse contexto por consolidar o processo de valorização de uma pele mais escura, desde que eficazmente conquistada através de determinadas técnicas de bronzeamento. Entre essas técnicas, o banho de sol no horário e duração adequada era destacado pelos médicos como aquele que traria múltiplos benefícios ao corpo, aproximando-o aos ideais de beleza, saúde e poder, até então mais vinculados à cor branca<sup>98</sup>. Entretanto, cabe notar que a estada na praia da Vó Dilza e de sua família parece seguir outras orientações que não necessariamente oriundas dos médicos, já que iam para a praia quando dava vontade; desde que “*tivesse bastante sol*”; sem qualquer tipo de refúgio que os protegesse dos raios solares; e com longo tempo de exposição do corpo ao sol, pois só retornavam para casa depois do banho e de fazer o lanche. Temos, assim, um modo de se comportar naquele local diferente tanto daquelas famílias que eram amparadas pela sombra das barracas quanto daqueles que tinham lugar específico para trocar de roupa, usar o banheiro e se enxaguarem antes de ir embora para casa.

Outro fator que chama atenção no relato da Vó Dilza, diz respeito às vestes que usava para ir à praia e tomar banho de mar. A modelagem das roupas em geral e, particularmente da roupa de banho, para Soares (2011), foi influenciada pelo “simples ato de expor o corpo ao sol” (p. 60). Nesse sentido, afirma que houve um gradativo desnudamento do corpo pelos “trajes de banho” logo nas primeiras décadas do século XX, sobretudo, relativo às mulheres. Tratava-se da adoção de vestimentas mais funcionais para a prática do banho, feitas de material mais apropriado e conectadas à moda. Esse despir-se é “mais

---

<sup>98</sup> Segundo Soares (2011), do século XVI ao século XVIII a concepção de beleza estava atrelada ao embranquecimento da pele, uma vez que “ela testemunha em primeiro lugar a limpeza da alma, mas impõe-se também como norma social que exprime a superioridade das *classes ociosas* e a decorrente leitura da colagem entre a cor branca e uma ideia de retidão de caráter, de limpeza moral” (p. 50 – grifo da autora).

tranquilamente aceito entre as classes média e alta” (ibidem), que saem do espartilho, da camisa manga longo e do corpo escondido para entrar nos maiôs de duas peças, leves e decotados. Ainda que o tecido da roupa de banho da Vó Dilza fosse de lã, aderindo ao material aconselhado na época, ela não parece seguir uma linha ousada, visto sua ressalva de não mostrar muito o corpo.

Independente do modelo de maiô vestido, duas peças ou peça inteira, mais ousado ou recatado, a exibição do corpo feminino na praia entra no “jogo das aparências” (SOARES, 2011). A presença da mulher – famosa ou infame – em trajés de banho não apenas denotava uma eficiência e elegância em funcionamento à beira-mar, mas, acima de tudo, uma sedução pelos olhares. Essa era a única motivação encontrada pelo Negão Eupídio para aproveitar o local como divertimento:

*“Não, a praia pra mim era só no horário do banho das empregadas, a tarde só tinha banho das empregadas, o rico não ia tomar banho a tarde [...] os ricos iam só de manhã, a tarde não iam no banho das empregadas e quando eu arrumava uma folga eu ia ou se não eu tava trabalhando, não dava tempo, né...meu nome era trabalho, agora é descanso!” (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).*

Tamanha atração em olhar o banho das empregadas insinuava que o desnude da mulher em locais públicos, tais como a praia, não deixava de ser uma novidade para a época. Sendo à tarde, em turno específico, de acordo com a divisão posta pelo Negão Eupídio, ou misturadas a outras pessoas, como relatado pelos demais cassineiros, as mulheres infames “apareciam” nesse ambiente.

Certamente, não se pode descartar que parte dessa estada, principalmente no caso das empregadas, tinha relação direta com seus afazeres. Segundo a Vó Dilza, das mulheres que moravam no Cassino, a maioria trabalhava como empregada doméstica, incluindo, ela mesma, até casar aos 19 anos. Elas cozinhavam, limpavam e levavam, para lavar em casa, trouxas de roupas usadas durante a semana pelos membros da família para quem trabalhavam. Uma ou outra, também lavava em casa as roupas de cama para o Hotel Atlântico, pois o salário que recebiam como empregadas era baixo. Assim, as empregadas ficaram conhecidas por frequentarem a praia à tarde, após o cumprimento das obrigações servis, arrastando com elas àqueles que se interessavam em vê-las tomando banho.

É razoável imaginar que essa situação ajudou a convencionar a ideia de que o turno da manhã, conforme frisado pelos entrevistados de sobrenome, era reservado para que a elite tomasse seu “banho chique”, enquanto que o turno da tarde poderia ser frequentado por

qualquer pessoa. Em parte, essa convenção economicamente referenciada (ricos ociosos pela manhã e pobres trabalhadores à tarde) existia, mas não explica universalmente as formas distributivas de ir e usufruir da praia.

Tanto que entre os dois infames que se mostraram brevemente fisgados por ela, assim o foram por motivações que pouco ou nada nos remete a questão econômica – a Vó Dilza ia a qualquer momento desde que tivesse bastante sol e o Negão Eupídio com interesse mais na empregada do que na praia. Além disso, se juntarmos os relatos desses dois com o do Seu Homero, eles evidenciam diferentes maneiras de chegar e permanecer na praia, que, se estiveram em funcionamento ao mesmo tempo, é porque havia a necessidade de produzir marcas distintivas na multidão formada por infames e famosos.

Em linhas gerais, os cassineiros entrevistados se colocam na praia de forma concisa e pontual. Chama atenção a tímida representatividade com que ela foi percebida por esses infames enquanto prática de divertimento, algo que merece reflexão através de dois fatores mutuamente relacionados: o de não serem interpelados pela esfera do empreendimento balnear; nem pelos fins terapêuticos preconizados pela voz médica à época. Assim, acompanhamos os rastros de Ferreira (2012), quando afirma que:

[...] a relação entre o discurso terapêutico e a criação do balneário merece cuidados, pois a livre associação entre ambos, por si só, não explica o empreendimento levado a cabo pela empresa carris<sup>99</sup>. Ao contrário do que propuseram outros trabalhos, o local em planejamento não dialoga com os banhos termais em voga no Brasil, mas busca traços comparativos com praias litorâneas, aliás, não existe nenhum tipo de citação às termas ou mesmo suas propriedades medicinais (p. 87).

Ao delinear o processo de invenção da praia do Cassino tendo por recorte histórico o intervalo entre 1884 e 1892<sup>100</sup>, o autor propõe uma leitura cautelosa nas fáceis aproximações entre praia e cura, assim como as que o preveem de inspiração eminentemente europeia. Debruçando-se sobre documentos produzidos pela empresa Carris, notou que os mesmos perspectivavam o Cassino comparativamente às praias cariocas, à praia de Santos e, fortemente às praias uruguaias de Pocitos e Ramirez<sup>101</sup>. Projetavam os banhos de mar como

---

<sup>99</sup> Companhia Carris Urbanos do Rio Grande é uma empresa instalada na cidade em 1884, gerida por Antonio Candido de Sequeira, responsável não só pela construção das vias férreas no município como também pela articulação do “projeto balnear Cassino”, a partir da ligação e exploração do litoral (FERREIRA, 2012).

<sup>100</sup> Nesse período, localiza o acontecimento do ciclo que vai da idealização à consolidação da estação balnear, iniciado pela assinatura do contrato de exploração da Carris em Rio Grande, em 1884, até encerrado com a liquidação dessa empresa e a partida de Antonio Siqueira Campos para o centro do país, em 1892.

<sup>101</sup> Diz o autor: “No Litoral Sul encontramos uma relação direta com as praias uruguaias, essas atuando enquanto modelos a serem seguidos para o planejamento e construção balnear em Rio Grande. Mesmo que o documento

um “negócio a ser explorado, operando a questão terapêutica mais como uma das possibilidades de uso do que, genuinamente, o motivo central para o deslocamento ao litoral” (Ibid., p. 85).

Para isso, buscavam atrair os chamados “interessados”, ou seja, donos de hotéis e terrenos que pudessem construir casas no novo empreendimento, e assim, investir num local (a praia) com potencial para práticas de sociabilidade e distinção social durante a estação quente (FERREIRA, 2012). Com essa ressalva, é na vivência do local planejado que vai se encorpar o argumento dos fins terapêuticos junto à natureza, principalmente, vinculados aos banhos de mar<sup>102</sup>.

Esses passaram a ser valorizados no Brasil no contexto de crescimento das preocupações com o saneamento das cidades e com a saúde da população, passando a ser prescritos e regulamentados por médicos (MELO, 2007). No entanto, os banhos de mar não podem ser visto isoladamente dentro desse contexto. Ao contrário, estão embutidos em um “universo de modos, atitudes e saberes (que devem ser conhecidos) e que são requeridos pela civilização burguesa para a manutenção da ordem” (SOARES, 2004, p. 32), os quais foram operados por um pensamento médico-higienista.

À exemplo do ocorrido na Europa no último quartel do século XIX, essa mentalidade higienista surge no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sob forte preocupação com as doenças ocupacionais e demais enfermidades causadas no período de industrialização. Com o objetivo de proteger a população, conservando a saúde pública e individual em direção ao progresso, os partícipes do movimento higienista (educadores, pedagogos, políticos, advogados, médicos) exigiam medidas intervencionistas por parte do Estado na criação de políticas públicas nas áreas da educação, habitação e saúde (GÓIS JUNIOR, 2000).

Somado a isso, as descobertas científicas feitas pela Medicina muniam os intelectuais de subsídios para o equacionamento dos problemas de saúde pública através da higiene. É aqui que o banho em geral e os banhos de praia em específico entram como uma das práticas de higienização do corpo e cura de enfermidades.

---

[prospecto produzido pela Carris para divulgação] desqualifique as praias de Pocitos e Ramirez, pelo fato da relação com o Prata e a diminuição daquele encontro bravio entre homem e natureza, a possibilidade de encontrar semelhanças com a formação balnear litorânea uruguaia é maior do que em relação às praias do próprio Litoral Norte do Rio Grande do Sul” (FERREIRA, 2012, p. 88).

<sup>102</sup> Os estudos de Pinheiro (1999), Enke (2005) e Schossler, (2010) igualmente destacam o quanto o discurso médico capturou a população para que passassem a buscar os banhos de mar como prática saudável e terapêutica.

Se no final do século XIX alguns poucos já procuravam as praias de mar, o despertar do século XX tornou o desejo pela costa mais próximo de uma pequena parcela da população brasileira, que, além da prática medicinal, passou a acompanhar as políticas higiênicas, sanitárias e morais que começaram a ser implantadas no país (SCHOSSLER, 2010, p. 42).

Acreditava-se que o movimento bravo do mar, a baixa temperatura da água e sua sanilidade atuavam proficuamente sobre o corpo, revitalizando suas energias. Tal crença produzida e disseminada pelo movimento higienista interpelou grande parte da população brasileira que, afora para fins de sociabilidade, passou a aumentar o fluxo à praia por motivos medicinais. No entanto, não encontramos esse pensamento reverberado entre os infames entrevistados. Aliás, nem o dos fins de empreendimento luxuoso e distinto para que se pudesse usufruir da temporada de banhos, nem o de um local prescrito para fins terapêuticos proporcionados pelos banhos de cura.

No primeiro caso, tal finalidade não ressoou entre os infames uma vez que eles e/ou suas famílias migraram para o Cassino na busca de terrenos mais baratos para fixar residência, ou, ainda, atraídos pela possibilidade de exercerem uma atividade laboral – algumas delas, inclusive, para os “interessados” em fazer do local, um negócio. Nesse caso, viver *no* e *do* Cassino durante todas as estações fez com que eles não criassem entre si a expectativa de enxergar a praia como destino no tempo de férias, de descanso, de divertimento, questões até então pertinentes ao planejamento de verão daqueles que não moram próximos à praia. Assim, reforçamos que a praia foi significada pelos infames mais pela via do trabalho do que divertimento, o que encaminha a reflexão para o segundo caso. A apropriação da natureza pelo viés científico e moral alinhada à ordem higienista foi ignorada pelo infames entrevistados, que, por sua vez, demonstraram uma apropriação pela experiência passada junto a ela.

O que passavam com o movimento da água do mar, produziu um saber acerca das condições no uso da canoa a remo para os lanceios de um dia de pesca, e não um conhecimento sobre a agitação, a sanilidade e a temperatura da água na prevenção de doenças; o que passavam com o sol e o vento produziu um saber acerca da quantidade e do tipo de peixe que poderiam pescar no dia, e não um conhecimento necessário para virar o pano da barraca de modo a queimar a pele adequadamente; o que passavam com a areia, a formação de lama e barro na beira-mar, produziu um saber acerca da trafegabilidade no caminho pela praia entre Rio Grande e o Uruguai, e não um conhecimento desses elementos enquanto um remédio; enfim, os saberes das experiências passadas pelos infames junto às condições

naturais encontradas no Cassino fizeram com que fosse produzido um sentido maior à temporada de pesca do que com a temporada de banhos.

Sem a intenção de carimbar ou universalizar estas apropriações a um público ou outro, fica a constatação de que a praia foi um lugar de presença e circulação dos infames em meados do século XX. Nos parece que, do ponto de vista dos infames, as interfaces estabelecidas com os famosos na praia foi movida mais por convenções sociais do que afeitas a exclusões. As vontades de distinção promovidas pelas famílias de sobrenome precisavam da presença dos infames para ser legitimadas. De outra parte, os infames ocuparam maciçamente a praia na estação fria, o que não deixava de ser interessante para eles por ser uma época propícia ao trabalho com a pesca. Já, durante o veraneio, enquanto a praia era “o” argumento para o deslocamento de muitos ao litoral, para os infames pareceu ser um lugar como outro qualquer, aproveitado por acaso como divertimento.

***“Vou a cavalo, vou de charrete, se tiver que ir na cidade vou de charrete  
mas não vou de ônibus” (ANTONIO, 2014)***

Para entrar em outra prática de divertimento sucedida no Cassino, saímos da praia na garupa das histórias do Antonio. Ele dizia gostar da praia “*não pra tomar banho*”, mas por ser um local de passagem para as viagens a cavalo que fazia até os hotéis na procura por trabalho ou onde um já esperava por ele.

Em fragmentos anteriores notamos que o cavalo se fazia presente nas dinâmicas do bairro. Já o tínhamos visto em cena quando os famosos lembraram a utilização das charretes na condução de suas famílias e de hóspedes do Hotel Cassino à praia, ou ainda até a estação para pegar o trem. Tanto que, essa situação, ajudou a delinear um dos rostos da infâmia, mais exatamente, o dos charreteiros ou carroceiros. Esse rosto foi recebendo traços mais definidos na medida em que um panorama do bairro foi se constituindo nas conversas com os infames. Nelas, os cavalos continuaram a aparecer em situações de trabalho, puxando carroças que carregavam materiais de construção ou frutas a serem vendidas pelo bairro, mas, mais do que isso, passaram a ser versados como útil na lida “*do campo*”, como meio de transporte e como prática de divertimento.

Vimos que as grandes extensões de terra, combinadas às formações vegetais existentes no Cassino em meados do século XX, levaram os infames a conferir-lhe uma imagem de campo. Além disso, dadas atividades realizadas nesse período contribuíram para que o local muito se condissesse a um ambiente rural. Entre elas, estão as que concerniam à criação de animais e produção de leite nas propriedades dispersas no Cassino e arrabaldes. Nesse cenário, o cavalo foi peça fundamental para o funcionamento dessas atividades, servindo tanto à montaria dos peões<sup>103</sup> quanto dos proprietários para quem trabalhavam.

Antonio atuou como peão na década de 60, tendo aprendido o serviço desde “*guri*”, por tradição familiar. Seu avô, José Hipólito Ribeiro trabalhava no Cassino na estância de Maria José Leivas Otero, a Zoca<sup>104</sup>. Ela era a única sobrinha do Cel. Augusto Cezar Leivas, adquirente do balneário por leilão em 1909<sup>105</sup>, pelo valor de 80 contos de réis. Em 1926, com a morte do coronel, herda o empreendimento e passa a administrá-lo nos 30 anos seguintes, transferindo posteriormente os bens para seus seis filhos (BARCELLOS, 2000), entre eles, Francisco Antonio Leivas Otero, para quem Antonio acabou empregado, quando tinha de 8 para 9 anos de idade.

Ele conta que a Zoca sempre hospedou muitos amigos e familiares em sua propriedade. Quando isso acontecia, era comum que a estancieira mandasse preparar os cavalos para que as visitas pudessem andar, já que os pedidos para isso eram frequentes. Disse ainda que o “*peçoal brigava*” pelos animais, pois a quantidade de visitas, geralmente, era maior do que se tinha disponível para empréstimo. Além dos parentes e amigos, Zoca também recebia pessoas interessadas em construir casas de veraneio. Algumas opções de lotes (porções de terra) eram mostradas para essas pessoas na intenção de fechar negócio. Por se tratar de longas distâncias, pelas irregularidades do solo e, porque não, pelo conforto oferecido, o percurso até os terrenos era feito a cavalo.

O protagonismo do cavalo em determinadas práticas sociais realizadas no Brasil, e no Rio Grande do Sul em específico, é nítido e de compreensão sócio-histórica. Ao longo do século XIX esse animal foi adotado como o predileto entre os barões do açúcar, do café e do ouro, por simbolizar tanto a força e imponência advindas de seu uso bélico quanto a nobreza

---

<sup>103</sup> Segundo Machado (2012), peão era o “nome dado ao trabalhador rural nas estâncias gaúchas” (p. 101).

<sup>104</sup> Em 1987, em sua homenagem, é inaugurada no balneário Cassino a Escola Municipal de Educação Infantil Vovó Zoquinha.

<sup>105</sup> Enke (2005) faz essa afirmação a partir do acesso a duas fontes: cópia da escritura de venda da Vila Sequeira em agosto daquele ano, para o coronel e documento em que ele vende uma parte do balneário, em 1919, para a Companhia Balnear Atlântica.



caracterizada pela figura da fazenda e da distinção social, marcas dignas de uma sociedade ainda centrada na figura do homem (LUCENA, 2001). Entre as formas encontradas pelo patriarcalismo brasileiro de expressar essa excelência em torno da representatividade do cavalo e da diversão a si mesmo, estava o turfe.

É ele, no âmbito do esporte, que passa a anunciar os primeiros momentos do ideário de modernidade nas cidades brasileiras, a partir de sensíveis vínculos de ordem cultural, social e econômica com o continente europeu (MELO, 2010). A transição para o século XX, ou de uma sociedade eminentemente rural e artesanal para outra mais urbana e industrial, implicou uma reorganização das cidades e, nela, o turfe se tornou mais do que uma corrida de cavalos<sup>106</sup>, um estilo de vida. Nasciam os prados, também chamados de hipódromos e, com eles, a perspectiva de um comportamento moderno na cena social.

[...] a) cavalos faziam parte do cotidiano da cidade; b) a prática não significava uma ruptura com os hábitos da sociedade, no que se referia à repulsa aos esforços físicos; c) sua possibilidade de se constituir em um espetáculo, onde se podia ver e ser visto, uma atividade pública que permitia marcar as diferenças de classe; d) sua possibilidade em se constituir em uma diversão em uma cidade tão carente de atividades dessa natureza; e) sua conexão com algo ‘sério’, a economia nacional: a ‘raça cavalar’. Além disso, por aqui ainda se pode acrescentar o fato de ser conduzido pelas elites ligadas à economia agrícola cafeeira (MELO, 2010, p. 24).

No tocante ao Rio Grande do Sul, os primeiros prados surgidos em Porto Alegre no último quartel do século XIX seguiram a lógica da socialização pública e da vida *chic* na cidade, uma vez que tentavam agrupar as corridas de cavalo que já aconteciam aleatoriamente pela capital (GOELLNER; MAZZO, 2010). Esses esforços foram exitosos ao concentrar nos hipódromos gaúchos grande parte dos criadores, apreciadores, apostadores, corredores (jôqueis) de turfe, mas não a ponto de extinguir a prática da corrida de cavalos fora deles. Até porque, a relação do gaúcho com o animal é marcante na história do estado e extrapolou a veia organizativa e glamourizada acenada pelos hipódromos. Nos tempos de guerra tanto quanto nos tempos de paz, o cavalo está associado à vida campesina do gaúcho, compondo um elemento de sua identidade regional (PEREIRA *et al.*, 2010).

---

<sup>106</sup> Há indícios históricos de que corridas de cavalo já eram realizadas no início do século XIX no Brasil, mais exatamente na praia de Botafogo no Rio de Janeiro. A grande extensão de areia em dias de maré baixa era ideal para essa prática que passava a ser noticiada em jornais da cidade (MELO, 2010).

No Cassino, Nando e Antonio mantinham um modo de vida campeiro<sup>107</sup>, o qual já era cultivado por sua família ainda quando morava no Taim. O tempo junto ao cavalo vivido nas estâncias da Zoca e do Francisco Otero era parte constituinte desse modo de vida, que continuou mesmo quando se descolaram desses lugares. Isso aconteceu naquele contexto da falta de animais para suprir a demanda das pessoas que se acumulavam na estância para visitas ou para negócios. Diante disso, Antonio conta que a Zoca teria sugerido ao seu avô que comprasse uns cavalos e passasse a alugá-los para essas pessoas. Tendo aceitado a ideia, seu avô vai “*lá fora*” (maneira que se referiam aos campos que ficavam na zona rural da região) comprar os animais por um preço mais barato.

É dessa forma que, gradualmente, deixam as estâncias para viverem de um serviço que colocaria uma prática no rol de divertimentos no Cassino: o aluguel para andar a cavalo. Tendo sido pioneiros nessa atividade, montaram a primeira sede numa área central do bairro, na Rua Jaguarão com Avenida Rio Grande. Além de ser visível e de fácil acesso aos veranistas permanentes, a sede também o era para os veranistas pendulares, pois esses passavam pelo ponto no vai e vem de um dia de praia. Essa localização, provavelmente, fez com que o aluguel de cavalos tenha sido procurado por “*todo mundo*” ou “*qualquer um*”, como dito pelo Antonio.

Durante uma década, a família foi a única a explorar o serviço, mas o entusiasmo do público com a prática mobilizou a abertura de, pelo menos, três novos pontos, alastrando-a em grande escala para o Cassino dos anos 60. Esse boom em torno do andar a cavalo estava expresso na expansão dos pontos de aluguel, no envolvimento diário dedicado a esse serviço e na aquisição de uma estrutura compatível com a procura por essa prática. Sobre essas duas últimas questões, Nando e Antonio exclamam que alugavam cavalos “*de segunda a segunda*” no veraneio, aumentando o movimento do ponto aos sábados e domingos. Isso continuou a acontecer mesmo quando mudaram o local de endereço, passando a se instalar num terreno distante quatro quadras da avenida, em direção à Querência. Ali, diz Antonio, alcançaram uma estrutura que dispunha de “*cinquenta e três cavalos, três faites*”<sup>108</sup>, “*duas charretes novas*” e cumpriam uma rotina, em que se “*chegava às oito da manhã e saía dez da noite*” do ponto.

---

<sup>107</sup> Na entrevista com o Antonio quatro elementos foram percebidos como associados a um modo de vida campeiro: a criação de animais (gado bovino, ovino e equino), o ofício de peão, o consumo de chimarrão e o fumo de palha.

<sup>108</sup> Tipo de carroça para passeio.

A lida campeira anotada pelas atividades voltadas ao trabalho acumuladas com as miudezas<sup>109</sup> do dia-a-dia, manteve-se como um modo de vida do Antonio e sua família desde a transição do Taim para as estâncias, delas para os aluguéis de cavalo e, mais adiante, na ocupação de carroceiro. A relação com o animal, portanto, produziu marcas no Nando e no Antonio, que se não foram as mesmas reivindicadas outrora pelos senhores do campo, igualmente, funcionou como algo que o distinguia de outros. Dentro dessa diferenciação está a prática de divertimento: as carreiras em cancha reta.

*Nando: A cancha reta, a cancha reta, ela foi o primeiro esporte do estado do Rio Grande do Sul. E a cancha reta ela se espraiou e chegou no Cassino, porque eu me lembro quando menino que a grande diversão da gauchada era a cancha reta. Não existia rodeio, existia cancha reta. Eu me lembro que assim, ó, que corria-se carreira aqui no Cassino, no mesmo final de semana corria no Cassino, tinha lá no quilômetro 10 a cancha reta. Tinha aqui na EMA [Estação Marinha de Aquicultura]<sup>110</sup>, né Antonio? Que tu correu e eu corri agora (pouco tempo atrás).*

*Antonio: Tinha um viaduto aquele.*

*Nando: Ali no viaduto, eu fui correr agora (pouco tempo atrás).*

*Gustavo: No Cassino onde era a cancha reta?*

*Nando: Aqui no Cassino a gente corria na Porto Alegre ali, no final da Porto Alegre.*

*Antonio: E aqui também nós corremos (na rua Padre Francisco).*

As carreiras são exemplos da ligação do gaúcho com as corridas de cavalo e figuram como um desdobramento da própria lida campeira. São assim denominadas por se constituírem em disputas que ocorrem em “pista reta, sob a medida de quadras, em uma cancha com solo sem vegetação, ou seja, capinada, com a terra plana e estreita raias” (PEREIRA *et al.*, 2010, p. 659). Por acontecer em locais em que o terreno não é dividido por quadras ou em que elas não apresentam padronização, a distância total de uma cancha reta variava (e ainda varia) entre 250 a 400 metros, o que significava três ou quatro quadras aproximadamente. Essa improvisação é característica desse tipo de corrida, assim como a participação de cavalos sem raça (PEREIRA *et al.*, 2010).

Pelos relatos do Nando e do Antonio, as carreiras eram arranjadas mais aos finais de semana, em especial, no domingo<sup>111</sup>. Não se descartava a combinação de uma ou outra corrida

---

<sup>109</sup> Miúdo enquanto aquilo que povoa o cotidiano pelas práticas de comer, de dizer, de mostrar, de se vestir, de usar, de se organizar.

<sup>110</sup> Localizada na Querência, a Estação é usada pelo Nando como ponto de referência para localizar a área em que aconteciam algumas corridas, isso antes mesmo de ser construída pela FURG em 1989.

<sup>111</sup> As carreiras podem ser nomeadas de acordo com os arranjos do local e com o momento em que são realizadas. As “carreiras de domingo” são aquelas que, geralmente, acontecem próximas a um bolicho (pequeno armazém) combinadas aos domingos. Há outras, como as “carreiras por rapadura”, que acontecem em campo

durante o restante da semana, em meio às atividades campeiras. Para ambos os casos, bastava existir dois competidores, alguém a desafiar e outro a aceitar. Em jogo, o status de ter o cavalo mais rápido e o dinheiro apostado. Os finais de semana, nesse sentido, eram favoráveis pela possibilidade de agrupar um número maior de pessoas interessadas.

Quando previamente agendadas, as carreiras em cancha reta eram um lugar de reencontrar e conversar com os amigos, de assistir as corridas, de usufruir do pequeno comércio que ficava nas redondezas ou que se instalava só para as carreiras, de aproveitar a música tocada e, também, de ganhar ou perder dinheiro. Por sinal, na conversa com o Roberto, Nando foi reconhecido por ele como alguém que se dava bem nas carreiras, *“tu era campeão também né? O famoso Nando”*. As canchas retas do final da rua Porto Alegre, da Padre Francisco ou da Querência, portanto, atraíam os competidores a cavalo e a dinheiro, pela corrida e pela aposta, transformando a prática também em uma “atividade de negócio” (Ibid., p. 664).

Isso acontecia em meio a um clima festivo que, entre outras coisas, era sugestionado pela presença da música. Devolvendo a consideração feita pelo Roberto, Nando o lembra como o gaiteiro responsável por animar muitas carreiras. Roberto dizia que *“conjunto era muito difícil ter naquela época [...] era gaita, violão e pandeiro. Toquei muito tchê, barbaridade!”*. Tocar gaita tratava-se de um divertimento compromissado para Roberto, tanto que era requisitado não só para as carreiras como também para os bailes que aconteciam no bairro.

***“Às oito horas da noite já começava o fandango”***  
**(ROBERTO, 2014)**

Todos os depoentes tinham algo a contar sobre os bailes. Mostraram que em algum instante de suas vidas foram afetados por essa prática de divertimento. Daí a exclamação feita pelo Roberto ter soado mais como uma menção à frequência com que eram realizados do que uma avaliação da própria habilidade instrumental com a gaita – ainda que a tivesse.

---

aberto, no fim das andanças de um dia de trabalho; ou as “carreiras de desafio”, que acontecem paralelamente às festas de grandes fazendas (XAVIER; FREITAS; RIGO, 2014).

As lembranças desses cassineiros deram condições de distinguir a existência de dois tipos<sup>112</sup> de bailes: os que aconteciam em locais mais públicos ou do portão de casa para a rua; e os que aconteciam em local mais privado, ou do portão de casa para dentro. A diferença espacial entre tais domínios (público e o privado) tinha implicações nas formas de se organizar, de se participar, de se portar e até na forma de falar sobre os bailes.

A começar pela organização, vigorava um caráter mais sistematizado quando a ideia era aproveitar um baile na rua em contraste com uma disposição de última hora quando a prática era mais caseira. Nesse último, os bailes eram incertos, pois dependia que alguém colocasse a casa à disposição. Segundo Seu Homero, ao final de uma tarde, por exemplo, *“um sábado, a turma tava toda reunida, conversando, rapazes e gurias tudo conversando,”* e, de repente, alguém dizia: *“pô, era bom que tivesse um bailezinho hoje, que tão com vontade de dançar?”* Bastava finalizar a frase que *“um vinha para tirar licença, outro já arrumava era gaita, violão e pandeiro”*, quem tinha oferecido o local ia arrumá-lo e, desse jeito, *“se formava o baile na casa”*.

Para não ficarem às escuras usavam vela, lampião ou uma outra técnica que a Vó Dilza não entendia, mas que era eficaz para iluminar o ambiente. Tratava-se do carbureto, uma pedra que *“se botava na água...tem um bujãozinho assim e depois tinha um biquinho. Botava aquela pedra na água e acendia a luz naquele biquinho. Até hoje eu fico pensando de que seria feito aquela pedra que dava luz dentro d'água”*.

Restrita à turma mais próxima, poucas pessoas participavam da *“brincadeira”* (outra maneira que chamavam o baile em casa). Mesmo assim, havia a providência de dar ciência à polícia para evitar transtornos por causa do barulho e obter licença para a realização do baile, sobretudo, se a casa fosse próxima à avenida central. Seu Homero afirma que, quando morava na Rua Buenos Aires, vários bailes ocorriam nas redondezas. A rua é paralela à avenida principal e sua residência ficava a uma quadra do “Quadro” e duas do Hotel Atlântico. Quando a casa ficava distante da área central, nem sempre procediam dessa maneira:

*Negão Eupídio: Eu e o irmão da Marlene, nós saía aqui no inverno e uma vez nós dissemos: ‘vamos ver se a gente acha alguma sacanagem no combro’, que a gente chamava o combrão né. Aí, sempre tinha alguém de aniversário e faziam, porque aqui pro centro nem pensar né. Então, nós vinha pra cá, aí nós se acomodava agachadinho e fomos indo..’Pra cá eu acho que tem música’, dizia o Antonio pra mim. Aí, nós caminhava mais um pouco e escutava a voz*

---

<sup>112</sup> Durante as falas apareceram pequenas passagens sobre os bailes do Hotel Atlântico que os famosos já haviam feito referência. Não o contabilizamos como um terceiro tipo de baile porque os infames não participavam de sua organização, nem tinham acesso a ele como divertimento.

*do Galdino, cantando uma música que só ele sabia cantar e batia pandeiro e a turma dançava lá, como é que ele cantava...’ Se eu soubesse naquele dia o que eu seria agora...’ era só o que ele sabia.*

*Gustavo: Porque o senhor falou que pro centro nem pensar?*

*Negão Eupídio: Aqui, no Cassino, não tinha nada pra diversão, ou tinha que ser aonde a policia não escutasse ou se um brigada escutasse ou se alguém dissesse alguma coisa, parava na hora.*

Afora as iniciativas esporádicas, motivadas pela vontade de reunir os amigos e dançar, os bailes em casa também serviram para comemorações de aniversário. O recinto privado, assim, abriu-se às relações estabelecidas na via pública, numa interação entre os dois domínios, que se deu através de uma prática de divertimento. Não se ia à casa do outro para estudar ou para trabalhar, senão para se divertir. A busca de alternativas para ter o que fazer à noite era típico de quem se inquietava com o isolamento noturno. Para enfrentar isso, transformou-se o lugar onde se dormia, se comia, se cozinhava, se agia mais reservadamente em família, em um local de agitação consentida a homens e mulheres de fora que, por estarem dentro, já não eram tão de fora assim.

Para o caso das reuniões dançantes que previam uma aglomeração maior de pessoas, grande parte conhecidas, mas nem todas privadas da mesma estreiteza de relações, a organização seguia outra lógica:

*“Os bailes que se fazia era uns bailes assim, ó: se fosse um baile, por exemplo, em um salãozinho como tinha lá no Bolaxa, era assim, o cara dava o salão de graça e ficava com a copa, tá? E o que fazia o baile...eu e o Nando, aí nos dávamos dois cafés na noite pra turma. E de dia, quando chegava na parte da manhã, pra não exterminar com o baile, a gente juntava e fazia as contas...sobrava uma miséria também, né, o que sobrava nós não ficava, nós dava pros músicos. Fazia baile pra se divertir, não era pra lucro, o lucro quem ficava era o dono da copa que vendia cerveja, doces e tal, e nós só dava pra turma os dois cafés na noite, cobrava uma entrada, não me lembro de quanto lá, e o que sobrava aí dava pros músicos” (SEU HOMERO, 2014).*

O baile fora de casa era previamente organizado, menos espontâneo. Desde que tivessem um salão emprestado, os responsáveis por determinado baile se reuniam na quinta-feira, planejando realizá-lo no sábado. Nesses dois dias, aproveitavam para definir o preço da entrada, convidar os músicos, comprar os produtos para o café a ser oferecido e divulgar entre os pares. Imediatamente ao final do baile, ainda faziam as contas para evitar lucro ou prejuízo, já que uma cota do montante arrecadado com a cobrança de ingresso ressarcia os gastos com o café e o que sobrava era dado aos músicos. Roberto diz que recebia *“micharia, qualquer coisa dava [risos]...a cerveja”* como pagamento por tocar até às seis, cinco horas da manhã e

“quando parava, parava tudo”. A atitude de não sobrar nada significava lisura por parte dos organizadores e passava a ser encarada como condição para a continuidade dos bailes feitos em salão.

Quando promovidos com cunho beneficente, esse quadro se alterava, pois o dinheiro arrecadado tinha que ser maior do que o valor gasto com o baile. Vó Dilza lembra que foi assim que conseguiram, por exemplo, construir a Igreja Sagrada Família do Cassino na década de 40, num terreno doado por uma família rica da cidade de Pelotas. Fiel à religião católica, Vó Dilza, atuava nos bastidores da Igreja ajudando no que fosse preciso. Certa vez, fazendo limpeza em gavetas, diz ter encontrado partituras e outros papéis que davam indícios, inclusive, de que se “faziam coisas pra fazer a capelinha, a ca-pe-li-nha primeiro”, construção de madeira que antecedeu a Igreja e que já estava erguida quando a Vó Dilza chega no Cassino, em 1939.

Nota-se, portanto, que uma certa austeridade rondava a organização dos bailes. Impressão essa demonstrada no cuidado de tirar licença junto à polícia, no caso das “brincadeiras”; na preocupação de zerar as contas aos olhos de todos para não comprometer a longevidade dos bailes; ou ainda na própria causa beneficente que motivava a sua realização em locais mais públicos.

Nas “brincadeiras”, o cuidado com a seriedade era indispensável e seguia da organização até o encerramento da festa. Conta Seu Homero, que o “cara dava café só e tal, mas bebida não tinha nada, dava café e era tudo calminho”. Sem querer universalizar o fato da privação de bebida nas festas em casa, pode-se inferir pela fala do depoente que, em não atendo, controlava-se melhor o comportamento dos convidados durante o baile. A associação da bebida (alcoólica) à possibilidade de algazarra e tumulto, e o “cafezinho preto com pão e manteiga” à calma, pressupõe o funcionamento de um contrato social que atribui uma maneira diferente de agir quando se está num local mais público daquele de quando se acessa a casa do vizinho ou do amigo.

Divertir-se nos bailes, fossem eles em casa ou em salões, exigia um tanto de diplomacia nos atos individuais. Para não se indispor com ninguém e correr o risco de não usufruir mais dessa prática, era preciso estar ajustado ao gosto do proprietário ou às posturas acordadas no coletivo, o “que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo a jurisdição do outro” (MAYOL, 2011, p. 47).

Quando não se oferecia bebida nas *brincadeiras*, era como se estivesse dando um recado de que aquele ambiente tinha uma conotação mais familiar, mais composto, sem qualquer extravagância. Por outro lado, a abertura dos salões aos mais e menos conhecidos, o desimpedimento do consumo de bebida alcoólica, a circulação num ambiente mais amplo, comparativamente ao cômodo usado nos bailes em casa, a proibição do menor de idade em frequentar as festas e mesmo andar na rua depois das oito horas da noite, como dito pelo Negão Eupídio, enfim, o conjunto desses elementos engendrou acordos e, a partir deles, modos de agir naquele lugar.

A prática do bairro é uma *convenção* coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários (ibidem – grifo nosso).

Dentro da conveniência, um baile em específico foi construído com destaque por parte dos depoentes, tanto pelo que dele era comentado na época quanto pela forma com que, nas próprias conversas, se referiram a ele: o chamado baile das empregadas. Dessemelhante às *brincadeiras* ou aos *bailezinhos*, esse tinha nome cujo termo aticava, quando pronunciado, todo um imaginário sobre o que significava participar dele:

*Roberto: De vez em quando se formava o baile das empregadas. Te lembra do baile das empregadas [olhando pro Nando]? 'Bá, hoje tem o baile das empregadas'...Era um sábado, o pessoal ia pra lá se divertir, eu ia também, né. O pessoal ia, a maior parte ia, o cara que tinha família não dava muita bola, ia o pessoal da cidade que vinha pra aí, baile das empregadinhas. Se soubesse que ela ia querer...[arregalando os olhos e virando a cabeça pro lado].*

*Nando: As negrinhas podiam entrar nos bailes, os brancos podiam entrar no baile dos pretos naquela época?*

*Roberto: O pessoal não andava dando bola, tchê, não dava bola. Bá, entupia de gente, né? O cara faturava...as empregadas tudo, era branco com preto.*

Ainda que Antonio discorda-se quanto à questão racial, dizendo que “já tinha preconceito naquela época, negro não entrava no baile das empregadas”, o entusiasmo do Roberto ao falar sobre o baile resumia o sentimento dos demais homens entrevistados. Não o da Vó Dilza. Perguntada sobre os bailes, disse que tinha “para outras pessoas” e que não sabia de nada, nem onde era o salão. Era uma clarividência de que, mesmo tendo sido uma empregada doméstica, o status de mulher casada tornava-lhe o baile um lugar inapropriado socialmente. Algo que não parecia aplicável ao homem casado, pois o adjetivo contido na



declaração de que o cara que tinha família “*não dava muita bola*”, deixa brecha para se pensar que existiam àqueles que escapavam para o baile quando surgia uma oportunidade.

Esses e os solteiros, os quais dispensavam a precaução de serem vistos em local indevido, iam ao baile com a intenção de “*namorar*”, entendendo por isso a ação de se relacionar intimamente com uma mulher, incluindo aí, as práticas de caráter sexual. Era uma autenticação pública que o evento recebia, em que a dança figurava como uma das estratégias de ficar com o corpo encostado à empregada, de tocá-la, conquistá-la ou, na linguagem usada pelo Roberto, de “*faturá-la*”.

Além disso, é prudente pensar que tal contato entre homem e mulher, à luz do dia, pelas ruas do bairro, era algo embaraçoso para a época, com vistas a afetar os acordos sociais de comportamento. Da mesma forma, recorrer ao esconderijo da casa não era opção, afinal, como gozar de certa intimidade quando a maioria das que foram construídas no Cassino nesse período possuía um ou dois cômodos?

Num texto em que descreve a evolução da articulação entre a vida privada e a vida pública na sociedade francesa ao longo do século XX – o qual tomamos de assalto para o Cassino –, Antonie Prost (2009) afirma que a noção de intimidade não fazia muito sentido antes de ocorrer o que chamou de revolução habitacional, na última metade daquele século. Até então, a vida privada individual era definida pelos muros que separavam aquilo que pertencia ao universo doméstico daquilo que era estranho ao grupo familiar. No entanto, principalmente, entre as camadas populares, a intimidade tornava-se impossível pela falta de espaço que cada membro da família dispunha na própria vida privada: “o espaço privado, portanto, era apenas o espaço público do grupo doméstico” (PROST, 2009, p. 59).

Ao dividirem o mesmo cômodo ou estarem ao alcance do outro, no menor desvio de olhar, os membros da família exerciam uma vigilância por ato contínuo. Isso tinha repercussão em ações cotidianas como trocar de roupa, usar o banheiro, tomar banho, até outras mais ocasionais, como as relações sexuais. Essas, então, “se situavam nas margens do espaço privado e do espaço público, por exemplo, no escurinho fora dos bailes, atrás da moita etc., ou não tinham como escapar à publicidade entre o grupo familiar” (Ibid., p. 60). Será o aumento das moradias e a consecutiva especialização funcional dos cômodos da casa que criaria uma nova configuração para a vida privada, em que cada membro passaria a desfrutar do seu canto, dos seus objetos, da sua intimidade.

Os bailes eram frequentados pelas empregadas que trabalhavam em residências de famílias ricas. Algumas tinham seus próprios aposentos nos casarões, o que nem por isso lhes dava a condição de regozijarem de mais privacidade frente às outras que não residiam junto aos patrões. Aos sábados à noite, elas saíam em direção à esquina das ruas Lisboa com Alfredo Rodrigues, localização do prédio que sempre abrigou o baile, batizado como baile das empregadas. O local ficava na rua de trás, a uma quadra da avenida principal e de frente para o “Quadro”, a poucos metros do “*beco da linguiça*”.

*Gustavo: Porque o nome era beco da linguiça?*

*Homero: Ali é o corredor, ali é um corredor e tem inclusive até um reservatório com água, transportavam água naquela coisa ali, e aquele corredor ali são dois portões, um da frente da avenida Rio Grande, o outro dá pra Lisboa, né? E a dos fundos da Lisboa de noite fechava, então, ali era assim, naquela época, os patrões não deixavam as empregas sair pela frente, de noite, saíam pelo beco da linguiça, ali, então, tinha a zorra, [...], daí ficava aberto ali, e não tinham pra onde ir e ficavam tudo reunido no beco da linguiça.*

*Gustavo: Esperando as empregadas saírem?*

*Homero: As empregadas saíam e paravam ali, não tinha aonde ir naquela época, então, saia dali, ali a rapaziada se acertava com um, se acertava com outro, sabe como e que é e tal, e botaram o nome de beco da linguiça.*

O “Quadro”, lembrando, era formado por pequenas casas de idêntico tamanho e estrutura, uma colada à outra, em volta do quarteirão. Todas tinham a porta de entrada virada para a calçada e outra para os fundos, que ligava cada casa a um corredor em comum, por onde as empregadas eram autorizadas pelos patrões a sair à noite. O baile começava tão logo elas passassem pelo corredor e atravessassem a porta que dava acesso à rua Lisboa. Ali, os homens aglomerados já as aguardavam para iniciar os “*namoros*”, que prosseguiam na pista de dança ou nem chegavam a ela, caso “*se acertassem*” antes.

As motivações sexuais em torno do baile das empregadas foi o que fez que os depoentes falassem nele. Tais motivações foram fragilmente encontradas nos relatos sobre as *brincadeiras* e os *bailezinhos* – “*tudo calminho*”. O destaque em cima do que representava socialmente ir ao baile das empregadas no Cassino em meados do século XX continuou décadas depois, projetado na linguagem utilizada para contá-lo durante as entrevistas. As práticas sexuais têm a ver com isso. Elas foram ditas, porque insinuadas pelos depoentes.

A vida sexual do bairro (tanto a linguagem quanto as práticas) não pode ser detectável em uma sistemática que nos permitisse alcançar a sua plena transparência social. Ela não se manifesta aí, ao contrário, a não ser por breves clarões, de maneira contornada, obliquamente, ‘como que através de um espelho’, confiscando o lugar da sua enunciação ao ‘estilo direto’. Na rua, no bar, na loja comercial, é possível, e

frequente, falar com clareza, em termos explícitos, da atualidade política, do emprego, da escola, das crianças, das enfermidades. Mas quando se trata de uma alusão sexual, o registro da linguagem muda imediatamente: não se fala a não ser em torno do sexo, de maneira distante, mediante manipulação muito fina, sutil, da linguagem, cuja função não é elucidar, mas ‘dar a entender’ (MAYOL, 2011, p. 59-60).

Os depoentes em nenhum momento detalharam a intimidade com as empregadas, nem que tinham relações sexuais com elas. Eles deram a entender pela manipulação de expressões como *namorar, faturar, se acertar* e arregalar os olhos quando *soubesse que ela ia querer*. Maneiras que transmitem o pudor de ontem e de hoje ao tratarem do assunto. No lugar da palavra explícita, entraram outras que jogaram com a ambiguidade, com o duplo sentido, com o trocadilho, permitindo que o frequentador do bairro enfrentasse os limites do interdito no jogo relacional situado às margens do comportamento contratado socialmente (Ibid., 2011).

Os bailes, em suma, podem ser tomados como práticas de divertimento que proporcionavam não só uma aproximação ao corpo do outro para dançar, mas para se relacionar intimamente. As nuances reveladas nos jeitos de se organizar, participar, de se portar e falar dos bailes trouxeram consigo cláusulas produtoras dessa dinâmica social, sobretudo, àquelas relativas à noite no bairro.

***“Eu digo, eu vou fazer um time pra mim. Ai jogo eu e mais dez [risos]”***  
***(NEGÃO EUPÍDIO, 2014)***

Como uma prática característica dos finais de semana e contingente no restante dos dias, o futebol vem à cena por aqueles que jogaram, nos casos do Antonio e do Roberto, ou através de quem queria mais do que isso, como o Negão Eupídio. As histórias contadas por eles estão circunscritas ao fim dos anos 50 e 60, em função de ser o período que retrata os jogos de bola que praticavam quando jovens e pela criação do Cassino Futebol Clube, em 1961.

Disputas e itinerâncias rondaram e constituíram essa prática de divertimento no bairro, visivelmente popular na cidade<sup>113</sup>. Por essa razão, a bola rolava com determinada

---

<sup>113</sup> Em meados do século XX, três clubes profissionais com grande projeção já existiam na cidade: Sport Club Rio Grande, fundado em 1900; o Sport Club São Paulo, de 1908 e o Football Club Rio Grandense, de 1909,

constância pelo Cassino, previamente à chegada dos nossos depoentes-jogadores ou antes mesmo de se verem participando de uma partida. Negão Eupídio evidencia isso ao lembrar que já havia um time de futebol, chamado Atlântico quando pisou pela primeira vez no bairro, em 1948 e só depois, 13 anos mais tarde, é que fundou o Cassino F.C. Isso foi alvo de controvérsia entre ele e os irmãos Ribeiro (Nando e Antonio), pois esses invertiam a ordem colocando a fundação do Atlântico posterior ao do Cassino. A seu favor, Negão Eupídio afirmava que o time do Atlântico “*tava morto*” no fim da década de 40, fazia alguns jogos, “*mas tava acabado*”, sendo revigorado somente após a criação do Cassino F.C, com quem alimentou uma rivalidade, “*como se fosse Grenal*”<sup>114</sup>, concordavam os três.

Em 1948, Antonio e Nando ainda não eram nascidos e não acompanharam, digamos, a fase baixa do time do Atlântico, daí a impressão na cronologia das fundações dos times. Por outro lado, a insistência do Negão Eupídio com a ordenação dos fatos estivesse relacionada a um protagonismo de sua parte nas conjugações futebolísticas para o Cassino da época.

Ele conta que, diferentemente do seu irmão, “*nunca jogou nada*”. Enquanto seu consanguíneo com 12 anos “*jogava muito futebol, jogava no meio dos homens no primeiro quadro*”, ele mal conseguia compor o time do segundo quadro. Essas classificações são encontradas no futebol amador e, em geral, obedecem a um critério técnico para dividir o mesmo time em duas equipes. A equipe do primeiro quadro é formada por jogadores mais hábeis e o do segundo por menos experientes e talentosos (PIMENTA, 2009).

A contrariedade em ter chances raras de ser titular e ainda por cima somente “*no segundo quadro quando tinha vaga*”, fez com que Negão Eupídio criasse uma equipe para si, de terceiro quadro, em que pudesse jogar e se divertir. Acabou formando um time “*só de guri, podia jogar de 7 a 13 anos*”, idade que tinha na ocasião. Nos anos seguintes, mais para o fim da década de 50, passou a atuar fora do campo, inventando campeonatos e desempenhando a função de olheiro e dirigente do time.

*“Inventei um campeonato, fui campeão do campeonato, era a Barra, Linha do Parque lá do Matadouro, vinha times da cidade, lá da vila Santa Tereza, e eu fui campeão. Eu descobri, eu vi os timezinhos jogar, agora eu sou bom olheiro, né? Eu ia por isso tudo, via os times jogar e conversava os guris: ‘Vem cá’, aquele guri que jogava bem eu conversava e trazia pra cá, ‘eu*

---

campeões estaduais, respectivamente em 1936, 1933 e 1939. Além disso, em termos amadores, esse esporte alavancou a criação de 47 clubes entre 1900 e 1915, conforme aponta Correia (2014), alguns em zona rural e muitos deles de vínculo operário. Mais tarde, essa popularidade é marcada com a criação da Liga Riograndina de Futebol em 1925.

<sup>114</sup> Termo alusivo ao enfrentamento histórico entre Grêmio Foot-ball Porto Alegrense e Sport Club Internacional, clubes com sede na capital do Rio Grande do Sul.

*te dou a passagem, te dou tudo, te dou tanto, te pago o almoço e tal'. E os guris vinham, aquela gurizada do Miguelzinho eu trouxe tudo pra cá. Hoje mora [no Cassino] um que era o melhor da cidade, um tal de Bem-te-vi, [...] ele mora por aí, ele trabalhava na FURG. Então, eu mandava o Bem-Te-Vi, ele era meu procurador lá na cidade, ele só era amigo de guri que jogava bem, então, ele convidava os guris e trazia pra mim”* (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).

Girar pelos jogos realizados na cidade em busca dos melhores jogadores, convencê-los mediante algum tipo de pagamento a jogarem pelo seu time, ter um procurador para agilizar esse processo e inventar um campeonato para vencê-lo são detalhes que mostram que a criação do time pelo Negão Eupídio estava comprometida, em primeira instância, mais com a conquista do que com a produção de vínculos de pertencimento com o bairro. Tais vínculos, típicos da matriz comunitária do futebol (DAMO, 2005), são fundamentais para manter o interesse dos moradores de uma comunidade com o respectivo clube que o representa. Eles podem ser reivindicados por diferentes situações: o clube levar o nome do bairro; a primazia das equipes do primeiro e segundo quadros serem formadas integralmente por moradores locais e, quando isso não for possível, que seja previsto uma cota obrigatória; a realização de festejos envolvendo a comunidade na arrecadação financeira em prol do clube; o cultivo da parte diretiva dos clubes nas mãos de famílias com raízes no local; entre outras ações.

Dessas, o fato de ser constituído por uma seleção de jogadores de fora do bairro incomodava também os demais times, pois viam diminuídas suas possibilidades de vencer um campeonato. Justamente munidos pelo argumento do sucesso foi que alguns colegas tentaram convencer o Negão Eupídio a registrar o time de terceiro quadro na liga riograndina de futebol, pois até então ele promovia e participava de competições não organizadas por ela. Lembra que uma das últimas investidas para pensar no assunto aconteceu numa reunião *“na casa do finado Eliú Araujo, que era Pelé doente”*. Na oportunidade, os amigos já aproveitaram para sugerir que nome o time deveria ter.

*“Aí diz o finado Eliú: ‘Eupídio, eu tô ouvindo as conversas de vocês [...] o outro time tá quebrado, nem joga mais, faz o time, troca o time de terceiro para primeiro e segundo aí tu arruma essa velharada toda pra torcer pelos times da gente daqui’, porque não jogava mais gente daqui, era só gente que vinha de fora. ‘Bota o nome da praia diz ele, tu não vê Santos? Fizeram o time e botaram o nome da praia de Santos e cresceu, e tu vê o rei do mundo, é o Pelé e joga nos Santos’. Aí eu não sabia como eu botava e botei: Cassino Futebol Clube”* (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).

A formalização na liga faria do time um clube, o que na visão de Damo e Ferreira (2012) são diferentes. Os autores compreendem por time o grupo de atletas, dirigentes e

outros agentes que representam o clube em determinados eventos. O time é instável porque está sujeito a alterações a cada campeonato ou temporada. O clube, por outro lado, possui maior estabilidade, uma vez que é a instituição “responsável pela gestão do time de futebol, pela comunidade de sentimento que gravita no seu entorno” (p. 378). Nesse caso, ao passar a se chamar Cassino Futebol Clube, se assumiria a institucionalização do time, a qual estaria identificada a uma comunidade e potencialmente mobilizando-a a torcer pelo clube.

Não ao acaso, a proposta do nome levou em consideração a condição análoga de Rio Grande e Santos serem praianas, o que não é autoexplicativo por tantas outras cidades no país partilharem dessa condição. Então, é crível pensar que a aproximação responde por uma vontade de ser um pouco Santos, enquanto clube, já que esse era uma referência exitosa para os apreciadores do futebol nos anos de 50 e 60<sup>115</sup>. Por lá, o clube foi o terceiro a ser fundado na cidade, no dia 14 de abril de 1912, sendo que o primeiro campo de treinamento estava localizado num bairro operário da cidade. Antes dele, em 1903 surgia o Clube Atlético Internacional, o qual foi fechado em 1910, por discordâncias entre associados e reaberto no mesmo ano com o nome de Esporte Clube Americano, quando se transferiu para a cidade de São Paulo (VIEIRA, 2010).

Por sorte, a pressão dos amigos e a inspiração no clube santista funcionaram. Convencido por eles naquela mesma reunião, dizia Negão Eupídio:

*“A partir de hoje deixa de ser terceiro quadro e passa a ser primeiro e passa a ser segundo quadro, com promessa que não vou garantir pra vocês este ano, mas prometo que a partir do ano que vem vai disputar o campeonato Riograndino da Liga Masculina de Futebol’. [...] eu fui na liga, registrei o time e entrei no campeonato do ano, fui vice-campeão e no outro ano eu fui campeão. Aí já tinha gente de olho na presidência e isso naquilo, porque tem gente que queria aparecer. Eu era o presidente, o dono, o guarda esporte, eu é que carregava o saco do fardamento, era o dono e presidente” (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).*

Do Santos Futebol Clube veio a inspiração do nome Cassino Futebol Clube, criado em 14 de maio de 1961, data em homenagem ao dia das mães e que o fundador alerta que foi trocada nos documentos oficiais por outro presidente, passando de 1961 para 1962. A partir de então, o clube passou a disputar os campeonatos organizados pela liga com time nos dois

---

<sup>115</sup> Até 1961, ano de fundação do Cassino Futebol Clube, o Santos possuía um histórico de 5 campeonatos paulistas (1935, 1955, 1956, 1958, 1960) e 1 torneio Rio-São Paulo (1959). Se adicionarmos o ano de 1961 no levantamento, há o registro de mais um título paulista e um campeonato brasileiro. Além disso, não podemos esquecer que Pelé, já campeão mundial com a seleção brasileira de futebol em 1958, jogava pelo Santos desde 1956.

quadros integrando, já naquela época, um “circuito de futebol comunitário” (DAMO, 2012). A constituição dos circuitos, na ideia do autor, advém da circulação dos clubes, levando-se em conta o amplo e diversificado espectro de práticas futebolísticas, desde as de caráter profissional (futebol espetáculo) até as correspondentes a uma comunidade, restritos a “cidades ou a recortes geográficos ainda menores, como ‘zonas’, ‘bairros’, e assim por diante” (Ibid., p. 383).

A orquestração de um circuito de futebol comunitário, assim como dos demais, está ancorada em meio a elementos de ordem econômica, cultural, política e simbólica. Os episódios em torno das condições de criação, inserção e participação do Cassino Futebol Clube no circuito comunitário mostraram uma ponta desses elementos. O método de garimpagem de jogadores de fora do bairro a serem contratados para atuar pelo clube mediante sedução financeira; a colagem do nome ao bairro e ao que vinha dando certo à moda do Santos F.C.; a possibilidade de arrebatado uma torcida (“*velharada*”) e fazê-la circular junto com o clube, pois se “*fazia uma excursão naquela época prum jogo ia todo mundo*”, dizia o Antonio; a ambição de ser reconhecido como avalista de tudo que dizia respeito ao Cassino F.C., demonstrada, inclusive, pela disputa na divergência da data de fundação; enfim, todos esses elementos entraram na dinâmica do circuito, por operarem no fluxo de “pessoas (sejam elas atletas, torcedores ou dirigente), significados, poder, prestígio, dinheiros, e assim por diante” (Ibid., p. 410).

Estas operações acabaram por produzir rivalidades internas e externas ao bairro. No âmbito das rixas externas, o modo de proceder na formação dos times do primeiro e segundo quadro não contava com simpatia dos demais clubes da cidade e deixou rastros dessa relação até os dias atuais. É isso que aponta o estudo de Ghiggi (2012), quando analisou as formas de organização e funcionamento da liga riograndina de futebol, durante o campeonato amador de veteranos de 2010, do qual o Cassino F.C fazia parte. A autora fala de uma “rivalidade especial”, alimentada pelos demais clubes em relação ao time do local por este priorizar a formação de uma equipe competitiva aceitando jogadores de fora, tornando-o por isso, um “time de elite” (GHIGGI, 2012, p. 44).

Já no âmbito interno, a rivalidade ficava por conta do relacionamento entre os dois clubes do bairro, o Cassino F. C. e Atlântico que, tal como “*Grenal*”, extrapolava o confronto dentro das quatro linhas. Ele acontecia também no nível dos responsáveis pelo time, como podemos observar na seguinte passagem contada pelo Negão Eupídio:

*“Fui preso por causa do time, fui preso uma vez, foi o seguinte: o Atlântico saiu pra jogar e como tinha muito vento no meu campo que era areia, atrás da estação, fui jogar no campo do Atlântico e quando o presidente do Atlântico, que era o Murici Costa Varga, quando chegou pegou nós e perguntou pra mim, ‘com que ordem e de quem?’ Eu digo, ‘com ordem de ninguém, só depois que tu mostrar o documento como tu é dono do time, dono do campo, aí que eu tiro o time de campo, do contrário não saio’. ‘Eu vou te mostrar como tu sai!’ ‘Não saio não, só tu me mostrando o documento como tu é dono. Que, segundo me consta, é uma praça de esportes’. Ele foi lá e tinha um brigada só naquele postinho, um tal de Nestor. O cara tinha servido comigo e ele botou o cara no quadro da bicicleta e levou até o campo de futebol [...] o brigada chegou na minha frente, tava eu e o João Capacete conversando, quando o Murici chegou com o brigada no quadro da bicicleta, o brigada desceu e.. ‘é esse aí’ diz o Murici, ‘é esse aí o cidadão’. Ele diz: ‘É o senhor o presidente do Cassino?’ ‘Não’. ‘O senhor não é o presidente do Cassino?’ ‘Não’. Ele olhou pro Murici e ‘É!’ diz: ‘É ou não é, afinal?’ Ele disse: ‘É sim!’. E eu: ‘não sou não!’ E eu tava com um tal de radio portátil na mão e dei o radio pro João Capacete segurar porque esses caras iam me prender a mão. E ele diz: ‘Então o que o senhor é do Cassino?’ ‘Eu sou o dono, não tem diretoria o time, o senhor tá perguntando quem é o presidente, mas eu não sou presidente eu sou dono do time!’ ‘E o senhor tem ordem pra jogar no campo?’ ‘Não, não tem!’ ‘Então, o senhor vai ter que retirar o time de campo’. ‘Também não vou, não vou retirar!’ [...] Aí ele baixou a cabeça e disse assim: ‘ah, mas tu tem que me acompanhar!’ ‘Não vou te acompanhar nada! Tu quer que eu te acompanhe até a delegacia, então faz assim, tu vai te embora pra tua delegacia que deve ter mais alguém lá precisando de ti e depois que terminar o jogo e eu desfardar o pessoal, entregar tudo que é deles eu vou lá e me apresento pra ti, tá legal?’ [...] Terminou o jogo, eu desfardei a turma, entreguei dinheiro, carteira dos caras, documentos e tudo dos caras, tudo direitinho [...] Cheguei lá, tava o Ismael, Ismael era do plantão, fazia o serviço do sargento, e disse pra mim assim: ‘O senhor é?’ Eu digo, ‘Eupídio Ávila da Costa’. ‘O senhor é o que o Nestor...’ ‘sou eu mesmo’. ‘O senhor é o que não quis retirar o time de campo?’ ‘Fui eu mesmo’. ‘Mas porque que o senhor não retirou o time de campo?’ ‘Porque eu sou o responsável por todo mundo, então, e tava todo mundo jogando, e eu só ia retirar o time de campo se ele me apresentasse o documento de dono da propriedade do campo. Ninguém tinha e eu não retirei, tanto é deles como é meu, não tinha ninguém jogando e eu botei meu time pra jogar’. E ele vai, olha para o brigada e diz assim: ‘Mas o Nestor, seu Eupídio tem as razões dele’. ‘Não, mas ele não quis, ele não podia’. ‘E porque o senhor não acompanhou o PM?’ ‘Porque eu tinha o documento e dinheiro dos caras e tinha roupa deles guardadas na minha casa e eu tinha que entregar tudo’. ‘Mas o Nestor o seu Eupídio tem razão’, diz o cara que tava no lugar do Sargento. ‘Não ele não tem razão nada e em 24 horas ele vai ser meu’. Ele disse pra não desmoralizar o brigada.. ‘É, então prende!’ (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).*

A fixação dos jogos de um clube a um campo de futebol é algo que dá identificação a ele, colocando os outros na situação de visitantes e, portanto, não aptos a usá-lo sem a anuência do dono. De certa forma, essa disposição fazia sentido a partir da presença de dois clubes, pois se o Negão Eupídio refere-se ao “campo do Atlântico” e ao “meu campo”, no início da fala, é porque havia um acordo mais ou menos consolidado para o uso dos campos cuja quebra deu origem ao conflito.



A intenção de jogar num terreno de melhores condições para a prática futebolística (menos vento, menos areia) e a ausência de uma sede desses dois clubes nos respectivos campos contribuiu para a instalação do tensionamento e a colocação desses ainda como lugares em disputa. Se o poder de decisão sobre os usos dos campos permanecia em aberto, um capital moral entrava em jogo. Afinal, Negão Eupídio resolveu encarar o presidente do Atlântico e o policial, lançando mão da sua posição nem de presidente, nem de diretoria, mas de dono do time, canalizando uma autoridade pretensamente superior a de ambos. Essa postura não deixava de ser também uma demonstração de força diante dos jogadores que estavam sob sua responsabilidade e da comunidade envolvida com o futebol. O que de certa forma era alcançado já que no desfecho do episódio, diz Negão Eupídio, o time *“foi completinho na avenida pra lá [cadeia], o time de futebol e a torcida, pra me soltarem na marra”*.

A organização do futebol no bairro a partir dos dois clubes rompeu, dessa forma, com a praxe dos jogos de bola que aconteciam em campos itinerantes. Até então, o pessoal se juntava para jogar em quarteirões de campo aberto (de terra ou grama), de fácil acesso (próximos à avenida), sem banhado, nem casas construídas.

*“É...não, se juntava...o primeiro campo de futebol que teve aqui no Cassino foi aqui atrás do Lawson, sabe o taquaral do Lawson aqui? Do lado de cá ali, aquela quadra toda era um campo de futebol [...] Aí depois que mudaram pra lá. Mas, durou anos ali, e mudaram lá pra perto do Silva Gama<sup>116</sup>, não pra onde ele é agora. Agora ele é aqui...já teve três mudanças o campo de futebol. Primeiro, foi ali no Lawson, depois levaram lá pro Silva Gama...antes de fazer o Silva Gama, né? O Silva Gama era só terra assim, depois é que chegaram e fizeram no quarteirão todo, o campo era ali”* (ANTONIO, 2014).

Independente da sequência ser exatamente essa, a itinerância do campo de jogo é marca presente na lembrança do Antonio até acontecer a terceira mudança identificada por ele, a qual acabou fixando o campo de futebol como “do Cassino”, por lá ser instalada a sede desse clube até os dias de hoje<sup>117</sup>. A rivalidade interna entre o Cassino F.C. e o Atlântico emerge, portanto, no período estudado exigindo a demarcação de linhas divisórias que

---

<sup>116</sup> O depoente refere-se à Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama, fundada em 1947. Ela ocupa um quarteirão com muro para a avenida principal e acesso lateral, próximo ao prédio da antiga estação férrea, na entrada do balneário.

<sup>117</sup> O local onde o campo de futebol e a sede do Cassino Futebol Clube estão instalados pertence à prefeitura municipal de Rio Grande. Em 2000, pela Lei 5.435, o executivo firmou termo de permissão do uso da área pública pelo clube em caráter precário, ou seja, com a obrigação de ser devolvido à prefeitura assim que a desejasse. Já em 2012, a Lei 7.192 revoga a anterior, autorizando a desafateção da área (deixa de ter interesse público) e oficializa o uso pelo Cassino Futebol Clube. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/topsearch.pl>>. Acesso em: 19/08/2014.

ligavam o morador do bairro a um ou outro clube. O futebol entra na rota das disputas. Não as mesmas encontradas na praia, nos alugueis de cavalo ou nos bailes, mas com elas imbricadas na conformação do convívio social.

***“Aqui, tudo que aparecia o cara pegava”***

***(NANDO, 2014)***

Entre relatos a respeito dos dias de pesca, da lida campeira, das atividades laborais, os depoentes deixaram escapar práticas de divertimento para além das que tratamos até então. Estas outras receberam um tratamento de menor escala por parte deles se comparadas ao futebol, à praia, os bailes e o andar a cavalo. Uma delas, caracterizada por um traço ordinário, era os encontros realizados nos bares do bairro. Essa prática já havia sido sinalizada quando, ao tratarmos da pesca no Cassino, transcrevemos uma fala do Roberto afirmando que o pessoal das parselhas é que *“movimentavam os bares por aí”*.

As palavras trocadas no bar pertencem a outro registro, diferente das conversas entre fregueses e comerciantes. A vida privada não está tão diretamente envolvida: fala-se do trabalho, dos negócios, da política. Quando se aborda a vida privada, é frequentemente com um discurso galhofeiro convencional, conversa de homens sobre mulheres, e cuja relação com a vida privada de cada um escapa ao observador desatento. No entanto, há aí também uma troca que segue as regras do convívio, onde o gracejo funciona como código. O que se diz não tem muita importância, e se a pessoa não gostasse, não estaria dando prova de bom caráter; mesmo assim, nessas conversas de brincadeiras, muitas coisas são ditas na primeira pessoa... (PROST, 2009, p. 104).

À noite ou de dia, após o serviço ou em meio a um afazer e outro, no trânsito para casa ou saindo para a rua, o bar tornou-se local de convivência entre os moradores do bairro, que ali bebiam, conversavam, trocavam ideias, jogavam, faziam passar o tempo. Nos breves minutos que se reportaram a essas experiências, nenhuma mulher em cena. Talvez o próprio processo interno de funcionamento (o tipo de conversa; o tratamento empregado; a motivação em torno da bebida) tenha feito com que atingisse essa representação. Era um local eminentemente masculino e, como ponderado por Mayol (2011), ambíguo, pois tanto poderia ser exaltado como recompensa de um dia de trabalho como temido pela propensão ao alcoolismo que autorizava.

*“Isso eu tô falando até 60 né. Policiamento no Cassino: era um cabo e um brigadiano, rondavam uma bronca no armazém e o dono do armazém mandava, o fulano não saía pra rua não [...] Eu cansei de ir atrás dos brigadas, meu sogro era brigada [o Dias] e, às vezes, eu tava tomando minhas cachaças, que eu era muito canheiro, e os caras inventavam. Aí no turco Antonio mesmo, uma vez, quis botar um cara pra rua porque ele queria fechar e ele disse: ‘eu não vou sair não’, e o turco veio olhou pra mim e disse: ‘pentelho, me chama o Dias!’” (NEGÃO EUPÍDIO, 2014).*

O bar era um local a ser vigiado, mas que também vigiava. As frequentes confusões armadas pelos clientes requisitava a presença da polícia para o reestabelecimento da ordem. De outra forma, entre um gole e outro, a vida no bairro (a dos vizinhos e dos que estavam de passagem) era passada em revista nos comentários feitos pelos clientes. A cada bar visitado no dia ou na semana, os comentários iam se repetindo ou sofrendo atualizações, já que os donos eram outros e os frequentadores também poderiam ser.

Os bares existiam em quantidade razoável pelo Cassino, mas nem sempre foram referidos da mesma forma. Nas palavras dos depoentes foram localizadas variações nominais para bar, indo de boteco, venda e comércio a mercadinho, varejão e armazém. O revezamento no uso desses termos, ainda que individualmente possam significar lugares distintos se mencionados em outros contextos, no caso em questão, não se perdeu o sentido de bar em todos eles. Qual fosse o nome dado, continuava a ser um local de encontro e de ritmos estáveis dia após dia, pois, como diz Prost (2009), “ali os clientes têm pelo menos um sobrenome, às vezes um primeiro nome, e não raro seus hábitos próprios” (p. 104).

*Antonio: Tinha uma baita de uma figueira...a gente jogava petisca ali.*

*Nando: Isso é importante, ali tinha um campeonato de petisca.*

*Gustavo: Onde tinha campeonato de petisca?*

*Antonio: Ali no Astrogildo, tinha até torneio...bem na frente da figueira aquela, jogava embaixo da figueira.*

*Nando: Na rua do açougue do Seu Fernando, ali na fruteira da portuguesa. Em frente a fruteira ali, na esquina era o Astrogildo, que era um varejão onde o cara chegava, amarrava o cavalo embaixo da figueira e fazia suas compras.*

*Antonio: Também jogava embaixo da figueira lá no Bolaxa, lá no armazém gaúcho, como é o nome daquele? Era de um português, Seu Manuel.*

Essa fala é peculiar e própria de quem andava reiteradamente pelo bairro, a quem se chama de cassineiro. Não se referem aos estabelecimentos pelo nome fantasia, se não diretamente ao dono. Sabiam a hora do jogo de petisca ou faziam a hora quando lá se encontravam. Não tendo no varejão do Astrogildo, sabiam que teria no armazém do Seu Manuel. Se houve a necessidade de organizar a prática em campeonatos era porque o número

de pessoas interessadas já demandava por isso. Chegavam a cavalo, não de bicicleta ou de carro, o que por si só já marcava a relação do sujeito com o local. Amarravam o animal na figueira, mostrando o quão trivial era o seu uso para deslocamentos no bairro, ir no armazém e fazer compras, atividade não exclusiva das mulheres. O dinheiro para pagar as compras poderia ser ganho (ou perdido) ali mesmo, no jogo, como prêmio por acertar a moeda de cobre que servia como alvo dos discos de pedra arremessados.

Dinheiro que também era ganho em ditas práticas de divertimento que se misturavam a outros objetivos. Os irmãos Ribeiro contam, por exemplo, que durante os verões aproveitavam os bailes famosos oferecidos no Hotel Atlântico para se divertirem “*ganhando algum*”. Sem ter acesso livre ao salão de baile, Antonio diz que ele e alguns amigos ficavam junto à cancha de boliche do hotel, auxiliando o jogo dos cavalheiros que se dirigiam para essa área. Procuravam se colocar na ponta contrária da cancha em que estavam os jogadores, próximos a uma pequena parede/bancada de madeira que servia para interromper o percurso da bola lançada tão logo ela passasse pelo setor dos pinos. A cada jogada, gesticulava Antonio, “*o cara se sentava assim [na bancada] e levantava as pernas, aí derrubava as garrafinhas, levantava as garrafinhas e jogava a bola de retorno*”. Refaziam esse movimento até os jogos ou o baile acabar, tudo “*pra ganhar algum, já era uma grande coisa!*”.

Na mesma época, a Sociedade Amigos do Cassino (SAC) igualmente promovia festas, shows e bailes na estação quente. Como um clube social, as atrações disponibilizadas eram privadas aos sócios, fossem eles riograndinos ou de cidades vizinhas. Entre 1952 e 1968, a sede do clube funcionou nos fundos do Hotel Atlântico, onde atualmente está instalada a praça Didio Duhá. Era relativamente grande, pois dispunha de áreas para eventos festivos, esportivos e ainda tinha uma pista de patinação que era o “*tchan da época*”, como assim a referiu o Sr. Lawson, sócio do clube<sup>118</sup>. Tamanha estrutura impressionava famosos e infames. Os segundos, em não sendo sócios, buscavam maneiras alternativas de usufruir daquele lugar, especialmente, nos dias de shows. Como parte do galpão da sede era feito de madeira, burlavam a proibição de ingressar no local, arrancando algumas tábuas para espiar o

---

<sup>118</sup> Sobre a pista de patinação, diz o entrevistado: “*Ah, isso eu era guri [nasceu em 1942], botaram uma pista pra patinar. Então, a gente ia lá patinar, era o tchan da época. Alugava os patins, quem não tinha patins já comprava, mas era difícil o acesso a essas coisas. Primeiro, eram caros, mas o cara alugava e tinha professor pra ensinar, era uma pista de patinação. Ali, era um galpão ali que tinha a sede da SAC era ali, depois a SAC foi pra lá onde é hoje, mas tudo começou ali. E eu me lembro dessa pista de patinação que foi o, na época, que foi o tchan. Então, a gurizada toda ia pra lá, mas não tinha muita gente, entendesse, não tinha*” (LAWSON, 2012).

que acontecia do lado de dentro e, dependendo da situação, entravam escondidos para assistir os shows.

Arrumar os pinos do boliche na intenção de “*ganhar algum*”, agir de penetra para olhar uma atração artística, frequentar bares do bairro e jogar petisca foram práticas de divertimento relatadas de passagem pelos cassineiros. Não foi insistido para que as detalhassem mais, primeiro, porque não vieram no contexto das perguntas que tratavam especificamente sobre práticas de divertimento que exerciam no Cassino; e, segundo, porque essas práticas apresentaram menos regularidade nas falas se contrastado à praia, ao futebol, aos bailes e o andar a cavalo. Além disso, o estalo dessas práticas como sendo de divertimento veio mais no processo de transcrição e leitura do que exatamente no momento das entrevistas. Isto porque vinham camufladas em meio a relatos sobre outros aspectos da vida no bairro, sobretudo os relacionados às atividades laborais.

Assim, percebemos que a inconsistência formal das relações de trabalho desempenhadas por esses infames vazou por toda a entrevista. O fato de terem vivido dia e noite em função das oportunidades de arrecadar alguma soma de dinheiro foi tão marcante para eles que muitas das respostas às perguntas do roteiro básico foram canalizadas para o estrato coletivo referenciado pelo bairro e o local de trabalho (PORTELLI, 2004). Se “*tudo que aparecia o cara pegava*” como afiançou o Nando se referindo principalmente à temporada de veraneio, era para que tivessem condições de aguentar o período do inverno.

Permanecer no bairro enfrentando as agruras próprias da estação fria, segundo esses infames, caracterizava o legítimo cassineiro. Para tanto, suas histórias foram envoltas numa contação de tom épico com “forte presença de um descrever explicativo, cuja característica dominante é o inusitado, o surpreendente, o incomum da experiência vivenciada” (MONTENEGRO, 2010, p. 56). Tom esse, sentido nas toneladas pescadas, nas intensas e imensas jornadas de trabalho, nas andanças sem ver uma única alma, na sobrevivência sem luz elétrica, na hostilidade do terreno (campo, banhado, sangas), no isolamento, nas dificuldades de transporte, na repetição de que não se tinha nada para fazer e sobreviviam mesmo assim.

Testemunhamos, a partir disso, a inversão de uma lógica do veraneio para o *invernar* já que os infames e os famosos usavam o bairro-balneário sob motivações distintas. Esses últimos foram se apropriando do Cassino tal como foi inventado, sendo o destino das famílias nobres para passar o verão, estação que geralmente comportava o tempo das férias. Noção

essa criada “como mudança necessária das atividades e do gênero de vida”, em que “o descanso e os benefícios da natureza parecem oferecer uma contrapartida ao modo de vida urbano e industrial” (MARTIN-FUGIER, 2009, p. 212-213).

Usar o Cassino como estação balnear seria assim uma “alternância com o tempo de trabalho”, que se concentra e se consolida para uma elite no chamado tempo das férias “isto é, da natureza, das viagens, das diversões” (Ibid. p. 213). A possibilidade de veranejar dividiu o ano dos famosos, portanto, em dois: os meses de trabalho na cidade e os meses de férias na praia. Essa divisão não funcionou de maneira idêntica com os infames que entrevistamos. Morar no local que era rota de férias de outros significava aumentar as alternativas de trabalho, as quais tinham por objetivo fazer uma poupança a ser administrada durante o inverno. O ano para os infames que residiam no bairro até poderia ser dividido em dois por conta dessa situação, mas não compreendia a noção de férias, tanto é que em nenhum momento fizeram menção a ela. Mais pareceu um *continuum* de trabalho e divertimento com intensidades diferentes entre as estações quente e fria.

De certa maneira, essas considerações também atingem as relações entre a infâmia permanente e pendular, não sendo exclusivas do binômio famoso-infame. O movimento de ir para o Cassino no trem depois do almoço, passear na praia e voltar ao final do dia mostrava que os veranistas infames dos finais de semana eram interpelados pelo sentido de “endomingar-se” (CORBIN, 2009, p. 418), ou seja, se pareciam com o burguês citadino ao festejar o domingo assumindo novos refinamentos nesse dia.

Essa característica combinava com os que residiam e moravam na cidade e não com aqueles que viviam no Cassino, principalmente se pensarmos que a infâmia pendular era composta em grande parte por operários. Como tais, possuíam uma organização do trabalho que lhes garantia jornadas fixas, direito a férias e dificilmente trabalhavam aos domingos, três predicados dos quais a infâmia entrevistada não dispunha. Quanto aos cassineiros, mesmo que tenhamos identificados nos relatos que algumas práticas de divertimento ocorriam nesse dia, como no caso do futebol e das carreiras, essas não apresentavam regularidade restrita ao primeiro dia da semana.

Em síntese, num período caricaturado como de uma sociedade de classes (elite *versus* assalariados), a informalidade parece reforçar a ideia de que os infames entrevistados pertencem a um *Cassino outro*. Por sua vez, as práticas de divertimento como um todo acompanharam esse deslocamento de viver à lógica do invernar. Se, por um lado, os famosos

criam o Cassino como um espaço de veraneio, aos infames cassineiros é confiada a produção de um *outro espaço*.

**Janeiro de 2014,**

## **Heterotopias de um bairro-balneário: o Cassino como *outro espaço***



*Arrastar a relação entre memória e tempo para memória e espaço, este na perspectiva foucaultiana do conceito. Sintetiza, a partir das operações anteriores, o que nos levou a pensar o Cassino como um outro espaço.*



Escrever sobre um Cassino *outro* tem sentido palimpsesto. Em definição, significa o (re)aproveitamento dos textos acumulados pela operações anteriores que agora se apresentam como suporte para uma outra escrita. Textos esses produzidos a partir de lembranças que deram a ver o Cassino de outra época, mas cujos vestígios incorporam uma temporalidade histórica sentida no presente. Temos assim, tanto um texto quanto um Cassino superpostos, “onde a raspagem de um não consegue apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes” (PESAVENTO, 2004, p. 26).

Nesse movimento é preciso retomar que ao formularmos o plano conceitual articulado aos procedimentos metodológicos para a tese, assumimos uma tríade entre história, memória e tempo. Esse último era um conceito-chave para lidar com a produção de memórias, afinal, os referenciais acionados pela história oral o apontavam como indissociável ao processo de lembrar. Diante disso, antes mesmo de verticalizar as discussões entre história e memória, optamos em abordar o que, talvez, as tivesse atravessando perguntando-nos, entre outras coisas: *que tempo é esse que estamos lidando que torna possível que dele se fale, se pense, se escreva?*

Essas perguntas engatilharam uma filiação a “modernidade líquida” de Bauman (2001), em que viver permanentemente na “quase instantaneidade” fez com que implodíssemos uma ideia moderna de tempo<sup>119</sup>, tornando irrelevante o sentido de espaço<sup>120</sup>. Como mesmo pondera: “no universo de *software*, da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e

---

<sup>119</sup> Essa ideia moderna de tempo diz respeito em colocar, numa rígida oposição, a distância existente entre início e fim.

<sup>120</sup> O espaço, para Bauman, tinha valor estratégico na era do *hardware*, na versão sólida da modernidade, pois tinha a ver com ocupações territoriais, conquista de espaços vazios, maquinarias pesadas, relações solidificadas. Para isso o tempo precisava ser rígido e inflexível.



‘aqui’. O espaço assim, não imporá mais limites à ação e seus efeitos, e contaria pouco, ou nem conta”, diz o sociólogo (2001, p. 136 – grifo do autor).

A questão que ressoa nesse momento é se essa autoaniquilação do tempo (desaparecimento do que está compreendido entre lá e aqui, longe e perto), ao invés de decretar a morte do espaço, não o estaria potencializando a ponto de ser tão dinâmico quanto o seu parceiro. A possibilidade de atravessar qualquer espaço ou vários espaços num mesmo instante de tempo – dito por Bauman como a *era do software* –, é uma afirmação que, simultaneamente, parte de uma releitura do conceito de tempo, mas de uma fixidez do que se entende por espaço. Parece, nesse sentido, que o espaço não escaparia de uma roupagem geográfica, territorial, física (volume). Mas, se a invenção da vida temporária pelo advento da modernidade leve tornou tudo líquido<sup>121</sup>, porque deixaria intacta a noção de espaço? Se afetado, esse espaço alcançaria uma compreensão diferente daquela em que, aparentemente, ficou preso? Seria possível inverter a afirmação e dizer que qualquer tempo ou vários tempos seriam acessíveis num mesmo espaço?

Enfim, o que se quer com esse preâmbulo e essas perguntas? Nada além de propor uma reflexão teórica que arrasta as relações entre memória e tempo para outra correlação: a de memória e espaço. Esse encaminhamento é impulsionado por dois fatores que estão interligados: o primeiro refere-se ao acúmulo dos encontros produzidos junto aos depoentes que remeteu à noção de espaço tanto por aquilo que contaram quanto pela textura da contação<sup>122</sup>; segundo, que esta aderência só aconteceu movida por uma forma de compreender o conceito, especialmente aquela encontrada em Foucault (2009) no texto “Outros Espaços”.

Elaborado na Tunísia em 1967, para uma conferência de estudos arquitetônicos, o texto de Michel Foucault foi publicado apenas em 1984 e é considerado como uma das poucas vezes que se dedicou a abordar o tema. Admitindo essa brevidade “sob a forma de um vertiginoso ensaio conceitual e descritivo, um legado que é, ao mesmo tempo, testemunho e desafio” (MARTINS, 2005, p. 98); ou ainda, como um “um texto bastante provocativo” que

---

<sup>121</sup> Ainda na esteira de Bauman, os títulos de suas obras projetam a liquidez das relações anunciada pelo termo em si ou seus correlatos: *Amor Líquido*; *Tempo Líquido*; *Vida Líquida*; *44 Cartas do Mundo Moderno Líquido*; *Medo Líquido*; *Vigilância Líquida*; *Vidas para Consumo*; *Vida a Crédito*; *A Sociedade Individualizada*.

<sup>122</sup> A expressão “textura da contação” refere-se mais a experiência da entrevista do que a entrevista de uma experiência. Significa uma preocupação em como o depoente organiza a contação, o modo como esse depoente faz funcionar algo como verdadeiro.

evidencia seu “caráter provisório e quase experimental”<sup>123</sup> (VEIGA-NETO, 2007, p. 257), arriscamo-nos a operá-lo na sua provocação.

Nas primeiras palavras proferidas em sua conferência diz crer que “[...] a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo; o tempo provavelmente aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço” (FOUCAULT, 2009, p. 413). Diferentemente do sentido de *localização* existente na Idade Média (urbano e rural; protegido e aberto), ou do sentido de *extensão* adquirido a partir das contribuições de Galileu no século XVII (espaço infinitamente aberto), o espaço de nossa época, segundo o autor, se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos. Essas relações vão se dar num espaço que é externo<sup>124</sup>, heterogêneo, pois “não vivemos em uma espécie de vazio no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas [...] vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de serem sobrepostos” (Ibid. p. 414).

Esses espaços, segue o autor, seriam de dois grandes tipos: as utopias e as heterotopias. As utopias, define, são posicionamentos essencialmente irreais que mantém com o espaço real da sociedade uma analogia direta ou inversa. As heterotopias, em contraste, são algo como contrapositionamentos, utopias efetivamente realizadas que se podem encontrar no interior de uma cultura e estão ao mesmo tempo “representados, contestados e invertidos” (Ibid., p. 415).

Partindo desse entendimento, afirmamos que as memórias construídas no encontro com os infames produziram heterotopias de um bairro-balneário. O feixe de conexões provenientes das práticas de divertimento exercidas por eles coexistiam às conexões atinentes aos famosos, ou ainda àquelas dos infames pendulares. Essas várias conexões em rede conviviam no Cassino, diluindo a possibilidade de uma correspondência ou identidade local exclusiva a um deles. Constituído mais pelas relações de ordem política do que pelos limites geográficos:

O espaço é fundamental em toda forma de vida comunitária. O espaço é fundamental em todo exercício do poder. [...] Trata-se do que chamei, na época ‘as heterotopias’, os espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais

---

<sup>123</sup> A própria linguagem operada por Foucault no texto aponta para um pensamento em rascunho. No texto é possível encontrar frequentemente essa atitude em expressões como “espécie de”; “algo como”; “poderá existir”, entre outras.

<sup>124</sup> No texto, Michel Foucault não se interessa em falar do espaço interno, mesmo admitindo sua existência ao elogiar a obra de Gaston Bachelard. O espaço interno seria o espaço das percepções, dos devaneios, dos sonhos e das paixões.

cujas funções são diferentes das de outros, até mesmo diretamente opostas (FOUCAULT, 2012, p. 219).

A função balnear do Cassino criada pela elite distinguia-se da função de moradia e sobrevivência designada pelo infames. Em um só tempo, o Cassino bairro e o Cassino balneário. A dinamicidade dessa diferenciação não pode ser despreendida da planificação arquitetônica ou das disposições estruturais que pretendiam dar ordem ao espaço do bairro-balneário; tampouco retirada dos jogos de poder inscrito nas relações sociais.

Poderíamos dizer, que, do ponto de vista dos famosos os sinais de distinção foram requeridos sempre que um não famoso cruzava à sua frente ou na probabilidade disso acontecer. Quando o infame aparecia na fala dos famosos era para potencializar a alegoria da própria fama. Assim, importava que não construíssem em qualquer lugar senão na avenida para torná-la a principal do balneário; que as casas fossem chalés ou casarões em estilo europeu; que aos domingos erguessem bandeiras do país de origem na frente delas; que recebesse seus donos para as temporadas de veraneio; que durante as temporadas fossem movidos pelo aproveitamento da praia e a temporada de banhos; que isso acontecesse pela manhã, turno do banho chique e das recomendações científicas no aproveitamento do mar; que se deslocassem até ela em charrete própria ou disponibilizada pelo hotel conduzida por um motorista; que, na praia, tivessem acesso à área que dava direito ao uso de barracas para proteção contra o sol; que à tarde descansassem, jogassem tênis, patinassem, se deslocassem para um piquenique ou para uma lanchonete tomar o chá da tarde; que à noite circulassem no casino de jogos ou nos bailes restritos ao glamour da alta sociedade; e que tão logo terminasse o verão, voltassem para a cidade deixando os caseiros cuidando dos chalés.

Aos cassineiros, por sua vez, pouco pareciam se importar com esses sinais de distinção. Quando interpelados pelos famosos era para afirmar sua condição de cassineiro e de pertencimento ao bairro. Nesse sentido, seus relatos compõem um Cassino que em quase nada tem a ver com a história dos chalés, dos casarões e da praia como divertimento. Era um Cassino *outro*. O das casas erguidas em áreas que tudo era longe; o dos banhados, sangas, campos, pequenos arroios e *combrões* de areia; o de ir na avenida só para descarregar material chegado no trem; o que fazia da praia mais um espaço de práticas de trabalho do que divertimento; o de ir a praia para divertimento esporadicamente e quando desse sol; o de ficar à beira-mar sem acesso às barracas; o da temporada da pesca e não dos banhos; o da relação com a natureza (mar, vento, areia) pela experiência; o de se deslocar e se divertir sobre o lombo do cavalo; o de correr as carreiras; o de inventar um clube de futebol para jogar; o de

toaiar as empregadas para namorar; o de fazer *brincadeiras* em casa, participar de *bailezinhos* beneficentes ou tentar se *acertar* no baile das empregadinhas; o do reconhecimento da vizinhança pelo nome, apelido ou filiação; o da sensibilidade do inverno; o da circulação nos bares; o que continuava a ser bairro sem deixar de ser balneário.

As heterotopias do bairro-balneário, portanto, foram encontradas nos espaços singulares da praia, da rua de trás, da avenida, da casa, dos bailes, da fazenda. A descrição das práticas de divertimento e das relações sociais exercidas nesses lugares a partir do encontro com os infames tornou possível pensar o Cassino como *um outro espaço*. As considerações recém-feitas acerca do relato dos cassineiros apenas sintetizam a descrição sistemática que leu esses espaços, que os estudou, que fez uma “espécie de contestação simultânea mítica e real” deles, o que Michel Foucault chamaria de “heterotopologia” (2009, p. 416).

### ***Sobre fins? Sobre inícios!***

Uma descrição que se pôs a desnaturalizar o entendimento histórico baseado numa associação linear entre balneário e Cassino, ou ainda, entre Cassino e balneário chique. O movimento de rachar essas palavras pela oralidade dos infames nos conduziu a um Cassino, como dito, mais bairro do que balneário o que não significa uma inversão na ordem das coisas senão recorreríamos àquilo que combatemos nessa narrativa: a reificação da história.

Temos a noção que essa trama de fios que fez uso da oralidade para contar uma história do bairro-balneário resultou de muitos “procedimentos de força que delimitaram, cercaram, cortaram, estabeleceram elos, subverteram significados, romperam acordos” (MONTENEGRO, 2010, p. 47). Dessa forma, não fomos além da construção do Cassino *outro* recortada pela infâmia que residia no bairro-balneário, mesmo que em nossas andanças tenhamos nos deparado com a existência de, pelo menos, outros três grupos: os famosos, os infames pendulares e os turistas da temporada de veraneio.

Igualmente, capturar a plenitude de significados produzidos nos relatos dos cassineiros e estendê-los a todos que partilham da mesma propriedade é uma tarefa desproposital tanto quanto impossível. A formulação de uma compreensão histórica tangível ao bairro-balneário foi, então, perspectivada pelo itinerário que a construiu. Já que a “história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão” e “do qual não podemos ver todas

as alas”, restou-nos formularmos saídas sem que nos fosse fornecida a planta do prédio (VEYNE, 1982, p. 210).

Nesse itinerário, nos alternamos entre posturas de pesquisador-peregrino e pesquisador-turista, variações das imagens metafóricas emprestadas de Bauman (1995; 1998). Ao lidar com os procedimentos teórico-metodológicos da viagem sentimo-nos predominantemente vestindo as roupas de peregrino no encontro com os famosos e trajes de turista no encontro com os infames. À primeira vista, esses vínculos podem fazer sentido se comparados aos respectivos intervalos em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, se os dois encontros com os famosos foram produzidos lentamente num espaçamento de pouco mais de um ano, os cinco encontros com os infames aconteceram, sem perder tempo, dentro de três meses. Mas, a lentidão do peregrino e a pressa do turista não se resumiram a esse dado. Ou melhor, esse dado não explica por si mesmo os vínculos estabelecidos, a não ser que os relacionemos a dois grandes nós enfrentados pela pesquisa: o de resolver quem seriam os infames e o de definir o uso de práticas corporais ou de divertimento como recorte analítico.

O nó de quem seriam os infames foi o primeiro a despontar, pois para que começássemos a formar a rede de depoentes era preciso decidir que critérios seriam convocados. Agimos, nesse instante, semelhantes a um peregrino que faz projetos a longo prazo através de passos bem planejados e que, juntos, façam sentido. Iniciamos as entrevistas um ano após ingressar no programa, não antes sem hesitar sobre ter feito a escolha adequada entrevistando os famosos. No intervalo do primeiro para o segundo encontro foi possível transcrever a entrevista, lê-la mais de uma vez, discuti-la, ruminá-la. Não havia pressa, pelo contrário, queríamos garantias de que não tivéssemos nos enganado, maior medo do peregrino.

Nesse interstício surgiu o segundo nó: práticas corporais ou de divertimento como recorte analítico? O que até então estava bem projetado, apresenta desmoronamentos logo nas primeiras fontes – os famosos. O termo não fazia sentido a eles. Ruminamos mais um pouco porque tudo para o peregrino tem que ter uma razão de existir. A esse momento, o pesquisador-turista figurava timidamente, somente pelas provocações de ir adiante, mesmo contando com todas as incertezas.

Passado o processo de qualificação da tese, nos encontramos com os infames trajando roupas de turista. Se havia sido complicado pensá-los no projeto, foi por uma dessas idiosincrasias investigativas – aqui representada pela interlocução com o Nando –, que

conseguimos acessá-los, levando-se em conta o rosto desenhado pelos famosos. Realizamos todas as entrevistas com os cassineiros separadas por poucos dias. Transcrevê-las, lê-las, discuti-las e ruminá-las, só depois de ter feito a quinta e última. Enquanto pesquisador-turista, éramos movidos pela expectativa da novidade que o próximo depoente teria a dizer. A essa altura, as práticas de divertimento já substituíam a noção de práticas corporais e não havia nenhum estranhamento quando confrontadas às fontes. Entretanto, isso não fez o pesquisador-peregrino desaparecer. Ele se manifestava toda vez que retornávamos a um lugar já visitado para insistentemente sabermos mais sobre a infâmia, como por exemplo, na casa do Nando.

Os movimentos do turista e do peregrino, portanto, afetaram o itinerário formulado para andar pelo palácio de Paul Veyne. No tecido da história ora narrada não usamos todos os fios que encontramos pelo caminho. Algumas pontas ainda estão por aí para serem usadas nessa ou em outras tramas, pois é sempre de inícios que tratamos, não de fins. Uma delas, decorrida da experiência da entrevista, sugere pensá-la também como *um outro* espaço de nosso tempo.

Na linha dos dois grandes tipos de espaços que trata Michel Foucault, a entrevista em história oral não teria ela um “q” de utopia, de irrealidade por ser um lugar sem lugar? Senão vejamos: ali onde o depoente está no momento da entrevista, por exemplo, ele se reporta a lugares onde fisicamente não está mais, ainda que lá, se veja (consegue se ver em lugares que um dia passou, mas que, nesse instante, está ausente). Não estaria funcionando aí a memória como utopia? De outra forma, àquilo a que o depoente se reportou, ainda que não esteja mais lá, tem condições de funcionar como uma heterotopia e ser absolutamente real no momento que toma aquilo em se tornou como um amálgama de memórias. Ou não? Decerto, as memórias pedagogizam, estão do lado de lá (na transição entre o passado e o presente), mas também estão cá, inscritas no meu corpo – o lado externo – no lugar que ocupo agora. Em suma, partindo dessa (ir)realidade da memória, seria razoável projetá-la como uma heterotopia de nosso tempo? Apelar para uma descrição sistemática é um exercício que se impõe, mas para isso, são outras as conexões. Se eu as tivesse realizado *seria outro hoje, e talvez o universo inteiro seria insensivelmente levado a ser outro também*, como diria Fernando Pessoa.

## Referências

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. **História Oral**. v. 15, n. 2, p. 159-166, jul-dez 2012.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, V.; FERNANDES, T.M.; FERREIRA, M.M., orgs. **História oral: desafios para o século XXI** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.

BARCELLOS, João. O Balneário Cassino: uma inspiração europeia. **Revista Biblos**, Rio Grande, n. 12, 2000. p. 43-48.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, São Paulo, vol 16, n 1, p. 301-325, 2003. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. 2011.

\_\_\_\_\_. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Vida Fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna**. Relógio D'Água Editores: Lisboa, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Memória, História Oral e Diferença**. Palestra proferida no Projeto SESC Memórias, em julho de 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QvPyJ-OjsuM>>. Acesso em 29 mar 2013.

BOM MEIHY, José & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe & RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O espaço social e suas transformações. In: \_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern. Guilherme J.F. Teixeira. 1 ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1**. Artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michele (org.). **História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra**. Trad. Denise Bottmann; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Território do Vazio: a praia e imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORREIA, Jones M.. **Os Vínculos clubísticos e as lógicas do jogo: um estudo sobre a emergência e o processo de (des)elitização do futebol na cidade do Rio Grande – RS (1900-1916)**. 84 f. Dissertação (Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2014.

DAMO, Arlei. Senso de jogo. **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2005, p. 1-36.

DAMO, Arlei; FERREIRA, Bernardo S. No tempo das excursões – o circuito clubístico porto-alegrense e a reconfiguração de suas fronteiras em meados do século XX. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 17, n 2, 2012. p. 378-411.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. 1 ed. Trad. Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

\_\_\_\_\_. **Crítica e Clínica**. 1 ed. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34. 1997.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. ¿Que és um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161. Disponível em: <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/Deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>. Acesso em: 30 maio 2013.

DIETRICH, Ana Maria. História Oral e Fotografia: desafios metodológicos. **Revista de História Contemporânea**, n. 1, nov-abr 2008.

DOMINGUES, M. V. L. R. ; CARVALHO, D. S. ; CARVALHO, Andréa Bento. Polo Naval e desenvolvimento regional na metade sul do RS.. In: 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012. v. 6.

ENKE, Rebecca G.. **Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, 2005.

FERREIRA, Felipe N.. **Ao sul do sul o mar também é pampa: sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2012.

FERREIRA, Francisco R.. Ciência e Arte: investigações sobre identidades, diferenças e diálogos. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 1 p. 261-280, jan-abr 2010.



FISCHER, Rosa M. B.. Escrita Acadêmica: arte de assinar que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss Bujes. **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. Espaço, saber e poder. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos VIII**: segurança, penalidade, prisão. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel B. (org). **Ditos e Escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25 ed. Organização e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2008b. p. 15-37.

\_\_\_\_\_. Poder-Corpo. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25 ed. Organização e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2008c. p. 145-152.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25 ed. Organização e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2008d. p. 243-276.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25 ed. Organização e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2008e. p. 69-78.

\_\_\_\_\_. Aula de 3 março de 1982 – primeira hora. In: \_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a. 399-426.

\_\_\_\_\_. Aula de 3 março de 1982 – segunda hora. In: \_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b. p.427-443.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia poder-saber. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 203-222.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998.

GHIGGI, Michele V. **O futebol na Liga de Veteranos do Rio Grande**: disputas e singularidades que marcaram o campeonato de 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Pelotas, UFPel, 2012.

GIGLIO, Zula G.; von SIMSON, Olga R. de M.. A arte de recriar o passado: História Oral e Velhice bem-sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento – perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP, Papyrus, 2001. p.141-160.

GOELLNER, Silvana V. Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico. In: GOELLNER, Silvana Vilodre & JAEGER, Angelita Alice (orgs.). **Garimpendo memórias: esporte, Educação Física, Lazer e Dança**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

GOELLNER, Silvana V.; MAZZO, Janice Z. In: Esporte, cidade e modernidade: Porto Alegre. **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 169-192.

KLEIN, Kelvin Falcão. Histórias da Infâmia: De Borges à Foucault. **Anuário de Literatura**, ISSN: 2175-7917, vol. 15, n. 1, 2010, p. 192.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004. V. 29, n. 1, p. 27-44.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche e a Educação**. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LAZZAROTTI FILHO, Ari *et al.* O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n.01, janeiro, 2010. p. 11-19.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

LINS, Daniel. Esquecer não é crime. In: **Nietzsche e Deleuze: intensidade e paixão**. Rio de Janeiro. Relume Dumara, 2007. p. 45-61.

LUCENA, Ricardo de F.. Do Turfe, do Remo e do Futebol: para uma sociogênese do esporte no Brasil. In: **O Esporte na Cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MACHADO, Nei F. **Vocabulário do Cavalo Campeiro**. Porto Alegre: Martim Livreiro, 2012.

MARCELLINO, Nelson C. (org.). Importância da recreação e do lazer. **Coleção Cadernos Interativos elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação com o lazer, escola e processo educativo**. Livro 4. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

MARTINS, Cesar A. A. **Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento do pescado**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2006.

MARTINS, Jasson da S. Nietzsche e a prioridade do artista sobre a arte. **Griot – Revista de Filosofia**. v.4, n.2, p. 60-73, dez 2011.

MARTINS, José C.. Utopias e Heterotopias na Obra de Michel Foucault: pensar diferentemente o tempo, o espaço e a história. In: RAGO, Margareth, ORLAND, Luiz B. Lacerda & VEIGA-NETO, Alfredo. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas**. 2005.

MARTINS, Solismar F.; PIMENTA, Margareth A. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: O caso do município do Rio Grande/RS. (1874/1970). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 085-100, 2005.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 2**. Morar, cozinhar. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 37-185.

MELO, Victor A. Educação do Corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, fev, 2014. p.1-16.

MELO, Victor A. Esporte, cidade e modernidade: Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. **Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 19-48.

MELO, Victor A. **Dicionário do esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MOLINA NETO *et al.* Reflexões sobre a Produção do Conhecimento em Educação Física e Ciências do Esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 28, n. 1, p. 145-165, set 2006.

MONTENEGRO, Antonio T. **História, metodologia, memória**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MUCHAIL, Salma T. A Propósito do Título: A Hermenêutica do Sujeito. **Revista Filosofia Autora**. v. 21, n. 28, p. 79-86, jan/jun 2009.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, n. 10, PUC-SP, dez, 1993. p. 7-28.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. Companhia das Letras: São Paulo, 2008.

NIETZSCHE, Friederich. **Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PEREIRA, Célia M. **Memórias de um Balneário: patrimônio edificado do Cassino**. 2.ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboço**. v 11. n 11 UFSC, 2004. p. 25-30.

PIMENTA, Rosângela D. **Desvendando o Jogo: O futebol amador e a pelada na cidade e no sertão**. 213f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFP. Recife, 2009.

PINHEIRO, Maria Terezinha G. **A fundação do balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, UFSC. Florianópolis, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral** [seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago; tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

\_\_\_\_\_. “O Momento da Minha Vida”: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, D.R. *et al* (Org.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2004. p. 296-313.

\_\_\_\_\_. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mitos e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de M & AMADO, Janaína (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2002, p. 103-130.

\_\_\_\_\_. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, n 15, Ética e História Oral. PUC–SP, abril, 1997a.

\_\_\_\_\_. O que faz a História Oral diferente. In: **Projeto História**, n 14, Cultura e Representação, São Paulo: Educ, Editora da PUC/SP, 1997b.

\_\_\_\_\_. A Filosofia e os Fatos. **Tempo**. v. 1, n 2, 1996, p. 59-72.

PROST, Antonie. Fronteiras do espaço privado. In: PROST, Antonie; VINCENT, Gérard. (orgs). Trad. Denise Bortmann; Dorothee de Bruchard. **História da vida privada 5: Da primeira guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13-136.

RAMIRES, Paula F. **Dimensão humana da qualidade ambiental: Balneário Cassino, Rio Grande-RS**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

SCHOSSLER, Joana C. “**As nossas praias**”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, Tomaz T. da. Dr. Nietzsche, curricularista – Com uma pequena ajuda do Professor Deleuze. In: **XXIII Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, 2001. Disponível em <[www.anped.org.br/reunioes/24/T1299570907599.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1299570907599.doc)>. Acesso em: 29 Dez 2012.

SILVA, Ana Márcia & DAMIANI, Iara R. D. As Práticas Corporais na contemporaneidade: pressupostos de um campo de pesquisa e intervenção social. In: \_\_\_\_\_ (org). **Coleção Práticas Corporais Vol 1: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física**. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte. 2005. p 17-27.

SOARES, Carmen L. **As roupas nas práticas corporais e esportivas**: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). Campinas: Autores Associados, 2011.

\_\_\_\_\_. Práticas Corporais: invenção de pedagogias? In: \_\_\_\_\_ (org). **Coleção Práticas Corporais Vol 1: Gênese de um Movimento Investigativo em Educação Física**. Florianópolis: Nauemblu Ciência e Arte. 2005. p. 43-63.

\_\_\_\_\_. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOARES, Carmen L.; BRANDÃO, Leonardo. A voga esportiva e artimanhas do corpo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 03, jul-set, 2012. p. 11-26.

TORRES, Luiz Henrique Torres. **Balneário Cassino**: o nascimento do banho de mar planejado no Brasil. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

VAGO, Tarcísio Mauro. Escrevendo Histórias de Educação Física, de Esportes e de Lazer: uma apreciação da produção a partir do CEMEF/UFMG. In: LINHALES, Meily A.; NASCIMENTO, Adalson (Orgs.). **Organizando Arquivos, Produzindo Nexos**: a experiência de um Centro de Memória. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. As Duas Faces da Moeda: heterotopias e *emplazamientos* curriculares. **Educação em Revista**. v. 45, p. 249-264, jun 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ed. Brasília: Editora UNB, 1982. 285p.

VIEIRA, Marina A. A. Rodrigues. Esporte, cidade e modernidade: Santos. In: MELO, Victor A. (org). **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 71-95.

XAVIER, João Francisco S.; FREITAS, Gustavo da S.; RIGO, Luiz C. Dos Aplausos às Ruínas: uma construção das memórias do turfe no hipódromo da cidade do Rio Grande/RS. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n.2, jun, 2014.

## Entrevistas

Valter Albrecht, 11 de abril de 2011.

Eduardo Lawson, 16 de junho de 2012.

Homero Antão Pinto, 27 de março de 2014.

Antonio Renato Silva Ribeiro, 1º de abril de 2014.

Eupídio Ávila Acosta, 11 de abril de 2014.

Roberto Hidalgo dos Santos, 24 de abril de 2014.

Dilza Souza Figueiro, 9 de maio de 2014.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 01**

### Roteiro básico de entrevista com os depoentes famosos

#### 1) Dados pessoais

Nome Completo:

Data de Nascimento:

Profissão, situação atual, estado civil:

Tempo que mora em Rio Grande:

2. Quais as suas lembranças da infância, o que se fazia em Rio Grande durante a semana e nos finais de semana?

3. Quais são suas primeiras lembranças sobre o Cassino? Por que ou para que o senhor ia ao Cassino?

4. Como o senhor e as demais pessoas se deslocavam para o Cassino?

5. O que as pessoas faziam no Cassino? E o que realizavam enquanto práticas corporais no balneário?

6. Conte-me um pouco sobre a praia, de como as pessoas ocupavam este local.

7. Além das famílias tradicionais, o senhor pode afirmar que circulavam pelo Cassino (praia e bairro) pessoas não tão conhecidas, não tão famosas? Quem eram essas pessoas, como chegavam lá, o que faziam? Fale-me um pouco sobre isso.

8. Havia alguma espécie de distinção entre as famílias mais ricas e os não-famosos nos diferentes lugares do Cassino? De que forma podia se perceber isso?

9. De tudo o que o senhor vivenciou no Cassino, liste 2 ou 3 acontecimentos que você considera como parte importante das memórias desse lugar.



## **ANEXO 02**

### Roteiro básico de entrevista com os depoentes infames

#### 1) Dados pessoais

Nome Completo:

Data de Nascimento:

Profissão, situação atual, estado civil:

Tempo que mora em Rio Grande:

#### 2) Como iniciou sua vida no Cassino?

3) Como ele era? Conte um pouco das características que ele tinha (condições de moradia; transporte; circulação de pessoas; aspectos naturais).

4) Com o que você trabalhava? E no que os outros moradores trabalhavam?

5) Como era um dia de semana no Cassino? Havia diferença para os finais de semana? Quais?

6) O que você fazia para se divertir no Cassino? E os demais moradores? Quando isso acontecia? Onde?

7) A praia era um lugar frequentado para prática de divertimento? Como era um dia de praia?

8) Conte um pouco da sua relação com as pessoas famosas que vinham para o balneário.